

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

CERCAS DA REFORMA AGRÁRIA
SONHOS, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES
ASSENTAMENTO RIO DAS PEDRAS / UBERLÂNDIA - MG

Elisângela Magela Oliveira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

CERCAS DA REFORMA AGRÁRIA
SONHOS, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES
ASSENTAMENTO RIO DAS PEDRAS / UBERLÂNDIA - MG

Dissertação apresentada ao Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência à obtenção do Título de Mestre em História Social
Orientação: Prof. Dr. Antônio de Almeida.

UBERLÂNDIA – FEVEREIRO / 2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- O48c Oliveira, Elisângela Magela, 1979-
 Cercas da reforma agrária: sonhos, conflitos e contradições Assenta-
 mento Rio Das Pedras / Uberlândia - MG / Elisângela Magela Oliveira. -
 2007.
 147 f. : il.
- Orientador: Almeida, Antônio.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Progra-
 ma de Pós-Graduação em História.
 Inclui bibliografia.
1. História social - Teses. 2. Reforma Agrária - Teses. 3. Movimentos
 sociais - Teses. I. Almeida, Antônio de. II. Universidade Federal de Uber-
 lândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Almeida (Orientador) – UFU.

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Ramos de Almeida – UFU.

Prof. Dr. Paulo Roberto de Oliveira Santos – UNIUBE.

Agradeço a Antônio de Almeida, pelo compromisso com a orientação, a Maria de Fátima Ramos de Almeida e a Paulo Roberto de Almeida, por contribuírem com a pesquisa, a Paulo Roberto de Oliveira Santos, pela compreensão em relação ao tempo de leitura do trabalho, aos entrevistados, pela atenção.

De modo especial, a Glória, Geraldo, José Geraldo, Ronaldo, Elismar, Romes e Maria Calacira, pelo amor e apoio, ao Gegê, pelos valorosos diálogos de sempre.

Nada que resulta do progresso humano tem unanimidade.

Retirado do filme A Conquista do Paraíso.

RESUMO

A presente pesquisa estuda a trajetória histórica do assentamento Rio das Pedras, localizado no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. O objetivo central do trabalho consiste em estudar o sentido social e político da reforma agrária em Uberlândia, buscando compreender os motivos pelos quais aquele assentamento, como muitos que ocorrem no país, não representou avanços no caminho da manutenção dos trabalhadores na terra conquistada. Composto de 87 famílias, o assentamento Rio das Pedras teve sua oficialização formalizada em outubro de 1997, momento em que o Tribunal de Alçada, em Belo Horizonte, suspendeu a Ação de Reintegração de Posse efetuada contra o movimento, efetuada por Josias de Freitas, proprietário da fazenda, permitindo a permanência das famílias no local. Passado o período de acampamento, os trabalhadores continuaram numa situação de dificuldades. Com a escassez de recursos e o pouco conhecimento sobre cultivo da terra, a maioria dos trabalhadores se vê na difícil condição de camponeses inexperientes, fatos que conduziram ao questionamento do modo como a reforma agrária está sendo conduzida no país. Para tanto, o estudo contou com uma bibliografia específica e com diferentes fontes de pesquisa sobre a questão agrária no Brasil. Foram utilizados textos provenientes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, da Comissão Pastoral da Terra-CPT, da Prefeitura Municipal de Uberlândia e do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade-MTL, entidade que organizou a ocupação da fazenda Rio das Pedras, junto aos trabalhadores sem terra; além de jornais e revistas. Os pressupostos teórico-metodológicos partiram de referências diversas, não se concentrando em teorias específicas.

Palavras-chave: Reforma agrária, trabalho, movimentos sociais.

ABSTRACT

The present research studies the historical trajectory of the nesting River of the Rocks, located in the city of Uberlândia, Minas Gerais of State. The central objective of the work consists of studying the social direction and politician of the agrarian reform in Uberlândia, searching to understand the reasons for which that nesting, as many that occur in the country, did not represent advances in the way of the maintenance of the workers in the conquered land. Made up of 87 families, the nesting River of the Rocks had its officialization legalized in October of 1997, moment where the Alçada Court, in Belo Horizonte, suspended the Action of repossession effected against the movement, effected by Josias de Freitas, proprietor of the farm, allowing the permanence of the families in the place. Passed the period of encampment, the workers had continued in a situation of difficulties. With the scarcity of resources and the little knowledge on culture of the land, the majority of the workers if sees in the difficult condition of inexperienced peasants, facts that had lead to the questioning in the way as the agrarian reform is being lead in the country. For in such a way, the study it counted on a specific bibliography and different sources of research on the agrarian question in Brazil. Texts proceeding from the National Institute of Settling and the Reformation Agrarian-NISRA had been used, of the Brazilian Institute of Geography and Statistics-BIGS, of the Pastoral Commission of the Land-PCL, the Municipal City hall of Uberlândia and the Land, Work and Freedom Movement -LWFM, entity that the occupation of the farm organized River of the Rocks, together to the workers without land; beyond periodicals and reviewed. Estimated the theoretician-methodology had left of diverse references, if not concentrated in specific theories.

Key-words: Agrarian reformation, work, social movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – AS OCUPAÇÕES DE TERRA E SUAS DIMENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS	
1.1 – Concentração fundiária e movimentos sociais por terra	27
1.2 – Motivações históricas dos conflitos agrários no Brasil	40
1.3 – Fundamentos políticos, jurídicos e culturais das ocupações de terra	50
CAPÍTULO II – AÇÕES COLETIVAS E EXPERIÊNCIAS NA OCUPAÇÃO DA FAZENDA RIO DAS PEDRAS	
2.1 – Construção do trabalho de base	67
2.2 – Ocupação e conquista da terra	75
2.3 – Desavenças e solidariedade no assentamento	84
CAPÍTULO III – PERCALÇOS, AVANÇOS E REALIZAÇÕES NA TERRA CONQUISTADA	
3.1 – Organização interna do assentamento	97
3.2 – Trabalho e vivências no cotidiano dos assentados	100
3.3 – A realidade dos moradores assentados frente às políticas públicas oficiais	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
FONTES	146

INTRODUÇÃO

Atualmente, os conflitos sociais envolvendo a posse e o uso da terra, no Brasil, têm revelado alguns dos principais posicionamentos consubstanciados, freqüentemente, no cumprimento de uma promessa, na realização de um sonho e na resistência a uma ação. O sonho de muitos, manifestado na aspiração por acesso à terra e à melhores condições de vida, as constantes promessas do Estado de realizar uma reforma na estrutura agrária do país e a resistência da maioria dos latifundiários às ações de ocupação de terra¹, geradoras desses embates. A presente pesquisa procura contribuir com as reflexões sobre essa problemática, tendo como referência o assentamento Rio das Pedras, localizado no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Apesar da existência de um grande número de trabalhos acadêmicos sobre o tema dos conflitos agrários², outra pesquisa sobre o assunto possui sua relevância se se considerar que as questões levantadas foram construídas com base em novos problemas, em diferentes documentos históricos e pela interlocução com outros sujeitos sociais e

¹ O termo *ocupação*, utilizado aqui, refere-se ao ato de estabelecer-se em uma propriedade privada de terra. Entretanto o sentido do termo depende do ponto de vista de quem realiza ou recebe a ação. Carregado de significações culturais e políticas, seu uso é empregado pelos trabalhadores sem terra como forma de atestar a legitimidade dessa ação. De modo inverso, os sujeitos que recebem a ação utilizam o termo *invasão* em detrimento de *ocupação*, caracterizando a ação no plano da ilegitimidade. Quando ocorre uma ocupação de terra, aos olhos de quem a pratica, um direito está sendo representado; na ótica de quem a recebe, está sendo desrespeitado. Caracterizando o confronto de interesses entre classes distintas, o uso ou não uso do termo *ocupação*, quando relacionado aos conflitos agrários, revela a opinião defendida por certa posição social e política. Na dimensão dos órgãos oficiais, ações de ocupação de terra são caracterizadas como invasão, remetendo ao sentido de ilegalidade dessas atuações. Porém, ao mesmo tempo em que o aparato de leis do Estado condena esse tipo de ação coletiva, prescreve normas acerca da função social da propriedade privada da terra, cumprida quando a propriedade é efetivamente utilizada, denotando um julgamento extremamente contraditório. Fruto da ambigüidade nas leis, a contradição na posição do Estado possui um agravante quando a instituição procura conciliar Estado Democrático de Direito e função social da propriedade privada da terra. Desse modo, na falta de coerência dos textos jurídicos do que se considera legal ou ilegal nessas ações, o presente trabalho optou pela utilização do termo *ocupação* para designá-las, remetendo-se ao sentido original de ocupar ou preencher um espaço.

² Entre vários trabalhos realizados sobre o tema, a pesquisa tomou contato com os seguintes: SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira. *Para Além da Lei: Ocupações de um Território Legal-Iturama e Campo Florido/MG. 1989-1993*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 1997.; FONSECA, João Batista da. *Reforma Agrária e Sustentabilidade: Luta pela Terra, Realidade e Perspectivas dos Assentamentos Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Economia. Uberlândia: UFU, 2001.; MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: 'Somo nós que é o Movimento'*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 2002.; GOMES, Renata Mainenti. *Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: A Resistência Camponesa e a Luta pela Terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Geografia. Uberlândia: UFU, 2004.; KRÜGER, João. *A Força e a Beleza Brotam da Terra*. Tese/ Doutorado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 2004.; COSTA, Cléria Botelho da. *Vozes da Terra: Lutas e Esperanças dos Sem-Terra*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2005.; OLIVEIRA, Ricardo Magalhães de. *"Cada um queria cercar mais que o outro": Luta Pela Terra e os Modos de Viver de Trabalhadores Sem-Terra em Carneirinho, MG. 1997-2000*. Dissertação/Mestrado em História Social. Uberlândia: UFU, 2005.

com profissional que orienta o trabalho, permitindo uma abordagem da questão a partir de novos ângulos. Por outro lado, cada pesquisador “*constrói o seu objeto de estudo delimitando não só o seu período, o conjunto dos acontecimentos, mas também os problemas colocados por esse período e por esses acontecimentos, e que terá que resolver*”³, o que contribui para que as pesquisas em história alcancem resultados diferenciados, ainda que analisem a mesma temática.

O trabalho de história constrói-se a partir das indagações do pesquisador ao objeto de estudo, devendo buscar compreendê-lo e não julgá-lo, problematizando-o sempre por meio do contínuo questionamento e da reflexão crítica acerca da realidade ou nuances que envolvam o universo em que se situa o objeto de estudo⁴. Desse modo, fica evidente que “*a boa ‘questão’, o ‘problema’ bem colocado são mais importantes – e são mais raros! – do que a habilidade ou a paciência em trazer à luz do dia um fato desconhecido*”⁵. Durante o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, constatou-se que o questionamento do objeto de estudo constitui o ponto mais importante e mais difícil no trabalho do pesquisador que, às vezes, deve despojar-se de seus pré-conceitos.

Por meio das interrogações acerca de seu foco de análise, o objetivo central da pesquisa consistiu em buscar compreender o sentido social e político da reforma agrária em Uberlândia, tendo como objeto de análise o assentamento Rio das Pedras⁶, situado nesse município. A intenção era entender por que esse assentamento, como muitos no país, não teve sucesso em manter os trabalhadores na terra recebida. Considerando que “*o acontecimento, tomado em si próprio, é ininteligível*”, devendo sempre ser integrado

³ FURET, François. Da história-narrativa à história-problema. In: *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1985. p. 82.

⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 151.

⁵ FURET, François. Op cit. p. 8.

⁶ Considere assentamento a desapropriação oficial de uma propriedade privada de terra ocupada, a seguir dividida entre as pessoas nela acampadas para a instituição formal de uma associação de moradores. Para instituir um assentamento, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, exige que se faça um Projeto de Assentamento-PA. Conforme o INCRA, o PA “é uma unidade produtiva onde se desenvolvem atividades agroeconômicas, como agricultura, pecuária, artesanato, turismo rural, beneficiamento de produtos, agroindústria e outros. Essas atividades devem ser desenvolvidas de forma sustentável, preservando os recursos naturais e o meio ambiente, ou seja, é o lugar de moradia e de trabalho, onde uma comunidade de homens, mulheres, crianças, jovens e idosos vai enfrentar o desafio de organizar uma vida nova, construir formas de cooperação, definir regras de convivência. A criação do Projeto de Assentamento envolve procedimentos jurídicos e administrativos. O primeiro deles é o Ato de Imissão de Posse, quando o imóvel passa a ser de propriedade do Incra, que por sua vez emite a Portaria de Criação, autorizando as famílias selecionadas a se instalarem no assentamento e a receberem os recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária”. Além disso, na implantação de um PA, o INCRA realiza antes o “Contrato de Assentamento”, e escolhe uma instituição competente para elaborar o “Plano de Desenvolvimento do Assentamento-PDA”. BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. O que é Programa Nacional de Reforma Agrária? In: *Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária*. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 13/02/2007.

“numa rede de acontecimentos, em relação aos quais vai ganhar um sentido”⁷, o trabalho procurou investigar como ocorreu a primeira ocupação de terra no município de Uberlândia, analisando sua relação com o restante do país e tentando perceber seus significados para todos os envolvidos no conflito. Porém recebeu atenção especial um grupo de 87 famílias de trabalhadores, hoje assentado na fazenda Rio das Pedras.

O período histórico estabelecido compreende o ano da ocupação da fazenda Rio das Pedras, em 1997, quando 170 famílias sem terra se instalaram em suas imediações, estendendo-se à atualidade, mas sem constituir uma delimitação estática, pois quando houve necessidade, momentos anteriores foram analisados, visando a um melhor proveito para a compreensão do objeto estudado. Na mesma perspectiva, evitou-se compreender o recorte espacial com base na delimitação fixa, embora situado em Uberlândia, a análise do objeto requereu localizá-lo no contexto geral da sociedade, reconhecendo que

*(...) a delimitação espacial, a exemplo dos marcos temporais e da própria escolha do tema, deve ser entendida como medida aleatória, ainda que necessária, não podendo, portanto, conduzir o pesquisador a perder a dimensão do todo. E isso, não significa estar à procura de explicações generalizantes, a partir do objeto enfocado e nem da formulação de teorias definitivas, o que seria recorrer ao que Foucault denunciou como ‘discursos englobantes’ que, sedimentados numa ‘unidade abstrata da teoria’, atua, centralizada e coercitivamente, a partir ‘de um discurso teórico, unitário, formal e científico’. (...) Trata-se, portanto, de reconhecer que a realidade não se encontra compartimentada em blocos isolados ou independentes e que, na medida em que os acontecimentos se entrelaçam, espalhando-se por todo tecido social, também o objeto deve ser explorado a partir das suas múltiplas dimensões*⁸.

Portanto, a pesquisa procurou colocar texto e contexto em diálogo, evitando o equívoco de estudar a realidade do assentamento de forma compartimentada e isolada. A escolha do assentamento Rio das Pedras como objeto de estudo considerou a especificidade da ocupação de terra no município de Uberlândia. Buscou-se trazer à tona experiências sociais de agentes históricos que constituíram a cena social e política da fazenda Rio das Pedras, no período abordado. Indivíduos que por meio das alternativas disponíveis, adotaram estratégias, manifestando atitudes e comportamentos em torno do acesso à terra e aos meios para nela permanecer, construindo, assim, uma identidade cultural e política sobre a qual puderam organizar seus interesses e objetivos.

⁷ FURET, François. Da história-narrativa à história-problema. In: *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1985, p. 80.

⁸ ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p. 13.

O trabalho procurou também saber quem são, como vivem e qual a postura daqueles trabalhadores sobre sua condição social, caracterizando-os como sujeitos do processo de reivindicação de terra em Uberlândia e buscando compreender os sonhos, as aspirações e os motivos de sua participação nos conflitos agrários.

O objeto de estudo deste trabalho caracteriza-se como evento aberto, dinâmico e flexível, uma vez que o próprio desenrolar da história possui inúmeras direções. Assim, esse mesmo objeto pode ser analisado e compreendido por óticas diferentes de outros pesquisadores que, certamente, obterão resultados distintos, considerando sempre que o conhecimento histórico é *“pela sua natureza, provisório e incompleto (mas não, por isso, inverídico), seletivo (mas não, por isso, inverídico), limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência e os conceitos que informam essas perguntas, e, portanto, só verdadeiros dentro do campo assim definido”*⁹. Desse modo, a delimitação das questões ao objeto de estudo ficou aberta a todas as possibilidades que surgiram durante o trabalho de pesquisa e que possibilitaram sua melhor compreensão.

Nessa perspectiva, o próprio projeto de pesquisa estruturou-se numa composição dinâmica, passível a diferentes direções e questionamentos, pois considerou-se que o desenvolvimento dos trabalhos recebe, necessariamente, influências diretas ou indiretas de outros sujeitos presentes nas várias experiências da investigação histórica, ocorridas na academia e fora dela, portanto,

*a importância da pesquisa vai se revelando à medida da sua construção, quando se tem oportunidade de discutir com outros agentes, nos grupos de amigos, nas reuniões científicas, na sala de aula, porque as questões se ampliam, modifica-se a problemática, o que inicialmente parecia questão individual vai ganhando aos poucos contornos de preocupações coletivas*¹⁰.

Em termos teóricos e metodológicos, a pesquisa utilizou referências variadas, e os pressupostos buscaram extrair aprendizados diferenciados, não se concentrando em uma teoria específica. Trabalhou-se com bibliografias sobre a reforma agrária no Brasil, com depoimentos orais de moradores do assentamento Rio das Pedras, militantes e lideranças; com documentos do Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL, e de outros órgãos e veículos – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Instituto

⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 34.

¹⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Movimento Operário e a Construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil: Disputas e Concepções 1977-1983*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 1998. p. 6.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Comissão Pastoral da Terra-CPT, jornais, revistas e algumas leis, além do Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, elaborado pela Prefeitura Municipal, e do Relatório Final do Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo, projeto realizado nesse assentamento pela Universidade Federal de Uberlândia.

Na análise das fontes jornalísticas, verificou-se que as notícias veiculadas freqüentemente referem-se ao número dos conflitos agrários ocorridos em determinado tempo e lugar, ao modo como as autoridades reagiram, se houve violência entre os envolvidos, sem mostrar preocupação alguma de questionar o motivo desses conflitos no país. Às vezes, a melhor notícia, para alguns jornais, é a que consegue causar impacto no leitor, procedimento observado em certas matérias televisivas, em que a estruturação dos textos é construída para causar comoção no expectador, visando a seu distanciamento da reflexão. Ainda considerando que no Brasil, os noticiários televisivos optam entre certo jornalismo considerado neutro e outro de opinião, mesmo assim, tanto a opinião quanto sua ausência refletem posicionamentos em favor de um ou outro interesse específico.

Contudo, ao lidar com a questão da reforma agrária em Uberlândia e sua inter-relação com o país, parte-se aqui da compreensão de Bloch, ao declarar que “*tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito*” e, devido à quantidade imensa de fontes documentais que, muitas vezes, o pesquisador possui a seu dispor, “*uma das tarefas mais difíceis do historiador é reunir os documentos de que pensa ter necessidade*”¹¹, o que também constitui um estímulo à pesquisa, pois as opções de escolha acerca das fontes são amplas, permitindo análise sob vários ângulos.

Desse modo, o trabalho de pesquisa utilizou uma documentação diversificada sobre o objeto de estudo, buscando evitar a leitura exclusivista, parcial, que prejudica os resultados da investigação, mesmo porque, ao contrário disso, “*o que normalmente devemos fazer é reunir uma ampla variedade de informações em geral fragmentárias: e para fazer isso precisamos (...) construir nós mesmos o quebra-cabeça, (...) formular como tais informações deveriam se encaixar*”¹², procedimento que requer sobretudo um plano de pesquisa maleável, passível de ser modificado com vistas à melhor compreensão do objeto analisado. Conforme Hobsbawm, essa forma de trabalhar o

¹¹ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa: Europa-América, 1965. p. 61.

¹² HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 225.

objeto de estudo deixa de lado o que os pesquisadores da história social precisam evitar, pois “*o historiador dos movimentos populares não pode ser um positivista antiquando*”¹³, devendo, portanto, impedir que sua pesquisa se pautem em leituras baseadas apenas nas ações dos políticos, das pessoas proeminentes da sociedade e em torno dos considerados grandes acontecimentos sociais, como era prática comum da história tradicional. Entretanto a opção do pesquisador de abordar documentos variados implica estar aberto, flexível e apto, quando necessário, a rever pré-conceitos, não raro, em certa medida consolidados em sua postura diante dos acontecimentos, mas que podem prejudicar os resultados da pesquisa.

Muitas vezes, voltar atrás ou mudar de opinião sobre aspectos da realidade, não significa abandonar convicções, mas aprender a reaprender e a crescer como indivíduo e profissional. Na realidade, para o pesquisador da história, o mais difícil “*é colocar-se inicialmente diante das idéias preconcebidas. Olhá-las de frente. Recorrer aos textos. E interrogá-los. (...), nunca perdendo de vista essa definição que Bloch amava - ‘a história, ciência da mutação’*”¹⁴. Compreender as nuances que envolvem seu objeto de pesquisa pressupõe, ainda, que o pesquisador aceite as especificidades do estudo da história, com seu método característico, lembrando que as formas de explorar e analisar o passado estão em constante transformação, tornando-se diferentes com o passar do tempo. Assim como os múltiplos modos de interpretação do passado transformam-se e reformulam-se a todo o momento, o historiador deve abrir-se para essas dinamicidades, procurando informar-se acerca das novas e melhores tendências teóricas de explicação acerca dos acontecimentos passados. Ainda sobre as formas de realizar a pesquisa, é importante ressaltar “*que a escolha refletida das perguntas seja extremamente maleável, susceptível de enriquecer pelo caminho de uma quantidade de quesitos novos e abertas a todas as surpresas*”¹⁵, desse modo, o próprio plano de pesquisa deve pautar-se em hipóteses flexíveis às mudanças que surgirem no curso da investigação.

Contudo agir de modo maleável durante o trabalho de pesquisa não significa deixar a investigação seguir qualquer direção, mas aceitar alterações necessárias no percurso da análise, ponderando que “*a investigação histórica admite desde os primeiros passos que o inquérito tenha já uma direção*”¹⁶, devendo, portanto, ser inicialmente constituída de hipóteses e questionamentos, necessitando estabelecer

¹³ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 225.

¹⁴ FEBVRE, Lucien. *História*. Coletânea. Carlos Guilherme Mota (Org.). São Paulo: Ática, 1978. p. 161.

¹⁵ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. p. 4 ed. Lisboa, Europa-América, 1965. p. 61.

¹⁶ Idem. p. 60.

objetivos a serem alcançados. Ademais, selecionando suas fontes, o pesquisador freqüentemente depara-se com uma série de questões ainda não respondidas, mesmo após análise documental, sendo comum esses textos oferecerem indícios sobre onde ou em quais fontes as respostas buscadas serão encontradas¹⁷.

Durante a elaboração e no decorrer da realização de um trabalho de pesquisa, via de regra, *“a pessoa faz leituras muito amplas dentro de um ‘período’, antes ou durante suas pesquisas, aceitando o contexto oferecido por historiadores anteriores, mesmo que, à conclusão de seu trabalho, seja capaz de apresentar modificações a esse respeito”*¹⁸. Entretanto, apesar da importância de uma significativa documentação, o pesquisador da história precisa questionar as idéias inseridas em cada fonte, ainda mais porque *“os textos, ou os documentos (...), mesmo os mais claros na aparência e condescendentes, só falam quando se sabe interrogá-los”*, o que implica diálogo crítico com as fontes de estudo, mediante sua problematização constante, afinal, *“o espetáculo da investigação, com seus sucessos e os seus reveses, raramente enfastia”*¹⁹. Além disso, nunca é demais ressaltar que trabalhar com documento histórico significa manter constante exercício de reformulação de pontos de vista em relação à realidade observada e, muitas vezes, dos próprios conhecimentos, pois a essência do saber possui como principal característica a eterna dinamicidade, seja ao se tornar mais clara, ser reavaliada ou quando surgem novos e diferentes conhecimentos.

Constantemente investigando e aperfeiçoando os métodos de análise do passado, muitos pesquisadores da história ressaltam a lógica e os métodos específicos desse saber em relação a outros. Estudos historiográficos demonstraram que a *“lógica histórica”* constitui-se de *“um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinados, na medida do possível a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e eliminar procedimentos autoconfirmadores (...)”*²⁰, visão que afasta o pesquisador da história tradicional ou positivista, que considerava os fatos por si só e simplesmente narrava-os.

Por outro lado, na pesquisa em história, torna-se importante, se possível, uma estreita relação entre o pesquisador e seu objeto de estudo, levando em conta sempre que *“a história se constitui de um processo contínuo de interação entre o pesquisador e*

¹⁷ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 16.

¹⁸ Idem.

¹⁹ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa, Europa-América, 1965. p. 60.

²⁰ THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 49.

seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado”²¹, o que implica atenção e compromissos constantes com a realidade social em que o historiador se encontra. O pesquisador deve estar atento ao passado e ao presente, tempo em que pode interferir nos rumos da história, considerando sua integração na coletividade social.

Estudar o passado exige interrogá-lo a partir dos conceitos e documentos existentes, observando, nas evidências presentes, as configurações da realidade que permitam identificar os desdobramentos dos acontecimentos sociais, mesmo porque “*o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro*”²², medida que pressupõe a transposição para o real do que a fonte revela, no confronto entre realidade e teoria. Por outro lado, torna-se necessário levar em conta que “*nem os métodos nem a teoria são o objetivo final do nosso trabalho, são apenas ferramentas para tratar de entender melhor o mundo em que vivemos*”²³, sendo esta a função principal da história.

Diferentemente de certas leituras históricas que caracterizam a infra-estrutura econômica como determinante em relação às demais dimensões do social, caminhando em outra direção, embora reconhecendo a importância das relações econômicas, esse trabalho valorizou também a política, as leis, e a cultura e seus desdobramentos, o que implicou reconhecer como significativa a própria experiência daqueles trabalhadores que vivenciaram o conflito por terra no município de Uberlândia. Os sujeitos históricos, com seus múltiplos interesses, tanto exercem influências nas diversas esferas sociais, como recebem seus efeitos, e desconsiderar essa condição significa negar a ação do sujeito processada nas demais dimensões do social e não somente no plano das relações econômicas ou provisões materiais necessárias à sobrevivência.

Nesse sentido, a pesquisa procurou valorizar os vários tipos de experiências dos sujeitos envolvidos no conflito por terra, estabelecendo, na trajetória dos trabalhadores da fazenda Rio das Pedras, uma leitura política de caráter mais amplo. Em função disso, ao buscar compor uma relação entre a ação desses trabalhadores e a concentração de terras existente no município de Uberlândia e no restante do país, a análise parte do entendimento de que a segunda, ainda que indiretamente, é fator desencadeador da

²¹ CARR, E. H. *Que é História?* 6 ed. Trad. Lúcia M. Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 29.

²² THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 49.

²³ FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru-SP: EDUSC, 1998. p. 277.

primeira. Na mesma perspectiva, o foco da observação também esteve direcionado para o relacionamento conflituoso entre os trabalhadores que integram o movimento, com suas ousadas ações, e os setores conservadores de Uberlândia, particularmente, os grandes proprietários rurais.

A partir dessas nuances do objeto de pesquisa, o trabalho procurou questionar quais são os elementos culturais que justificam a defesa intransigente da propriedade privada da terra, geralmente adotados pelos latifundiários, os quais, desprezando as necessidades do outro, identifica-o apenas como o inimigo ameaçador contra o qual toda a força deve ser aplicada, se necessário, levando-o à morte. Em sentido inverso, de onde vêm os elementos que possibilitam aos trabalhadores sem terra encontrarem legitimidade nos seus atos, ainda que estejam teoricamente circunscritos ao terreno da ilegalidade? Essas indagações conduziram a pesquisa para a realidade cotidiana dos trabalhadores assentados na fazenda Rio das Pedras²⁴. Nesse aspecto, seguindo as orientações de Le Goff, o estudo procurou evitar qualquer fragmentação espacial ou temporal²⁵, e buscou saber, com base no universo cotidiano desses assentados, como são construídos seus modos de vida, quais são seus sonhos e objetivos, suas perspectivas e posições políticas, na interação permanente com o meio social que os envolve.

Ao contrário do que se possa pensar, estudar o cotidiano não significa estar diante de uma realidade estática, mas em movimento, que se transforma com a dinâmica das relações sociais. Além de constituir um espaço em que os próprios hábitos e costumes se modificam com o tempo, o cotidiano configura também uma dimensão de conflitos sociais²⁶, compondo sempre práticas econômicas, políticas e culturais, que, ao serem vivenciadas conjuntamente, instituem identidades entre interesses próximos.

Conforme Hobsbawm, o historiador dos movimentos sociais *“passa grande parte de seu tempo descobrindo como as sociedades funcionam e quando não funcionam, e também como mudam. Não pode deixar de fazer isso, uma vez que seu objeto, as pessoas comuns, constitui a maioria de qualquer sociedade”*²⁷, sendo que é no espaço do cotidiano que as relações sociais, geradoras das transformações ocorridas,

²⁴ Por ser pouco precisa, é importante esclarecer que a noção de *cotidiano* está sendo utilizada neste trabalho no sentido comum, isto é, o próprio dia-a-dia dos trabalhadores observados, a sua dinâmica e os acontecimentos aí percebidos.

²⁵ LE GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. In: DUBY, Georges. et al. *História e Nova História*, Lisboa: Teorema, 1986. p. 82.

²⁶ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁷ HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 231.

podem ser percebidas tanto no plano material das ações dos sujeitos como em suas representações simbólicas.

Portanto, ao incorporar a dimensão cultural ao estudo histórico dos movimentos sociais de sujeitos em conflito por terra, a análise do objeto considera que *“as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural”*²⁸. Assim, parte-se aqui do pressuposto de que as diversas *“representações culturais que permeiam as ações dos trabalhadores não podem ser encaradas como segundo plano das relações econômicas e sociais, nem entendidas como um terceiro nível da experiência histórica que mereça um estudo particularizado”*²⁹. Pelo contrário,

*o enriquecedor, em termos de postura teórica e metodológica, é compreender que todas as manifestações humanas, resultantes de experiências concretas ou vivenciadas no plano da cultura, enquanto representações simbólicas ou imagens, são formas diferenciadas de manifestação do real, cujo processo de permanente construção e reconstrução está sempre permeado por muitas lutas, conflitos e antagonismos, mas também por identificações, solidariedade e companheirismo*³⁰.

Ao abordar os conflitos sociais pela ótica dos agentes envolvidos, as *“formas surdas”* de resistência são manifestadas não apenas por meio das vivências e dos pontos de vista específicos desses sujeitos, mas também pelas configurações simbólicas e representações sociais construídas na realidade. Para isso, torna-se importante perceber os diferenciados modos de *“lutas reais, não só aquelas que se expressam sob formas organizadas como também as formas surdas de resistência, estratégias ocultas de subordinação e controle; com isso, incorpora grandes áreas da resistência humana essenciais para compreensão do social”*³¹, o que requer associar o plano material e simbólico na análise do objeto de pesquisa. Por meio dessa abordagem, o estudo das representações simbólicas revela que *“o imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações figurativas”*³², mas somente tem efeito quando se concretiza nos eventos sociais.

²⁸ HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto. In: *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 09.

²⁹ ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP. 1996. p. 41.

³⁰ Idem.

³¹ VIEIRA, Maria do Pilar A., PEIXOTO, Maria do Rosário C., KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989. p. 10.

³² LE GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. In: DUBY, Georges. *História e Nova História*, Lisboa, Teorema, 1986, p. 24.

Procurando observar essa dimensão no cotidiano dos trabalhadores, verificou-se a importância das fontes orais ao revelar conflitos silenciosos, situações vividas ou em construção, em certos casos, ausentes na documentação escrita, mas muito ricas em informações e esclarecimentos sobre o objeto. Porém, conforme Raphael Samuel,

*a evidência oral é importante não apenas como uma fonte de informação, mas também pelo que faz para o historiador, que entra no campo como um fiscal invisível. Pode ajudar a expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador (...) o tecido celular ressecado que, quase sempre, é tudo o que tem em mãos*³³.

No cotidiano dos trabalhadores assentados na fazenda Rio das Pedras, as fontes orais tomaram forma e expuseram um espaço de embates constantes. Por isso mesmo, o estudo partiu do entendimento de que *“o cotidiano, se o perscrutarmos atentamente, revela-se como um dos lugares privilegiados das lutas sociais”*³⁴. Inserir o cotidiano no estudo das vivências dos diversos sujeitos envolvidos nos processos de luta pela terra, com sonhos, aspirações e objetivos distintos, *“não é estar à procura do superficial, do anedótico, do ilustrativo, nem essa postura pode ser confundida com a produção de certos escritos históricos suaves, facilmente aceitos no mercado consumidor para serem degustados nos intervalos dos programas de televisão”*³⁵. Ao contrário, abordar o cotidiano nesses estudos significa percebê-lo como espaço de embates efetivados nos planos material e simbólico, mas que *“só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos, que contribuem para explicar o seu funcionamento”*³⁶, portanto, quando remetido para o plano geral das relações e do contexto social em que se encontra. Ao estabelecer o cotidiano como meio de análise das relações entre os sujeitos, *“o desafio do historiador social é mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos”*³⁷, o que requer compreendê-lo em interação constante com os eventos históricos gerais.

Considerando a contínua dinamicidade nas maneiras de estudar o passado, uma das formas encontradas para obter informações acerca do cotidiano dos trabalhadores da

³³ SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/NAPUH, n. 19. 1990, p. 237.

³⁴ LE GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. In: DUBY, Georges et. al. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986. pp. 80-1.

³⁵ ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP. 1996, p. 27.

³⁶ LE GOFF, Jacques. Op cit. p. 79.

³⁷ BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 10.

fazenda Rio das Pedras, foi a utilização das fontes orais, método que contribuiu, em grande medida, para entender melhor os resultados obtidos na pesquisa. Para isso, foram entrevistados vinte trabalhadores que, por terem participado de toda a trajetória histórica daquele assentamento, desde o momento inicial, de ocupação e acampamento, foram convidados e selecionados para o estudo. Além dos trabalhadores, também foram entrevistados o presidente da associação do assentamento Rio das Pedras, algumas lideranças políticas e certos coordenadores regionais do Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL, o qual organizou a ocupação da fazenda Rio das Pedras junto aos trabalhadores.

As perguntas aos entrevistados foram elaboradas buscando compreender melhor todo o processo de preparação, ocupação da fazenda e constituição do assentamento. Aplicando esse método de pesquisa e construção de fontes orais, verificou-se que a formulação das questões determinou certa resposta pelo entrevistado que, por outro lado, retirou da lembrança os acontecimentos passados, em sua ótica considerados mais relevantes, selecionando e reelaborando os eventos que ressaltou. Constatou-se que preparar e trabalhar com fontes orais constitui uma via de mão dupla, pois, se o depoente seleciona sua fala, o pesquisador retira daí o que julga importante e interpreta.

Entretanto, como sugere Portelli, torna-se necessário lembrar que a narração do entrevistado é sempre aberta, parcial e provisória, o que demanda do pesquisador uma postura maleável diante da realidade e do momento do narrador, pois “*as versões das pessoas sobre seus passados mudam quando elas próprias mudam*”³⁸, o que pressupõe a abertura do pesquisador à dinamicidade dessas narrativas. Assim, seguindo os ensinamentos de Portelli, considerou-se que “*a história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador*”³⁹, de tal modo que, a exemplo do texto escrito, o oral também não se isenta de posições. Apesar disso,

este papel de intérprete do pesquisador, desfazendo a idéia de neutralidade do mesmo, durante muito tempo foi visto com desconfiança e de forma crítica pelos historiadores. Por esta razão, o discurso da história quando fundamentado na memória, no discurso oral, recebeu muita crítica. Dava-se

³⁸ PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa R. et al. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 298.

³⁹ _____. O que faz a história oral diferente. Trad. M. T. J. Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo: Educ, n. 14, fev., p. 39.

*mais credibilidade e importância à história escrita com base nas fontes de documentos históricos*⁴⁰.

Porém esse procedimento constitui herança do período em que a historiografia esteve fortemente subjugada à prática da simples narrativa das fontes escritas, mediante documentos considerados detentores da ‘verdade’ dos fatos, método que, para alívio da história, atualmente, existe apenas nos registros, não sendo mais exercício do ofício dos historiadores. Conforme constatou Le Goff, um documento não significa apenas resultados das comunicações de idéias, mas *monumentos lingüísticos* carregados de valores morais, uma vez que caracterizam relações de poder. Dessa forma, “*o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder*”, de modo que “*o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias*”⁴¹. Assim:

*No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos*⁴².

Entretanto prática comum do século XIX, a intenção de transformar em fatos históricos os considerados grandes acontecimentos, que por sua abrangência deveriam estar contidos nos textos históricos, transformou os documentos escritos em fontes essenciais no trabalho do historiador, registros da verdade absoluta, o que caracterizou enorme paradoxo, uma vez que o “*historiador é necessariamente um selecionador. A convicção num núcleo sólido de fatos históricos que existem objetiva e independentemente da interpretação do historiador é uma falácia absurda*”, principalmente porque “*os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto*”⁴³. Apesar de tudo,

⁴⁰ KRÜGER, João. *A Força e a Beleza Brotam da Terra*. Tese/ Doutorado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 2004. p.143.

⁴¹ LE GOFF, Jacques. *Documento-Monumento*. Enciclopédia Einaude. vol. 1. Porto: Editora Einaude- Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. pp. 102-104.

⁴² Idem. pp. 102-104.

⁴³ CARR, E. H. *Que é História?* 6 ed. Trad. Lúcia M. Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 18.

o fetichismo dos fatos do século XIX era completado e justificado por um fetichismo de documentos. Os documentos eram sacrário do templo dos fatos. O historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está no documento é porque é verdade. Mas o que nos dizem esses documentos (...). Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o⁴⁴.

Dessa forma, principal agente na construção de fatos e documentos históricos, o historiador não apenas reinterpreta a síntese das inúmeras circunstâncias na busca por explicações para a realidade, conforme objetivos e valores específicos, como também transforma, constantemente, suas teorias metodológicas. Fruto da dinâmica nas teorias históricas, o trabalho de pesquisa realizado com auxílio das fontes orais requer considerar, conforme Alessandro Portelli, alguns detalhes importantes, a começar pela própria *pergunta* do entrevistador, pois o modo como elabora uma questão influencia muito a forma da resposta, a simples *presença* do entrevistador denota certa postura, opinião ou reação por parte do entrevistado, e até mesmo o *tempo* do depoente é diferente em relação ao do entrevistador.

Além disso, “às vezes, os historiadores podem estar interessados em falar com uma certa pessoa sobre um determinado evento, período ou tema específico; mas os narradores freqüentemente, e forçosamente, reintroduzem o tempo e os eventos que lhes interessam”⁴⁵. Pressupondo as análises de Portelli, percebe-se que a construção do *sentido* e, especialmente, a *importância* atribuída ao evento/período/objeto narrado, torna-se inerente à perspectiva do depoente, sendo, às vezes, alterada na interpretação do próprio pesquisador, que possui valores e interesses específicos. Nessa perspectiva,

um fonema ou um evento histórico não são meramente realidades ‘objetivas’, mas são construídos como tal por uma rede de relações em que estão inseridos. A atribuição de relevância e sentido é um ato cultural e depende de uma interação complexa de padrões individuais e coletivos⁴⁶.

Entretanto, caso não se sinta satisfeito com o conteúdo da narração do depoente, por não responder aos seus questionamentos, o sentimento do pesquisador que deve prevalecer em relação ao conteúdo da narrativa é o *respeito* e a *responsabilidade* na sua

⁴⁴ CARR, E. H. *Que é História?* 6 ed. Trad. Lúcia M. Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 14.

⁴⁵ PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa R. et al. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 300.

⁴⁶ Idem. pp. 298 e 307.

utilização⁴⁷, mesmo porque, “à semelhança de todos os pesquisadores, os historiadores orais têm a responsabilidade não só de obedecer às normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações”⁴⁸. Portanto, ao pesquisador, cabe considerar as especificidades inerentes à realização da pesquisa oral, e a ética nessa relação constitui uma das principais regras.

Neste trabalho, parte-se das proposições de Porteli para produzir as fontes orais, seguindo alguns dos seus passos no que se refere à relação do entrevistador com o depoente, e dialoga-se com Maurice Halbwachs, quando ressalta o caráter social da memória dos grupos, embora, de modo diferente do autor, se acredita ser a memória um lugar em que se processam não apenas imagens objetivas em inter-relação com o mundo social, mas também sonhos, fantasias, utopias. Mediante a relação dos sujeitos com seus grupos sociais, muitas lembranças do passado podem ser compartilhadas, tornando a memória uma função humana essencialmente social. Assim,

*fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje, o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, e que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes, nem nos apercebemos disto, geralmente. Mas basta que se volte para esse lado para que nos apercebamos que os costumes modernos se repousam sobre antigas camadas que afloram em mais de um lugar*⁴⁹.

Procurando perceber como certas lembranças são carregadas de emoções, de sentimentos⁵⁰, da mesma forma como existem outras que possuem uma carga muito grande de objetividade, foi ainda necessário lembrar-se de que a memória não é apenas razão, é também ‘afeto’, pode ser objetiva e subjetiva. Dependendo do momento, do ‘instante’⁵¹, pode ser voluntária ou involuntária, pois não se pode desconsiderar que a memória é antes de tudo um percurso sempre cheio de imprevistos. Reconhecer isso implica também apagar uma suposta igualdade existente entre memória e história, para pensar os mecanismos da memória e da história. Nesse sentido, o presente trabalho partiu dos ensinamentos de Pierre Nora, quando o autor expõe as especificidades de que são constituídas a memória e a história. Diferentemente da história, a memória não

⁴⁷ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*. n. 15. São Paulo: Educ. 1997, pp. 19-25.

⁴⁸ Idem. p. 13.

⁴⁹ HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. (1950). São Paulo: Ed. Centauro, 2004. p. 68.

⁵⁰ LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes. Quarenta anos depois de Auschwitz*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

⁵¹ BERGSON, Henri. *Matéria e memória* (1896), São Paulo: Martins Fontes, 1999.

possui um método específico e apesar de partilhar com a história o caráter de auto-reflexão no momento em que se propõe a isso, em sua essência, a memória está, muitas vezes, aberta a reflexos involuntários de lampejos de imagens passadas. Desse modo,

*a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado. Porque é **afetiva** e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas (...). A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico⁵². (Grifo no original).*

Ao se utilizar do intelecto, da interpretação voluntária e intencional dos textos orais, do mesmo modo que das fontes escritas, com vistas a alcançar explicações para as contradições e dinâmicas das várias relações sociais, o historiador-pesquisador, às vezes involuntariamente, altera os significados e os próprios interesses presentes nas falas de quem concedeu a entrevista. Ademais, no próprio trabalho de transcrição, percebe-se o quanto se perde da ‘atmosfera’ da entrevista, sobretudo, as emoções e expressões do entrevistado⁵³. Contudo, ainda reconhecendo as dificuldades de trabalhar com fontes orais, levando em questão o alerta sobre os riscos de deturpação dos acontecimentos passados por parte da memória⁵⁴, os historiadores não se privam de utilizá-las, pois é por meio da experiência de seu emprego que muitas falhas e contribuições para os estudos históricos surgiram.

Em que pesem as múltiplas possibilidades de uso das fontes históricas, se, por algum motivo, for impossível obter resultados satisfatórios acerca do estudo do objeto, a antiga lição de Bloch ainda deve ser considerada. Em suas palavras,

é sempre desagradável dizer ‘não sei’, ‘não posso saber’. Cumpra dizê-lo só depois de termos energicamente, desesperadamente, procurado. Mas há momentos em que o mais imperioso dever do sábio é, depois de ter tentado tudo, resignar-se à ignorância e confessá-lo honestamente⁵⁵.

A postura de aceitação dos próprios limites da pesquisa e também do historiador, na condição de pesquisador, certamente, torna-se algo difícil, mas necessário de ser

⁵² NORA, Pierre. Entre memória e história (1984), prefácio do v. I de *Lês Lieux de Mémoire*, Paris, Gallmard, 1984. Tradução de Yara Aun Khoury, Proj. História, São Paulo (10), dez 1993. p 9.

⁵³ PORTELI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. CEDIC-PUC/SP. Mimeo. 1995. pp. 2-4.

⁵⁴ HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 227.

⁵⁵ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa: Europa-América, 1965. p. 56.

assumido diante da falta de respostas coerentes e aceitáveis ao que se busca estudar e conhecer por meio da pesquisa. Refletindo sobre isso, Marc Bloch alertou quanto ao risco do pesquisador desconsiderar as barreiras impostas à pesquisa pelo objeto estudado e, ao desprezar a prudência necessária para admitir não possuir resultados coerentes com o desenvolvimento da pesquisa, prefira criar soluções que não coincidam com as obtidas no processo de investigação.

Seja como for, o trabalho do historiador está longe de ser tarefa simples, mas “*a modéstia não é uma virtude desprezível*”⁵⁶, e como ressaltou Hobsbawm, “*é importante nos lembrarmos de vez em quando que não sabemos todas as respostas sobre a sociedade e que o processo de descobri-las não é simples*”⁵⁷. Além disso, qualquer método utilizado na realização da pesquisa histórica implica superação de dificuldades enfrentadas pelo pesquisador ao problematizar o objeto de investigação. Apesar de tudo,

*na nossa inevitável subordinação ao passado, há uma coisa, pelo menos, de que nos libertamos: condenados como sempre estamos a conhecê-lo exclusivamente pelos seus vestígios conseguimos, todavia, saber muito mais a seu respeito do que aquilo que esse passado achou por bem dar-nos a conhecer*⁵⁸.

Por outro lado, levando em conta que os sujeitos sociais possuem conhecimentos diferenciados acerca das coisas da vida, possibilitar o intercâmbio de visões de mundo constitui considerável importância para o crescimento humano. Afinal, “*o mundo não é feito para o nosso benefício pessoal, e tampouco estamos no mundo para o nosso benefício pessoal. Um mundo que afirme ser esse seu propósito não é bom e não deve ser duradouro*”⁵⁹, embora seja esse o mundo que tem prevalecido. Assim, ao concentrar esforços para compreender o conflito por terra ocorrido na fazenda Rio das Pedras, esta pesquisa procurou levar em conta as posições e opiniões dos vários sujeitos envolvidos.

Buscando perceber as contradições inerentes à própria cultura dos sujeitos presentes no processo de investigação, observada nos valores representados e embates ocorridos, pode ser constatado que,

ao permitir-se dialogar com o material de pesquisa, torna-se possível ao historiador perceber a riqueza presente na cultura dos personagens da trama histórica. O documento só revela a construção material dos modos de vida dos sujeitos na medida em que é manuseado de forma a permitir que dele saltem todas as contradições próprias das relações sociais. (...). Empreender uma

⁵⁶ HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 231.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa: Europa-América, 1965. p. 60.

⁵⁹ HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 21.

*pesquisa histórica, em certo sentido, é um grande desafio, pois requer desmesurada atenção às diversas nuances do objeto pesquisado e imensa capacidade de despir-se de modelos estanques de análise. Nestes termos fica evidente a necessidade da utilização de métodos de abordagem do objeto sobre o qual se debruça ligados a pressupostos dialéticos de análise*⁶⁰.

Dessa forma, buscando compreender os vários sentidos dos conflitos ocorridos na fazenda Rio das Pedras, os quais envolveram diferentes sujeitos sociais, o presente trabalho estruturou-se em três capítulos. O primeiro analisa os principais motivos que levaram aos episódios dos conflitos na fazenda Rio das Pedras, abordando os sonhos, as adversidades, utopias e a coragem dos trabalhadores para enfrentar a ocupação de terra, discute a formação do Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL, em Uberlândia, destacando a concentração fundiária e a exclusão social como fatores motivadores das ocupações de terra. O segundo capítulo trata do trabalho de base, que constituiu a fase de arregimentação dos trabalhadores, realizada pelo movimento, e analisa o próprio processo de ocupação da fazenda e de instituição formal do assentamento das famílias. Além disso, este capítulo também mostra a dinâmica de atuação dos movimentos, entidades e instituições presentes nesse processo e investiga a reação dos proprietários da fazenda, dos organismos e das autoridades oficiais à ocupação da propriedade, analisando a relação entre os trabalhadores e deles com o movimento que atuou junto aos trabalhadores, abordando os principais problemas surgidos. E o terceiro capítulo apresenta a estruturação e a organização do assentamento, discute os avanços e recuos na produção e analisa a atuação dos órgãos públicos na implantação de projetos de construção da infra-estrutura e da produção, bem como a relação do processo de construção desse assentamento com as políticas públicas nacionais para a reforma agrária.

⁶⁰ SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira. *Para Além da Lei: Ocupações de um Território Legal - Iturama e Campo Florido/MG 1989 a 1993*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 1997. p. 10.

CAPÍTULO I

AS OCUPAÇÕES DE TERRA E SUAS DIMENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

Concentração fundiária e movimentos sociais por terra

Na madrugada do dia 14 de abril de 1997, ocorreu a primeira ocupação de terra no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, quando um grupo de cerca de 170 famílias adentrou os limites físicos da fazenda Rio das Pedras, propriedade de Josias de Freitas⁶¹. Apesar de tratar-se de uma novidade naquele município, esse acontecimento era apenas mais uma das muitas ações verificadas nas últimas décadas, no país, em que o campo brasileiro constitui objeto de disputa. Caracterizando a busca por meios de sobrevivência, o evento simboliza principalmente a insatisfação de grupos sociais do país em relação ao modo como encontra-se estruturado o território nacional. Gerando inúmeros debates nos meios acadêmicos e sociais em geral, as discussões acerca dos conflitos agrários no país revelam diferentes posições. Certamente inúmeros sujeitos estão direta ou indiretamente envolvidos nesses embates, mas o Estado, os grandes proprietários rurais e os movimentos sociais, junto aos trabalhadores sem terra, compõem os principais agentes.

Existem infinitudes de aspectos que cercam a realidade dos conflitos agrários, entretanto a transposição das demarcações físicas de uma propriedade privada de terra constitui sua dimensão mais importante, o princípio desencadeador de todos os embates. O plano concreto desses eventos evidencia-se claramente quando ocorre uma ocupação de terra, contudo, nesse momento, não acontece apenas uma ação, institui-se, no plano simbólico, um estado de coisas que suscita interrogações acerca de um fenômeno da realidade, que atrai atenção e leva a diferentes posições de implicações políticas, econômicas e sociais. Relacionadas, sobretudo, ao questionamento acerca da concepção da propriedade privada da terra e à intensidade de sua utilização, em analogia com a manutenção das providências necessárias à vida, as opiniões sobre as ocupações de terra revelam grandes contradições. Refletindo e desnudando as diferenciadas formas de desigualdades sociais existentes no país, as ocupações e conflitos por terra permanecem constantes no cenário nacional das últimas décadas, gerando e transformando conceitos e significados na relação de forças conflitantes entre sujeitos sociais com sonhos,

⁶¹ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002. p. 7.

objetivos, interesses e convicções distintas, constitutivas do painel variado da realidade brasileira.

Situada no extremo oeste do Estado de Minas Gerais, entre São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, a Região do Triângulo Mineiro tornou-se palco de recorrentes embates sociais envolvendo a terra, e junto com o Alto Paranaíba, a oeste do estado, engloba sessenta e quatro municípios espalhados entre as microrregiões de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia⁶². Concentra a maioria dos estabelecimentos industriais em Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia, atraindo mão-de-obra do restante da região, os “*demais municípios, na sua quase totalidade, têm na agro-pecuária a sua principal atividade econômica, com predominância maciça dos latifúndios*”⁶³, uma das principais causas dos conflitos agrários ocorridos no estado.

Do mesmo modo, pesquisas recentes demonstram que a estrutura fundiária do município de Uberlândia caracteriza o elevado número de latifúndios:

*No município de Uberlândia, há uma concentração da propriedade da terra, como, aliás, ocorre no geral do Brasil; sempre mais de 70% da área do município está ocupada com os estabelecimentos rurais e as categorias 100-1000 e 1000-10.000 hectares, classificadas, respectivamente, como estabelecimentos médios e grandes, foram as que apresentaram sempre as maiores áreas*⁶⁴.

Ao longo de sua formação, o Triângulo Mineiro fundamentou-se sobre extensos latifúndios, e com a modernização da agricultura brasileira, durante os anos de 1970, a concentração de terras dessa e de outras regiões acentuou, com “*uma série de mudanças internas e externas à economia brasileira*” dando “*impulso à produção agrícola a partir dos anos 70, com marcante repercussão no Triângulo e Alto Paranaíba*”⁶⁵. Políticas internas de crédito rural, pesquisa, extensão, garantia de preços mínimos e de seguro, com altos subsídios públicos, deram suporte à modernização da agricultura, elemento que, “*a exemplo do que ocorreu em outras regiões, facilitou o processo da concentração da terra, levando à predominância das grandes propriedades*”, sendo que

⁶² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Divisões Regionais. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 22/05/2005.

⁶³ SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira. *Para Além da Lei: Ocupações de um Território Legal - Iturama e Campo Florido/MG 1989 a 1993*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 1997. p. 27.

⁶⁴ PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *Características da Modernização da Agricultura e do Desenvolvimento Rural em Uberlândia*. Dissertação/Mestrado em Geografia. Rio Claro: UNESP, 1982. pp. 61-61.

⁶⁵ FONSECA, João Batista da. *Reforma Agrária e Sustentabilidade: Luta pela Terra, Realidade e Perspectivas dos Assentamentos Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Economia. Uberlândia: UFU, 2001. pp. 101 e 104.

“a agricultura familiar no Triângulo detém 53% do número de estabelecimentos totais e ocupa 20% da área total. (...) identifica-se um índice gini de concentração da terra⁶⁶ de 0,778 em 1985, que sofre uma redução para 0,632, em 1995/96”⁶⁷, evidenciando o caráter centralizador nas terras da região.

Devido às desigualdades sociais do país como um todo, que impossibilitam a sobrevivência digna de parcelas significativas da população brasileira e, sobretudo, à concentração fundiária no campo, na Região do Triângulo Mineiro, as ocupações de terras marcaram forte presença nas últimas décadas, o que causou, simultaneamente, o surgimento de diversos movimentos sociais reivindicando acesso à terra e à condições de vida no campo. Conforme ressaltou o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, do Estado de Minas Gerais, “só no Triângulo Mineiro temos doze movimentos sociais, em Minas Gerais nós contabilizamos quatorze movimentos, parece que ainda têm dois que ainda não estão atuando aqui”⁶⁸. Dessa forma, considerada área tradicional de conflitos agrários, o Triângulo Mineiro constitui alvo de constantes ocupações de terra, notadamente, por compor uma região de latifúndios⁶⁹.

Assim como tem ocorrido no restante do Estado de Minas Gerais e do Brasil, os conflitos que envolvem a terra representam, sobretudo, o embate entre interesses de classes divergentes e o questionamento da concentração fundiária no país⁷⁰. Apesar de configurar a primeira ocupação de terra no município de Uberlândia, o conflito agrário ocorrido na fazenda Rio das Pedras foi precedido por outros na Região do Triângulo Mineiro, cabendo ao embate pela fazenda Barreiro a primeira maior referência de organização e conquista de terra na região:

⁶⁶ Ressalte-se que o índice de Gini é utilizado para indicar a intensidade que determinada área de terra está concentrada. Estudos recentes, realizados pelos organismos das Nações Unidas, apontam o Brasil como o segundo país onde a concentração de terra encontra-se mais acentuada. Ver: GOMES, Renata Mainenti. *Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: A Resistência Camponesa e a Luta pela Terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Geografia. Uberlândia: UFU, 2004. p. 48.

⁶⁷ FONSECA, João Batista da. *Reforma Agrária e Sustentabilidade: Luta pela Terra, Realidade e Perspectivas dos Assentamentos Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Economia. Uberlândia: UFU, 2001. pp. 101 e 104.

⁶⁸ Marcos Helênio Leoni Pena. Palestra pronunciada no dia 10 de abril de 2006 no *Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas*, realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-Minas Gerais.

⁶⁹ SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira. *Para Além da Lei: Ocupações de um Território Legal - Iturama e Campo Florido/MG 1989 a 1993*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 1997.

⁷⁰ Em 2004, ocorreram 34 conflitos por terra no Estado de Minas Gerais e 496 na somatória de todos os estados brasileiros, e, em 2005, foram 26 conflitos ocorridos em Minas Gerais e 437 em todo o país. ‘Ocupações de Terra’. *Comissão Pastoral da Terra-CPT*. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 18/01/2007.

*Foi nos idos de 1983/84 que ocorreu o primeiro conflito de maior repercussão pela posse da terra, na fazenda Barreiro, no então Distrito de Limeira D' Oeste (Iturama), hoje município emancipado. Em 1º de maio de 1986 as famílias acampadas na cidade se mudaram para a fazenda Barreiro, constituindo o primeiro assentamento do Triângulo Mineiro (131 famílias), que servirá de referência para a mobilização de centenas de famílias sem terra. Foi um rico processo de aprendizagem dos trabalhadores sem terra*⁷¹.

Entretanto os conflitos agrários no Brasil não são recentes, lutas pela terra ocorreram ainda no final do século XIX, com os movimentos messiânicos, e durante a primeira metade do XX, sobretudo entre 1950 e início de 1960, com Ligas Camponesas e sindicatos sendo perseguidos desde o início do período militar até fins da década de 1970, quando ocorre no país uma relativa abertura política. Porém, os primeiros assentamentos constituídos coletivamente pelos trabalhadores no Triângulo Mineiro ocorreram no início da década de 1980, com a conquista das fazendas Barreiro (1983/84), em Iturama, e Santo Inácio-Ranchinho (1989), em Campo Florido, considerada a primeira grande vitória pelos trabalhadores⁷².

Em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que entidades e trabalhadores rurais perseguidos pelo regime militar começaram a se restabelecer na década de 1980, os primeiros movimentos sociais organizados surgiram. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST iniciou seus trabalhos no estado nos vales do Murici e do Jequitinhonha em 1984, pela sua inserção nas reuniões da Comissão Pastoral da Terra-CPT⁷³, e, em fins de 1989, no Triângulo Mineiro, participando de embates pela terra em Iturama, criando a Regional-MST do Triângulo em 1997⁷⁴. Em nível nacional:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve

⁷¹ FONSECA, João Batista da. *Reforma Agrária e Sustentabilidade: Luta pela Terra, Realidade e Perspectivas dos Assentamentos Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Economia. Uberlândia: UFU, 2001. pp. 107 e 109.

⁷² GOMES, Renata Mainenti. *Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: A Resistência Camponesa e a Luta pela Terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Geografia. Uberlândia: UFU, 2004.

⁷³ “A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente, a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, ‘os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista’”. ‘O Nascimento’. *Comissão Pastoral da Terra-CPT*. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 23/05/05.

⁷⁴ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

*sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Hoje, o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos nesse Encontro de 84 e retificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores*⁷⁵.

Somando-se ao MST, outras entidades começaram a apoiar os trabalhadores rurais na região, sobretudo no final da década de 1980 e início de 1990, em especial, a Comissão Pastoral da Terra-CPT, o Partido dos Trabalhadores-PT e a Central Única dos Trabalhadores-CUT⁷⁶. A partir da década de 1990, na medida em que a formação dos movimentos sociais em Minas Gerais expande-se, os trabalhadores rurais intensificam suas reivindicações por terra e justiça no campo.

Nesse contexto de resistência de trabalhadores coletivamente organizados em ações de ocupação de terra e questionamento das condições sociais no meio urbano e da concentração fundiária no campo do Triângulo Mineiro, nasceu o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade-MTL, que preparou, com os trabalhadores, a ocupação da fazenda Rio das Pedras, em 1997. Contudo o movimento surgiu com outra denominação, sucessivas mudanças ocorreram ao longo dos processos de luta em que seus criadores estiveram presentes. A organização do movimento teve início com trabalhadores, lideranças e militantes que participaram dos embates pela terra em Campo Florido e Santa Vitória. Juntamente com técnicos e agentes pastorais da Animação Pastoral e Social do Meio Rural-APR, esses militantes articularam a criação de um movimento no ano de 1994, instituído em 1995, numa reunião realizada na fazenda da Universidade Federal de Uberlândia, inicialmente, denominado Movimento Democrático dos Sem Terra-MDST, objetivando organizar as ocupações que ocorriam ou estavam sendo preparadas na região⁷⁷.

Procurando absorver as ações dos trabalhadores em busca de terra,

a organização se reivindica de massas, autônoma, independente, democrática e socialista. Propõe a articulação de um novo movimento nacional de luta pela

⁷⁵ CALDART, Roseli Salete. O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento Social como Princípio Educativo. *Estudos Avançados*. vol. 15, n. 43. São Paulo, 2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 18/12/2006.

⁷⁶ GOMES, Renata Mainenti. *Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: A Resistência Camponesa e a Luta pela Terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Geografia. Uberlândia: UFU, 2004.

⁷⁷ FONSECA, João Batista da. *Reforma Agrária e Sustentabilidade: Luta pela Terra, Realidade e Perspectivas dos Assentamentos Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Economia. Uberlândia: UFU, 2001. p. 113.

*reforma agrária no país, de caráter político, intimamente articulado com os setores urbanos. Com um programa “anti-latifundiário, anti-imperialista e anti-monopolista”, invoca a transformação social do país*⁷⁸.

Desenvolvida na perspectiva do socialismo, almejando unificar os trabalhadores na luta pela terra na região, a criação do MDST, além de contar com a participação da Igreja Católica, por intermédio da Animação Pastoral e Social do Meio Rural-APR; recebeu ainda o apoio ativo dos trabalhadores que se tornaram lideranças militantes da região e de profissionais da área de economia e direito⁷⁹. Conforme Lourival Soares da Silva, uma das principais lideranças políticas, no início das lutas pela terra na região, os embates se davam por meio da Comissão Pastoral da Terra, posteriormente, devido a problemas com essa entidade, formou-se a APR, passando a fornecer apoio aos trabalhadores.

Na opinião de Lourival, a necessidade de existir um ponto concreto de apoio aos trabalhadores, mediante entidade canalizadora dos objetivos e das formas de luta dos trabalhadores, por meio das ocupações de terra, que atuasse como direção política no enfrentamento e embate pela reforma agrária, caracterizou um dos principais motivos da criação do movimento. A respeito, a liderança declarou:

A proposta inicial do movimento era organizar os trabalhadores que, no momento, precisava de uma instituição que desse uma força de enfrentamento, porque as pastorais e os sindicatos eram apoio, mas vai apoiar quando acontece o enfrentamento dos trabalhadores e pra fazer o enfrentamento precisa que tenha uma frente. Depois, a gente via a necessidade de uma organização maior na questão da produção, na questão político-ideológica mesmo, a gente sentia que os trabalhadores, em geral, acostumado, vinha de uma tradição direita, uma tradição de vamos esperar que vai acontecer, esse

⁷⁸ FONSECA, João Batista da. *Reforma Agrária e Sustentabilidade: Luta pela Terra, Realidade e Perspectivas dos Assentamentos Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Economia. Uberlândia: UFU, 2001. p. 113.

⁷⁹ Entre as principais lideranças da região que participaram da fundação do MTL, estavam Luiz Carlos Galante (Barroso), assentado em Campo Florido; Lourival Soares da Silva, com trajetória de vida ligada às Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, e à Comissão Pastoral da Terra-CPT, foi uma importante liderança dos ocupantes de terra em Iturama, que durante alguns anos ficou assentado na fazenda Nova Santo Inácio-Ranchinho, em Campo Florido e, atualmente, mora na fazenda Rio das Pedras, em Uberlândia; José Ferreira dos Santos (Zé Missias), Capitão de Folia de Reis, participa de ocupações de terra desde 1989, em Limeira D'Oeste e está assentado na fazenda Nova Santo Inácio-Ranchinho, em Campo Florido; João Batista da Fonseca, formado em economia pela Universidade Federal de Uberlândia, atualmente é dirigente nacional do MTL; e ainda, participando não como militante, mas advogada do movimento, esteve Marilda Terezinha da Silva Ribeiro Fonseca, formada em direito pela Universidade Federal de Uberlândia, trabalhou como assessora da Animação Pastoral e Social do Meio Rural-APR e acompanhou o processo jurídico do assentamento da fazenda Nova Santo Inácio-Ranchinho, em Campo Florido, atualmente, é advogada contratada do MTL. Informações retiradas do trabalho: SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira. *Para Além da Lei: Ocupações de um Território Legal-Iturama e Campo Florido/MG 1989 a 1993*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 1997. pp. 174-175.; e de entrevista com o Sr. Lourival Soares da Silva, realizada em 11/01/2007.

*governo não deu, mas no outro dá, Deus tá aí e pode ajudar, mas tem que fazer alguma coisa, então, surgiu com esse objetivo*⁸⁰.

Posteriormente, o MDST passou a fazer contatos com militantes de outras regiões e estados, e em julho de 1996 ocorreu um encontro nacional no assentamento Nova Santo Inácio-Ranchinho, com a participação de lideranças de São Paulo, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, visando preparar um novo movimento. Nesse encontro, redefiniu-se a denominação do MDST, que passou a chamar-se, provisoriamente, Movimento de Luta pela Terra-MLT, promoveu ocupações em Santa Vitória, Perdizes, Campina Verde e Uberlândia e dirigiu a ocupação da fazenda Rio das Pedras, no ano de 1997.

Em um encontro ocorrido em Brasília, em agosto desse mesmo ano, o MLT participou, com a maior delegação (40%), do lançamento do Movimento de Libertação dos Sem Terra-MLST, ensejando ocupações em “*Uberlândia-fazendas Rio das Pedras II, Coaalba, Campanha, Palma da Babilônia, Nova Palma da Babilônia; em Nova Ponte-fazenda Itambé; em Campina Verde-São José da Boa Vista; em Ituiutaba-Engenho de Serra e Capão Rico*”⁸¹. Além do MLST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST intensificou sua atuação na região, realizando as ocupações das fazendas Jubran, Nossa Senhora das Graças e Santo Antônio - Santa Vitória, Colorado, Douradinho - Uberlândia, Cedro - Coromandel, Olhos D'Água - Sacramento e Chico Mendes - Ituiutaba⁸².

Após realizar diversas ocupações na Região do Triângulo Mineiro, o MLST rompeu com a direção nacional do movimento em 2000. A partir daí, passou a denominar-se Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta-MLST de Luta⁸³, com isso, poucos foram os militantes da região que permaneceram vinculados ao MLST nacional⁸⁴. A respeito dos motivos que levaram a essa cisão, nenhum registro foi

⁸⁰ Lourival Soares da Silva-Liderança da Região do Triângulo Mineiro. Morador do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em janeiro de 2007*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

⁸¹ FONSECA, João Batista da. *Reforma Agrária e Sustentabilidade: Luta pela Terra, Realidade e Perspectivas dos Assentamentos Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Economia. Uberlândia: UFU, 2001. pp. 113-114.

⁸² Idem. p. 114.

⁸³ GOMES, Renata Mainenti. *Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: A Resistência Camponesa e a Luta pela Terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Geografia. Uberlândia: UFU, 2004. p. 129.

⁸⁴ Lembrando que o Movimento de Libertação dos Sem Terra-MLST nacional possui Bruno Maranhão como um de seus dirigentes nacionais. Mantendo ações de ocupação de terra na luta contra o latifúndio, o MLST difere-se de outros movimentos devido à maneira violenta de chamar a atenção da opinião pública e dos órgãos governamentais para a questão agrária. Ação desse tipo ocorreu em junho de 2006, quando cerca de 530 militantes do movimento entraram no Congresso Nacional, agredindo pessoas e depredando

encontrado durante a realização desta pesquisa, mas, conforme apontou Lourival, o desacordo teria ocorrido devido a problemas de divergências político-ideológicas e de questões financeiras. Questionado sobre o rompimento, relatou:

Movimento, queira sim ou não, não adianta, dizem que movimento não tem vínculo político, não tem ideologia político-partidária e tal!... Mas acaba tendo! Correntes! Enquanto pequeno, é uma coisa, cresceu, vai vindo pessoas que você não tem conhecimento e tal, que não sabe de onde vêm, mas vêm, acha bonita a proposta e aparece. Então ele cresceu muito, e a base política do movimento era de Minas Gerais, principalmente do Triângulo. E aparece pessoas querendo tirar proveito e num determinado momento as idéias não conferem. Mas é por questões ideológicas, e tem um negócio também que atrapalha um pouco: a política financeira. Me lembro que na época do racha do MLST, nós tinha criado uma instituição pra trabalhar com o MLST, que era a ANARA, a assistência técnica, que através dessa instituição viria os projetos... Hoje, falo sem muita modéstia, mesmo como uma boa liderança que sou, mas nunca liderei lá por cima, que quem tá lá em cima sempre tem outra visão, outros interesses. Quando a liderança deixa de ser base é porque já tá visando outros interesses⁸⁵.

Ao ressaltar as diferenças de interesse entre a base - trabalhadores assentados, e as lideranças⁸⁶ no assentamento Rio das Pedras, Lourival forneceu uma explicação para a cisão ocorrida entre militantes do MLST e, ao mesmo tempo, alertou sobre um dos principais problemas para o desenvolvimento econômico dos trabalhadores assentados. Tempos depois, com um encontro ocorrido em Goiânia, em agosto de 2002, entre lideranças e trabalhadores militantes de diferentes movimentos de luta pela terra de todo o país, o Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta-MLST de Luta, unificou-se com o Movimento de Luta Socialista-MLS⁸⁷ e com o Movimento dos Trabalhadores-MT⁸⁸, formando o Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL⁸⁹.

o prédio público. Vários jornais deram sua versão dos fatos no dia 07/06/2006: Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, etc.

⁸⁵ Lourival Soares da Silva-Liderança da Região do Triângulo Mineiro. Morador do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em janeiro de 2007*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

⁸⁶ Trabalhadores assentados eleitos para representar o assentamento, decidem sobre implementação de políticas públicas junto ao Movimento, aos órgãos oficiais e a outras instâncias que forem necessárias, auxiliando nas decisões relacionadas à organização do assentamento e da produção, entre outras tarefas. Atualmente, o regime administrativo adotado no assentamento Rio das Pedras é o presidencialista, mas houve uma experiência com o regime colegiado. Ambos diferenciam-se pouco, no colegiado, em torno de cinco pessoas (moradores) são designadas para responder pelo assentamento, com um diretor-presidente e um secretário-presidente como principais membros; no presidencialista, existe o secretário, o tesoureiro e o presidente do assentamento. A diferença principal é que no primeiro, todos os membros do colegiado respondem pelo assentamento, no segundo, apesar das decisões também serem tomadas coletivamente, o presidente é o representante responsável pela associação, sobretudo ao negociar com outros órgãos ou assinar documentos relativos aos interesses da mesma. Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

⁸⁷ “O Movimento de Luta Socialista surgiu no ano 2000 como uma nova agrupação socialista e internacionalista, oriundo de um grupo de ex-militantes do PSTU. Durante seus dois anos de existência

Com propostas voltadas à organização e emancipação política e econômica dos trabalhadores, o MTL objetiva atuar no campo e na cidade, através de ações de apoio à reforma agrária, aos sindicatos, aos trabalhadores do transporte alternativo e à busca por moradia digna e educação gratuita. De perspectiva socialista, sua meta mais ousada visa destruir o sistema capitalista, tarefa que atribui aos movimentos e partidos políticos. Procurando sintetizar as discussões transcorridas no encontro de Goiânia, sua cartilha apresenta os principais postulados do movimento - socialismo, liberdade e democracia:

O Movimento de Luta Socialista (MLS), o Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST DE LUTA) e o Movimento dos Trabalhadores (MT), ao se unificarem num único movimento, autônomo e independente, de massas, socialista, democrático e plural, inserido no campo e na cidade, o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), apresenta à sociedade brasileira, em especial aos movimentos e organizações que lutam pela emancipação política e econômica dos trabalhadores, os pressupostos básicos que possibilitaram o surgimento de mais este instrumento de luta do povo brasileiro. O Movimento Terra Trabalho e Liberdade, mais que a junção de idéias e boas intenções, significa a unificação concreta de experiências rurais e urbanas (...). Acumulamos nas últimas décadas importantes vitórias na luta pela reforma agrária, pela moradia, pela educação pública e gratuita, pelo sindicalismo independente e socialista, pelo transporte alternativo, pela organização coletiva dos trabalhadores, pela organização da juventude. (...). Lutamos por um novo socialismo, com liberdade e democracia. (...). Sustentamos que outros movimentos, como o MTL, devem carregar nas suas lutas a estratégia da destruição do sistema do capital, tarefa não exclusiva dos partidos políticos⁹⁰.

procurou sempre defender um novo projeto socialista, com democracia e liberdade. O MLS esteve presente na luta dos excluídos da cidade, como por exemplo, a luta dos perueiros de Goiânia e redondezas, que após uma luta sangrenta contra o Estado e as empresas de ônibus, consolidou o transporte alternativo na região. Em São Paulo o MLS teve participações em ocupações urbanas e nas lutas da juventude, como nas greves e manifestações na USP, saltando o muro da universidade e ligando a luta dos jovens com a luta da população trabalhadora. No movimento sindical seus militantes estiveram à frente das greves do funcionalismo federal e estadual no Rio de Janeiro e em outros estados, lutando também contra a burocratização dos sindicatos e da CUT, defendendo uma mudança profunda nesse terreno. A influência sindical fez com que o MLS tivesse papel de destaque entre os gráficos de Minas Gerais, os previdenciários, os mata-mosquitos e profissionais da educação do Rio de Janeiro”. *Histórico do Movimento dos Trabalhadores*. Disponível em: www.mtl.org.br/portal. Acesso: 20/12/2006.

⁸⁸ “O Movimento dos Trabalhadores-MT, fundado em 1995, no Estado de Pernambuco, lutou pela transformação social defendendo a reforma agrária, urbana e política, ancorado no lema ‘Geração de Trabalho e Riqueza’. Pela necessidade de constituir ações diferenciadas no campo da organização dos trabalhadores buscou constituir empreendimentos autônomos e circuitos econômicos alternativos, com o objetivo de superar o trabalho na forma exclusiva de emprego, através da Rede MT de Organizações Contra a Exclusão Social. O MT teve como missão construir a organização política, econômica e social da sociedade civil, ou seja, o poder real dos trabalhadores, estruturando o mundo do trabalho, com a finalidade de gerar riquezas, a partir da nucleação de famílias, que garante um processo participativo e autônomo, contribuindo para a formação de um bloco histórico do campo popular, para possibilitar a implantação de uma nova sociedade. O MT, organização civil, atuou e esteve presente em vários estados do Nordeste, como Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte”. *Histórico do Movimento dos Trabalhadores*. Disponível em: www.mtl.org.br/portal. Acesso: 20/12/2006.

⁸⁹ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE-MTL. *MANIFESTO 2002* – Cartilha do MTL. Uberlândia: MTL, 2002. p. 3.

⁹⁰ Idem. p. 1.

Mantendo atuações de luta referenciadas no MST, pelo meio das ocupações de propriedades de terra improdutivas, o MTL difere do maior movimento social do país, ao propor ações reivindicatórias no campo e na cidade. Apesar de considerar o MST parceiro na mobilização e organização social em busca da defesa dos direitos dos trabalhadores, o MTL deixa clara sua atual reprovação ao modo suave como o MST concebe o primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva e à relação do movimento com o Estado, que, aos olhos do MTL, tende a comprometer sua tradicional independência.

Ao reafirmar que mantinha fortes esperanças no Partido dos Trabalhadores-PT, o MTL ressalta, hoje, seu descrédito no governo petista, que considera subordinado ao capital internacional e ausente em estratégias efetivas no caminho da reforma agrária. Empenhando esforços na construção de alianças com todos os partidos e movimentos considerados socialistas, o MTL estabelece o Partido Socialismo e Liberdade-PSOL, como uma das principais relações a consolidar, desde que assegurada sua autonomia e independência como movimento. Ao evidenciar sua posição em relação ao PSOL, MST, PT e governo Lula, garante:

O MTL preserva sua autonomia e independência, mas se dispõe a construir uma aliança estratégica com o PSOL. O MTL tem suas instâncias políticas, assim como o PSOL. Queremos o PSOL, como outras forças socialistas, participando das nossas lutas. (...). Estamos dispostos a consolidar ações e processos unificados com o MST, mas achamos que o movimento está equivocado na sua caracterização do que é o governo Lula. Achamos que isso compromete o histórico de independência que o MST tem em relação aos governos. (...). E o PT acabou como alternativa, porque deixou de ser um partido dos trabalhadores para se tornar um instrumento a serviço da manutenção dos interesses da burguesia. (...). Em relação à reforma agrária, Lula é pior que FHC. Porque Lula não quer promover nenhuma mudança, que distribua renda e poder, como preparar um plano que inicie a reestruturação fundiária do país. Trata a reforma agrária como um instrumento de política compensatória oferecendo migalhas para o povo, atuando para a manutenção da agroindústria capitalista e do latifúndio⁹¹.

Entretanto, mesmo quando enfatiza seu caráter socialista, no combate ao capitalismo, à situação de dependência econômica do país em relação ao mercado internacional, articulando ações em defesa dos excluídos do campo e da cidade, ao procurar garantir suas propostas, as experiências do MTL produziram poucos resultados. Até os dias atuais, pode-se dizer que as novas realidades que ajudou a construir no campo, sobretudo no Triângulo Mineiro, mediante as ocupações de terra,

⁹¹ FONSECA, João Batista da. A experiência do MTL. *Revista Movimento*. Brasil: Movimento. n. 2. jan.fev./2005.pp. 11-12.

foram incapazes de assegurar melhores condições de vida aos trabalhadores. Um dos principais motivos desse fracasso, assinalado pelas lideranças do movimento, teria sido a opção da maioria dos assentamentos então instituídos pela produção organizada individualmente, trabalho familiar, em detrimento do trabalho coletivo, que congregasse todas as famílias.

Contudo, ainda que reconheça a opção pelo trabalho individual como um dos fatores prejudiciais para o desenvolvimento econômico das famílias assentadas na fazenda Rio das Pedras, torna-se importante lembrar que os valores do sistema capitalista, notadamente aqueles no interior dos quais a individualidade impera, como os da concorrência no estabelecimento de objetivos e trabalhos individuais em prol da realização material e da defesa da posse dos bens adquiridos, produziram e arraigaram anseios próprios de sua cultura. Dessa forma:

*(...) tanto a indisposição para o trabalho e ações coletivas, por parte de expressivo número dos assentados da reforma agrária, assim como o individualismo e a competitividade fazem parte de uma cultura mercadológica, hegemonicamente instalada na sociedade brasileira, e quiçá mundial, em que os esforços dos movimentos organizados e das suas lideranças em combatê-la têm esbarrado em muitas dificuldades. Trata-se de uma disputa no plano simbólico, cuja eficácia do sistema, em termos de fixar valores, tem, em muitos momentos, se sobreposto ao trabalho direto e ao envolvimento pessoal dispensado pelas lideranças do movimento organizado*⁹².

Nesse sentido, a consciência das lideranças de que a escolha por lotes e produção individuais, da parte dos assentados da fazenda Rio das Pedras prejudica os objetivos do grupo todo, acabou por não contribuir muito para resolver esse tipo de problema no desenvolvimento da associação de moradores. Antes, tem caracterizado entraves na relação entre lideranças do movimento e do assentamento com moradores. Todas as vezes em que se mencionou a importância dos trabalhos coletivos, surgiram enormes atritos nessa relação. Aos olhos das lideranças, está claro que a opção em trabalhar coletivamente deve partir de uma vontade interna aos trabalhadores, que devem querer participar dessa forma de produção pelo livre consentimento⁹³. Entretanto, a partir de representações coletivamente vivenciadas pelos sujeitos, nas

⁹² ALMEIDA, Antônio de. Movimentos Sociais e Políticas Públicas de Reforma Agrária no Brasil: Conquistas e Percalços dos Trabalhadores na Luta pela Terra. *Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociología Rural*. Equador. Nov./2006. CD ROOM. p. 12.

⁹³ Lourival Soares da Silva-Liderança da Região do Triângulo Mineiro. Morador do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em janeiro de 2007*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

quais se cria a ilusão de que, no sistema capitalista, o progresso individual institui-se como sinônimo de desenvolvimento social e de resolução dos problemas gerados, a saída buscada torna-se, necessariamente, a que leva ao individualismo e à concorrência. E são exatamente esses ideários que foram verificados nos moradores do assentamento Rio das Pedras.

Sendo assim, apontando o trabalho individual como enorme problema no avanço econômico dos vários assentamentos estabelecidos, e tentando encontrar novas direções para superar esses obstáculos, atualmente, o MTL propõe construir Empresas Rurais Comunitárias nas fazendas conquistadas pelos trabalhadores, mediante políticas de organização da produção em que os meios e a força de trabalho sejam coletivamente empregados⁹⁴. Dessa forma, na tentativa de eliminar a produção individual dos assentamentos, a maior parte de cada lote seria destinada ao trabalho em grupo, enquanto que uma pequena porção seria reservada à utilização individual. Acerca desses objetivos, Deodato Divino Machado, Coordenador Estadual do MTL, esclareceu:

Nós estamos aí hoje com um desafio muito grande pela frente, porque nós estamos tentando criar um novo modelo de reforma agrária. Nós conquistamos uma área, uma das melhores em qualidade de terra, que é a fazenda São Domingos, onde nós estamos assentando 177 famílias. E lá, já com uma concepção totalmente diferente da reforma agrária que existe. Então, nós estamos fazendo a discussão, que começa dentro do trabalho de base, tentando convencer as famílias de que é um projeto diferenciado, e que elas só virão se quiserem. Mas é onde vai oferecer condição da pessoa tá trabalhando dentro de um processo coletivo, onde nós vamos estar tirando um alqueire de terra pra explorarão individual, de cada família, e dentro dessa fazenda ele passa a ser um dos donos de toda essa área, o diferencial tá aí, ele passa a ser dono de tudo que é produzido, de todo o lucro, e deixa de ter só uma gleba de terra, ele passa a ser dono de toda a fazenda também. Passa a ser um sócio, porque ele fica em cooperativa⁹⁵.

Ao apostar em estabelecer formas diferenciadas de organização da produção nos assentamentos, o MTL segue nas ocupações de terra no estado, procurando articular forças trabalhadoras do campo e da cidade rumo à realização da reforma agrária fundamentada no cooperativismo. Porém a obtenção de terra ainda caracteriza seu limite de atuação em favor da melhoria nas condições de vida dos trabalhadores. De modo geral, diversos movimentos sociais existentes atualmente na Região do Triângulo

⁹⁴ FONSECA, João Batista da. A experiência do MTL. *Revista Movimento*. Brasil: Movimento. n. 2. jan.fev./2005.pp. 11-12.

⁹⁵ Deodato Divino Machado-Coordenador Estadual do MTL. *Entrevista concedida em dezembro de 2006*. Secretaria Estadual do MTL. Uberlândia/MG.

Mineiro⁹⁶ conseguem avançar no sentido da reforma agrária somente no acesso à terras, mantendo certos entraves na realização de medidas efetivas para o desenvolvimento da produção nos assentamentos. Contudo essas estratégias e atuações de ocupação de terra caracterizam pressões dos movimentos sociais para que as instâncias estatais tornem concretas as políticas públicas de distribuição de terras no campo brasileiro, constituindo as principais bandeiras de luta e auto-afirmação dos tradicionais, e talvez únicos, movimentos organizados coletivamente rumo a mudanças no espaço rural do país.

Assinalando a diversidade de sujeitos sociais, própria sobretudo da realidade brasileira, os movimentos sociais pela terra congregam diferentes posições, objetivos e interesses, articulam embates políticos e ideológicos no seu próprio interior. Apesar das dificuldades em contornar problemas de ordem financeira, ideológica e política no âmbito dos assentamentos, principalmente na relação com trabalhadores e lideranças eleitas, os movimentos mantêm firme o propósito de questionamento e contestação à concentração fundiária no Brasil, configurando nas ocupações de terras improdutivas sua principal forma de luta.

Entretanto, essa marcante concentração fundiária verificada em toda a Região do Triângulo Mineiro pouco se difere da realidade do país inteiro, que historicamente tem registrado enorme disparidade na divisão do campo, onde, em muitos casos, a aquisição de propriedades rurais ocorreu por meio de grilagem de terras⁹⁷, ainda que a maioria dos proprietários desse tipo de imóvel negue sua real origem⁹⁸. Dados técnicos sobre o

⁹⁶ Atualmente, os movimentos sociais e entidades envolvidas nas reivindicações de terra na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são os seguintes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais-MTR, Movimento Pela Reforma Agrária-MPRA, Caminho de Libertação dos Sem-Terra-CLST, Movimento de Libertação dos Sem-Terra-MLST, Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais-MSTR, Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL, Liga Operária e Camponesa-LOC, Animação Pastoral e Social no Meio Rural-APR, União Nacional da Luta Camponesa-UNLC e Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais-FETAEMG. “Conflitos pela Terra”. *Comissão Pastoral da Terra-CPT*. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 15/01/2007.

⁹⁷ Grilagem significa falsificação de títulos de propriedades por meio da posse ilegal de extensas áreas de terras públicas e/ou alheias. Conforme Eduardo Scolese, “grilagem é o processo de apropriação de terras públicas e alheias por meio da falsificação dos títulos de propriedade. A origem do termo é a seguinte: primeiro o fazendeiro falsificava a escritura de uma determinada área. Em seguida, para dar uma aparência antiga aos documentos, colocava a papelada em uma gaveta cheia de grilos. Corroída e amarelada por substâncias liberadas pelos insetos após cinco semanas, as escrituras pareciam autênticas”. In: SCOLESE, Eduardo. *A Reforma Agrária*. São Paulo: Publifolha, 2005. p. 10.

⁹⁸ Um surpreendente exemplo de concentração fundiária no Brasil foi assunto da Revista Caros Amigos de setembro de 2005. Numa entrevista com Cecílio do Rego Almeida, empreiteiro paranaense que enriqueceu construindo obras públicas no Brasil e no exterior, dono da CR Almeida Engenharia e Construções, quarto maior grupo econômico privado do país e principal construtora, com patrimônio de 3,274 bilhões de dólares, a revista aponta o empreiteiro como “o maior grileiro do mundo”, referência à grilagem de duas fazendas no Pará, realizada por Cecílio na década de 1990, uma de 1,2 milhão de

território brasileiro constata que o país, com uma área total de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de superfície, que correspondem a 850 milhões de hectares, possui 371 milhões de hectares de solos classificados em potencialidade agrícola, totalizando 43,7% do território nacional. Desse número, apenas 52 milhões de hectares de terra são cultivados, somando-se lavoura temporária e permanente, sendo que “*dos 376 milhões de hectares cobertos pelos 5,8 milhões de estabelecimentos agrícolas do país, 3,1 milhões de pequenos agricultores têm acesso a apenas 10 milhões de hectares, 2,67% do total*”⁹⁹, e os 50 mil latifúndios que cobrem mais de 1000 ha. detêm 165 milhões de hectares, o que significa que 1% dos estabelecimentos rurais controla 44% do total¹⁰⁰. Ademais, quanto maior a propriedade fundiária, maior proporção dessa terra fica parada, o que confirma a disparidade nessa repartição como um dos elementos que, adicionados às difíceis condições de vida na cidade e a certa identidade de alguns com os modos de vida rural, determinam, grandemente, a ocorrência das manifestações e da organização de trabalhadores sem terra em movimentos sociais no país.

Motivações históricas dos conflitos agrários no Brasil

A profunda e constante desigualdade na repartição do território nacional demonstra o descompasso entre trabalhadores sem terra e grandes latifundiários, numa situação geradora da necessidade de uns e da reserva econômica de outros. Realmente, grande parte das terras agricultáveis do país “*é utilizada como reserva de valor, por grandes proprietários que preferem imobilizar grandes áreas e esperar que se*

hectares e outra de 4,77 milhões de hectares, que juntas dão uma área maior que a do Estado da Paraíba. Com patrimônio pessoal classificado em torno de 5 bilhões de dólares, o empreiteiro, que figurou na lista da revista *Forbes* entre os cem homens mais ricos do mundo se diz dono de duas áreas amazônicas que totalizam quase 6 milhões de hectares. Conforme a Caros Amigos, “o interesse de dom Ciccillo (como é chamado pelos íntimos), pela floresta surgiu em dezembro de 1994, quando ele deparou com um anúncio publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* que oferecia, por 40 milhões de reais, ‘a maior fazenda do mundo’. Meses depois, três assessores de Cecílio foram à sede do Iterpa e manifestaram, diante de diretores da entidade, o desejo do patriarca de implantar na área um projeto de preservação ambiental ‘auto-sustentável’ batizado de Floresta para Sempre. Na ocasião, os assessores teriam sido alertados de que o Estado do Pará jamais fizera concessão de terras com aquelas dimensões a particulares. Mais: foram informados de que se tratava de patrimônio público, uma vez que não havia nos arquivos do órgão nenhum registro de título definitivo expedido pelo Estado para aquela localidade – Cecílio nega ter sido avisado e atribui a versão a ‘débeis mentais do Iterpa’. O certo é que no dia 13 de junho de 1995 Cecílio fechou o negócio”. Em meio a problemas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, a Fundação Nacional do Índio-Funai, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama e com o Instituto de Terras do Estado do Pará-Iterpa, pelo latifúndio que diz possuir, Cecílio alega que jamais teria coragem de fazer grilagem. BARROS, João de. O Maior Grileiro do Mundo. *Revista Caros Amigos*. Ano IX, n. 102, set./2005. São Paulo: Casa Amarela, 2005. pp. 26-27.

⁹⁹ DOWBOR, Ladislau. Reforma agrária. *SEM TERRA: JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS* – Ano XIV, n. 144, mar./1995. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 05/04/2004.

¹⁰⁰ Idem.

valorizem por efeito de investimentos públicos e privados de terceiros, do que desenvolver atividades produtivas”¹⁰¹. Contudo, pelo que se sabe, a característica de concentração das terras no país possui razões históricas e, por isso mesmo, a idéia de reforma na estrutura fundiária do Brasil, defendida pelos movimentos sociais, interfere diretamente em interesses econômicos, políticos e sociais. Sendo assim,

*por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente, derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria*¹⁰².

No entanto, como os estudos históricos registraram, a presença do latifúndio no Brasil não é recente, remonta às capitanias hereditárias do século XVI¹⁰³, quando a propriedade privada da terra ainda não estava oficialmente assegurada, porém, foi no ano de 1850, decorrente de pressões inglesas sobre a Coroa portuguesa para a libertação dos escravos e da substituição dessa mão-de-obra pelo trabalho assalariado, e para assegurar o monopólio das terras sob o poder de Portugal, que se promulgou a Lei n. 601, primeira lei agrária do país, conhecida como Lei de Terras. A lei caracterizava a implantação oficial da propriedade privada da terra no território brasileiro, pois se constituiu sobre um fundamento jurídico que transformava a terra caracterizada somente como um bem natural em mercadoria a ser comprada e vendida, e deixou de representar apenas objeto de uso, como estava estipulado então pela Coroa portuguesa¹⁰⁴.

¹⁰¹ DOWBOR, Ladislau. Reforma agrária. *SEM TERRA: JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS* – Ano XIV, n. 144. mar./1995. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>. Acesso: 05/04/2004.

¹⁰² PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 15.

¹⁰³ Com o intuito de levar adiante o plano de colonização do território brasileiro, já nas primeiras décadas do século XVI, a Coroa portuguesa começou a distribuir enormes glebas de terras, por meio de cartas de doação a particulares, pessoas, em sua maioria, pertencentes à nobreza de Portugal ou prestadores de serviços à metrópole, que se propusessem a povoá-las e explorá-las com recursos próprios em nome da Coroa. Denominadas de capitanias hereditárias, essas delimitações geográficas realizadas no território brasileiro constituíam quinze faixas de terra, com dimensões variando de 150 a 600 quilômetros de largura. As capitanias, por sua vez, eram divididas em sesmarias, (dimensões de terra que formaram os latifúndios) e doadas pelos capitães-donatários às pessoas de sua confiança para explorar e povoar. Além disso, a Lei de Terras evitava a apropriação da terra pelos trabalhadores, quer fossem os escravos recém libertados em decorrência das pressões inglesas, quer fossem os imigrantes que começavam a chegar da Europa. In: MORISSAWA, M. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. Assim, ainda no século XVI, “a exploração econômica das sesmarias, face às circunstâncias do mercado mundial, e à subordinação da colônia à Portugal (...) impõe o cultivo de um só produto (no caso a monocultura da cana-de-açúcar) que vai desenvolver com base na mão-de-obra escrava importada da África. Fecha-se assim o quadro que vai dominar a economia brasileira durante alguns séculos: a grande propriedade, monocultora (...), voltada para o exterior”. In: PINTO, Luis Carlos Guedes. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1984. *Reforma Agrária*. Jan./abr. Campinas: ABRA, 1995. p. 65.

¹⁰⁴ STEDILE, João Pedro. (org.). *A Questão Agrária no Brasil: O Debate Tradicional-1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 23.

Criada no auge das lutas pela libertação dos escravos, com suas repetidas fugas que vinham ocorrendo sobretudo a partir do século XVII, e pelos conflitos gerados entre senhores de terra e grupos cada vez maiores de escravos organizados, a Lei de Terras apregoava que a posse da terra só se daria através da compra ou herança legalizadas em cartório, devendo os sesmeiros validar seu direito adquirido. Sumariamente:

(...) A Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, determinava que a terra só poderia ser adquirida pela compra, o que acabava com o sistema de posse. Uma das suas características era elevar o preço das terras, obrigando o pagamento a vista. Desta forma, a venda das terras era dirigida para uma elite social e o dinheiro arrecadado seria aplicado na vinda de colonos europeus. A Lei de Terras visava não só consolidar a posse da terra nas mãos de uma elite, como também preparar um novo tipo de mão-de-obra para a lavoura, pois sabia-se que o escravismo teria que terminar¹⁰⁵.

A posse das terras no Brasil, que desde o século XVI estava concentrada sob a forma de capitanias hereditárias e sesmarias, em poder de grupos minoritários, a maioria proveniente da elite portuguesa, continuou assegurada nessas normalizações, dessa vez, como mercadoria com domínio oficial, consolidado pela instituição da propriedade privada da terra pela Lei de Terras. Além disso, os acontecimentos se encaminhavam nesse sentido ainda no século XVII, quando a obrigatoriedade de produção na terra como critério para a concessão de uso foi enfraquecendo e, com isso, “o sesmeiro foi aos poucos tornando-se fazendeiro, senhor de engenho, cada vez mais privilegiado”¹⁰⁶.

Portanto, a Lei de Terras representou a oficialização dos interesses particulares de grupos minoritários da sociedade brasileira, cujo “objetivo era definir, então, o que estava no domínio ou na posse de particulares, para, excluindo-o, aferir-se o que era do domínio público”¹⁰⁷, que representava a totalidade do restante das terras do país que permaneceria no poder da Coroa portuguesa e que, posteriormente, em 1822, com a ‘independência’ do Brasil, continuaria concentrada nas mãos de grupos específicos. “A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e

¹⁰⁵ CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária*. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998. p. 30.

¹⁰⁶ Ao findar do século XVIII, devido à quantidade de sesmarias concedidas, os latifúndios se alastravam, ocupando as regiões mais importantes do país. Consequência disso, em 1822 havia latifúndios com até 132 quilômetros de extensão, cujos donos permitiam lavradores em suas terras, mas apenas como dependentes, o que fez com que muitos se tornassem posseiros de pequenos lotes entre uma e outra propriedade, dando início ao sistema de posse, que esteve presente no cenário nacional até o ano de 1850, momento de expansão cafeeira no Brasil, com as terras valorizadas e os proprietários começando em vão a eliminar os posseiros. In: MORISSAWA, M. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 70.

¹⁰⁷ BORGES, Paulo Torminn. *Institutos básicos do direito agrário*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 49.

consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”¹⁰⁸, e um dos fortes fatores que contribuíram para o surgimento dos posteriores movimentos e conflitos por terra ocorridos no país. Deste modo, ao mesmo tempo em que a Lei incluiu a entrada na terra dos grupos que detinham recursos para realizar sua compra, impediu pacificamente a entrada da ampla maioria de pessoas pertencentes às classes populares, notadamente os índios e os negros, pois, ao final das contas:

*Com que dinheiro o negro vai comprar a terra? E de quem o negro vai herdar a terra? A partir daí, o que aconteceu? Aconteceu a posse da terra. Aconteceu a posse mansa e pacífica da terra. Os negros iam longe, país grande, e lá por grupos, por etnias, por proximidades de parentesco, eles iam se estabelecendo, com liberdade também. Isso foi tão forte no país que se criou o estatuto da posse da terra. A maneira negra, posse mansa e pacífica tornou-se lei, e quem ocupa uma terra por um ano e um dia é considerado com direito a essa terra*¹⁰⁹. *Não um direito pleno, mas um direito que não pode ser posto fora. Foi assim que começou a posse, e é essa posse que hoje em dia é a força dos movimentos populares, das organizações de trabalhadores e trabalhadoras*¹¹⁰.

Por isso mesmo, os movimentos sociais pela terra possuem sua importância, ao denunciar as formas de injustiça historicamente praticadas contra os sujeitos sociais desprovidos de terra, promovendo, a partir das ocupações, o enfrentamento político em defesa dos direitos dos trabalhadores. Apesar de os conflitos agrários, em Uberlândia, terem-se iniciado apenas na década de 1990, com a experiência da ocupação da fazenda Rio das Pedras, os embates pela terra no país são de longa data. Quando se analisa os últimos 60 anos da história do Brasil, constata-se que a indústria, aos poucos, dominou as cidades e invadiu o campo, o que reduziu, constantemente, a quantidade de pessoas que permaneceram morando e trabalhando no meio rural. A fazenda tradicional, quase auto-suficiente em trabalho, moradia, alimentação, lazer, escola e igreja, aos poucos, perdeu seus moradores para as cidades, e com isso, foi desaparecendo¹¹¹.

Por interesse de grande parte dos proprietários rurais e por iniciativa de muitos trabalhadores, nesse caso, por falta de política governamental e de recursos de trabalho

¹⁰⁸ STEDILE, João Pedro. (org.). *A Questão Agrária no Brasil: O Debate Tradicional-1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 23

¹⁰⁹ Referência ao artigo 97, I, do Estatuto da Terra. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. In: *Estatuto da Terra*. 14 ed. (atual. e ampl). São Paulo: Saraiva, 1999.

¹¹⁰ Dom Tomás Balduino. Palestra proferida em 10 de abril de 2006 durante o *I Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas*. Evento realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na Universidade Federal de Uberlândia, promovido pelo “Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo-MG/TM”, implementado pela Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

¹¹¹ MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: Questão de Terra ou de Gente?* São Paulo: Moderna, 1987.

destinados ao campo, houve um despovoamento das terras, e os trabalhadores que nelas permaneceram ficaram somente pelo interesse na pequena remuneração que lhes pudesse assegurar a sobrevivência.

Porém as transformações ocorridas no campo brasileiro, na segunda metade do século XX, possuem razões relativas às novas formas de organizar a produção e as relações de trabalho, uma vez que “(...) o sistema agrícola brasileiro já não satisfaz aos objetivos de lucro da maioria dos proprietários, não corresponde às expectativas do país e do conjunto da população e não atende às necessidades mais elementares da massa trabalhadora do campo”¹¹², situação verificada na ausência de perspectivas do trabalho no campo e na conseqüente migração de trabalhadores rurais para as cidades à procura de alternativas por melhores condições de vida.

Com a modernização conservadora da agricultura brasileira da década de 1970, esse quadro impulsionou-se pelas mudanças ocorridas com a passagem do complexo rural ao agroindustrial decorrente do início da produção de bens industriais e da instituição do mercado interno de bens de capital¹¹³. A modernização da agricultura dinamizou as forças produtivas do campo, aumentou a produtividade, mas gerou maior concentração fundiária e estimulou o grande êxodo rural ocorrido na década de 1970. Além disso, o crescimento econômico, conhecido como “milagre brasileiro” do período de 1967 a 1973, centralizou as riquezas produzidas e chegou ao auge em 1974, quando os índices de crescimento da economia brasileira começaram a decair, provocando uma situação de crise estabelecida entre 1975 e 1977¹¹⁴.

Posteriormente, com outras transformações na produção, principalmente a partir de 1980, pelos processos de automação do trabalho nos países desenvolvidos, com fortes desdobramentos no Brasil, o país passou por mudanças em sua base produtiva, marcadas pela racionalização e flexibilização no modo de produção e organização do trabalho¹¹⁵. Essas mudanças, ocorridas especialmente nas regiões metropolitanas, acarretaram a diminuição do potencial de trabalho disponível no mercado, dando lugar à informalidade e conseqüente perda de direitos trabalhistas. Aos trabalhadores que chegavam do campo restava um caminho difícil, pois sua inserção nesse novo tipo de

¹¹² MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: Questão de Terra ou de Gente?* São Paulo: Moderna, 1987. p. 5.

¹¹³ SILVA, José Graziano da. Mas qual reforma agrária? *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA. 17/11, abr./jul., 1987.

¹¹⁴ _____. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 11.

¹¹⁵ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5 ed. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 15.

mão-de-obra pressupunha saber e qualificações que não possuíam, e a realização de seus objetivos esbarrava, inicialmente, na dificuldade de permanecerem empregados.

Na Região do Triângulo Mineiro, as migrações de trabalhadores do campo para as cidades fizeram com que muitas ficassem inchadas em razão do volume de pessoas advindas do meio rural. No município de Uberlândia, apenas cinco por cento da população ainda vive no campo, entre outros fatores, a “*transformação econômica e tecnológica, que chegou rapidamente ao campo, aliada ao agribusiness, foi, e hoje ainda é, desencadeadora dessa migração*”¹¹⁶. Contudo, em Uberlândia e na maioria das cidades do país, o aumento da população urbana se deve ainda a outros motivos. Estudos relatam que no Brasil, diversos fatores causaram a expulsão dos trabalhadores do campo, mas o monopólio da terra e sua exploração econômica por meio da monocultura tiveram, necessariamente, um peso maior sobre o êxodo rural. Como consequência desse fluxo de migrantes para as cidades, a população urbana saltou de 12,8 milhões no ano de 1940, para 80,5 milhões no ano de 1980¹¹⁷.

Nesse período, a população rural passou de 68,7% para 32,4%, num processo de intensa redução, o que gerou “*a miserabilização da população urbana e uma pressão enorme na competição por empregos*”, de modo que

*esse crescimento explosivo entra em crise em 1982, anunciando a impossibilidade de seguir crescendo economicamente sob o peso das contrições sociais que deformavam o desenvolvimento nacional. Primeiro, a estrutura agrária dominada pelo latifúndio que, incapaz de elevar a produção agrícola ao nível do crescimento da população, de ocupar e pagar as massas rurais, as expulsa em enormes contingentes do campo para as cidades, condenando a imensa maioria da população à marginalidade. Segundo, a espoliação estrangeira, que amparada pela política governamental fortalecera seu domínio, fazendo-se sócia da expansão industrial, jugulando a economia do país pela sucção de todas as riquezas produtivas*¹¹⁸.

Em decorrência das mudanças ocorridas nas relações sociais rurais e no processo de trabalho, ao chegar aos centros urbanos o trabalhador rural não encontra outra opção senão a de inserir-se no mercado informal de trabalho, em que, na maioria das vezes encontra sérias dificuldades de sobrevivência. No município de Uberlândia, a situação de dificuldades do homem do campo ao procurar empregos para se instalar no espaço

¹¹⁶ MICHELOTO, Antônio Ricardo. Apud POPÓ, Pedro. Êxodo Rural mantém esperança e saudade: Campo está vazio, cidades, cada vez mais, se enchem de sonhos e decepções. *Correio de Uberlândia*. mar./2006. Disponível em: www.correiodeuberlandia.com.br. Acesso: 22/09/2006.

¹¹⁷ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 198 e 200.

¹¹⁸ Idem.

urbano, tem sido marcada, notadamente, pela não qualificação desses trabalhadores para exercer funções do mercado de trabalho:

"Eles deixam o campo, vêm para a zona urbana e, por só saberem fazer aquilo que aprenderam na roça, vão trabalhar naquilo que dão conta de fazer", salienta o diretor do PSIU, Antônio Marinho, uma unidade estadual que reúne num mesmo prédio em Uberlândia seções de ofertas de empregos, de emissão de carteiras profissional e de identidade (...). "O trabalhador rural, quando chega aqui, por não estar qualificado, se sujeita a trabalhar como serviços gerais, servente de pedreiro, auxiliar de pintor e outras funções mais simples", dita Rita de Cássia, funcionária do escritório do Sistema Nacional de Emprego (SINE)¹¹⁹.

Entretanto, como se sabe, a situação de exclusão social em Uberlândia e no país inteiro existe porque o sistema capitalista brasileiro é caracterizado por grande concentração em poder de poucos, tanto da propriedade fundiária, como também dos capitais industriais, financeiros, da renda em geral e do poder político¹²⁰. Diante dessa difícil circunstância, o trabalhador rural se vê forçado a abandonar seu objetivo de cultivar a terra, quando vai para as cidades, perdendo as condições de prover a subsistência à sua própria família no ambiente com que se identificava, fato recorrente no Brasil ao longo de toda a década de 1970. Ao procurar superar a situação de dificuldades enfrentadas no meio urbano, muitas famílias de grupos populares se inserem nos movimentos sociais por terra, objetivando conquistar melhores condições de vida.

Fruto desse contexto, a ocupação da fazenda Rio das Pedras constituiu o marco inicial dos conflitos por terra no município de Uberlândia, pois representou a primeira posse de terra ocorrida como produto da luta dos trabalhadores. E antes da participação na ocupação dessa fazenda, *"a maioria das famílias residia na periferia de Uberlândia, mas também participaram da ocupação famílias de Campo Florido, Capinópolis, e Limeira D'Oeste"*¹²¹, com pessoas nascidas em diversas regiões do estado e do país¹²².

¹¹⁹ Apud POPÓ, Pedro. Êxodo Rural mantém esperança e saudade: Campo está vazio, cidades, cada vez mais, se enchem de sonhos e desilusões. *Correio de Uberlândia*. mar./2006. Disponível em: www.correiodeuberlandia.com.br. Acesso: 22/09/2006.

¹²⁰ MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: Questão de Terra ou de Gente?* São Paulo: Moderna, 1987.

¹²¹ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG*. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002. p. 7.

¹²² Entre as principais regiões de Minas Gerais e de outros estados brasileiros, destacam-se: Tupaciguara (MG); Campina Verde (MG); Prata (MG); Luz (MG); Brasilândia (MG); Mata Grande (AL); Anápolis (GO); Campo Florido (MG); Iturama (MG); Miguelópolis (SP); Uberaba (MG); Miraporanga (MG); Ituiutaba (MG); Limeira do Oeste (MG); Dumont (SP); Capinópolis (MG); Peçanha (MG); Natal (RN); Uberlândia (MG); Canápolis (MG); Ilhéus (BA); Dolores do Indaiá (MG); e Conceição Araguaia (PA). In: *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma*

Contudo, além das condições sociais difíceis nas cidades, que motivaram a busca por novos caminhos, outro aspecto importante a ser considerado na opção pela ocupação diz respeito a uma leitura política de caráter mais amplo e estabelece uma relação entre a ação desse grupo de sem terra e a concentração fundiária em Uberlândia, pois a segunda, indiretamente, contribuiu para desencadear a primeira.

Apesar disso, conforme moradores do assentamento Rio das Pedras relataram, o motivo principal da participação dos trabalhadores na ocupação foi, essencialmente, as difíceis condições de vida em que se encontravam nas cidades. A respeito desse ponto, ao ser questionado sobre sua trajetória de vida e opção pela luta organizada, o senhor Iraci Pedro dos Santos, morador do assentamento Rio das Pedras, ao comentar sobre as experiências no meio urbano, declarou:

Eu fui nascido em Oliveira, Minas Gerais, aí eu fui acabar de criar em Campos Altos, formando lavoura pros outros desde menino, desde menino..., aí a gente mudou pra Uberlândia em 1970, minha família foi criada todinha aqui dentro de Uberlândia. Aí aprendi a profissão de pedreiro, trabalhei uns dez anos, não só aqui, Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, na usina e Itaipu, sofrendo pra trazer alimento pra família né. Aí, vi que não dava, e vamos mexer com reflorestamento, reflorestamento na região toda aqui, eu derrubando eucalipto, tinha um cerrado e tal..., pra levar o alimento pra família né, mas, fui vendo que na cidade não dava, não dava, e não dava de jeito nenhum, então, fui pros sem terra, fui pegar minha terra, foi por isso que eu vim pros sem terra¹²³.

Durante as entrevistas, a maioria dos trabalhadores assentados na fazenda Rio das Pedras pôs em evidência as difíceis condições de vida em que se encontrava no município de Uberlândia e outras cidades, ocasionadas pela falta de oportunidades de trabalho que possibilitasse o acesso à habitação, à assistência à saúde e à escola para os filhos, alegando serem esses os principais fatores da luta pela terra. Depoimentos que contrastam com certo ideário de progresso sobre Uberlândia, fortemente difundido nos imaginários sociais do município, sobretudo, pelos setores sociais mais abastados¹²⁴.

Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002. p. 7.

¹²³ Iraci Pedro dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. Entrevista concedida em agosto de 2002. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹²⁴ Sobre o município de Uberlândia, existe uma farta bibliografia, ver, entre outros: RODRIGUES, Jane de Fátima. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços 1924-1964*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1989.; MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada. Uberlândia 1965-1980*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.; ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos de. *“Uberlândia Operária?” Uma abordagem sobre as relações sociais em Uberlândia 1950-1964*. Dissertação/Mestrado em História Social. Campinas: UNICAMP, 1992.; NUNES, Leandro José. *Cidade e Imagens: progresso, trabalho e quebra-quebra. Uberlândia 1950-1960*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo:

Nessa perspectiva, indicadores sócio-econômicos de Uberlândia, que descrevem taxas significativas de crescimento do município, o qual conta ainda com uma estrutura moderna e arrojada, não considera a outra face da comunidade, esquecida ou relegada ao segundo plano, sobretudo pela prefeitura municipal, freqüentemente, ausentando-se no fornecimento de atenção igualitária aos diversos segmentos sociais, deixando às margens dos serviços públicos as necessidades dos grupos sociais economicamente mais desprovidos da cidade. Dessa forma, o discurso do progresso apontado sobre a realidade local cumpre apenas o papel de desviar as atenções para a grandiloquência do município, numa tentativa de difundir a idéia de universalidade daquilo que é usufruído por poucos. Porém essa ideologia não conseguiu acobertar a realidade socialmente constituída pelos pobres e excluídos.

Mas, sob a ótica progressista, Uberlândia constitui símbolo de desenvolvimento, cidade onde as desigualdades e a precariedade social praticamente inexistem. Buscando forjar a realidade social perfeita, essas representações revelam o intuito desses setores em encobrir os processos de exclusão social que relegam parcelas significativas da comunidade a difíceis condições de sobrevivência. Com população atual de 585.260 habitantes¹²⁵, o município de Uberlândia gerou expressiva quantidade de riquezas em sua história, o que atraiu investimentos, mão-de-obra e estabeleceu altos índices de crescimento populacional na região¹²⁶. Contudo ainda deixa a desejar quando se trata do suprimento das necessidades essenciais, sobretudo educação, saúde e instalações de moradias¹²⁷, provando, mais uma vez, a diferença entre progresso e desenvolvimento.

PUC, 1993.; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: Da cidade jardim ao Pontal do Cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro*. Tese/Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 1995.; MORAIS, Sérgio Paulo. *Trabalho e Cidade: Trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia. 1970-2000*. Dissertação/Mestrado em História Social. Uberlândia: UFU, 2000; SILVA, Idalice Ribeiro. “*Flores do mal*” na cidade jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia 1945-1954. Dissertação/Mestrado em História Social. Campinas: UNICAMP, 2000.; DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do progresso em tons altissonantes: Uberlândia 1900-1950*. Dissertação/Mestrado em História Social. Uberlândia: UFU, 2001.; LOPES, Valéria M. Q. C. *Caminhos e Trilhas: Transformações e Apropriações da Cidade de Uberlândia 1950-1980*. Dissertação/Mestrado em História Social. Uberlândia: UFU, 2002. FREITAS, Sheille Soares de. *Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade*. Dissertação/Mestrado em História Social. Uberlândia: UFU, 2003.

¹²⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Censo Demográfico: Uberlândia/2005*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 14/12/2005.

¹²⁶ ANDRADE, Thompson Almeida.; SERRA, Rodrigo Valente. O Recente Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro. *Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistêmicos-Nemesis*/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. p. 16.

¹²⁷ Somando-se a esses problemas, existe ainda o aumento da violência em Uberlândia, a falta de vagas no ensino público e o aumento na demanda por habitação. O ano de 2004 expressa muito bem esse aspecto da educação na cidade quando foi registrada a inscrição de 17.617 mil pessoas no ensino infantil e fundamental da rede municipal, mas somente foram disponibilizadas cerca de 13 mil vagas. Por outro lado, “cerca de 6,5 mil famílias aguardam em Uberlândia por uma casa ou terreno dos programas

Partindo da realidade social principalmente desse, mas também de outros municípios, as famílias atualmente assentadas na fazenda Rio das Pedras sentiram a necessidade de encontrar diferentes alternativas de sobrevivência que lhes fornecessem existência mais digna. No entanto, produto da concentração de renda e poder no Brasil, a precariedade existente nas condições de vida das classes populares ou subalternas é constatada em todo o país. Alguns trabalhadores do assentamento Rio das Pedras, ao descreverem as suas trajetórias, disseram ter buscado melhorias para suas condições de vida em outras cidades, antes de irem para Uberlândia, mas, em todas essas tentativas, defrontaram-se com a falta de oportunidades e com as várias dificuldades enfrentadas para a permanência no meio urbano. A esse respeito, Davi Agenor dos Santos relatou:

A gente morava em Unaí, lá em Unaí era melhor porque a gente tinha terra lá, nós vendemos, nós vendemos, mas foi uma cabeça que nós deu, meu irmão que fez o negócio, eu ainda era de menor, assim, não era de menor né, acompanhava a cabeça dele né. Nós fomos pra Unaí depois, de lá pro nosso Goiás, aí nós voltamos pra Unaí, aí eu filiei no sindicato né, no sindicato do trabalhador rural, lá em Unaí, inclusive até paguei um pouco, que ainda tenho até o carnê aqui que eu pagava, aí depois a gente viu que não estava desenvolvendo né. Depois, em Uberlândia, a gente já sempre falava que queria ir pra roça, que estava com vontade de ir pra roça, que queria um pedacinho de chão pra criar as criação, é a raiz né. Em Uberlândia, eu trabalhava de servente de pedreiro, trabalhei na prefeitura, mas quando passei a ficar desempregado ficou difícil demais morar lá, dificuldade de vida, tudo era caro, não tinha condição, aí vimos pra cá¹²⁸.

Portanto, por meio das ações de resistência concretizadas nas ocupações de terra, os trabalhadores, hoje assentados na fazenda Rio das Pedras, tentaram estabelecer novos meios de vida, questionando também a ordem e a ideologia do progresso estabelecida no município de Uberlândia. Dessa forma, no processo de construção e reconstrução das relações sociais que foram sendo tecidas no cenário econômico e político de Uberlândia, estabeleceu-se um sistema de coexistência, permeado por aproximações de relações econômicas e culturais entre sujeitos com interesses particulares diferenciados. Nessas

habitacionais da Prefeitura e do governo federal. O reflexo do crescimento desenfreado da população e a relação com o déficit da habitação é ainda maior, se for levado em consideração que as pessoas que comprometem mais de 30% dos seus salários com aluguel também entram nesta conta”. Além disso, “em população, o Município é o terceiro maior do Estado, mas também ocupa a mesma posição no ranking de criminalidade, ficando atrás somente de Belo Horizonte e Contagem. Há uma verdadeira escalada na quantidade de crimes violentos (homicídios tentados e consumados, estupros, seqüestros e roubos). Em 2000, foram 9,5 casos para cada grupo de mil habitantes; em 2003, o total subiu para 12,69”. In: FERNANDES, Arthur. Crescimento é motivo de preocupação: População aumenta de forma acelerada, problemas sociais e urbanos também. *Correio de Uberlândia*. 28/11/2004. Disponível em: www.correiodeuberlandia.com.br. Acesso: 20/08/2006.

¹²⁸ Davi Agenor dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em janeiro de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

relações, sobressaíram as atuações em torno dos ideais dos segmentos político e economicamente mais influentes, mas possibilitando margens, ao mesmo tempo, às interações entre indivíduos com posições sociais e práticas culturais diferenciadas, em que as insatisfações das camadas populares com a ordem econômica e social da cidade impulsionaram ações conjuntas na busca por mudanças.

Fundamentos políticos, jurídicos e culturais das ocupações de terra

Partindo-se da compreensão de que as idéias que permeiam os espaços sociais, longe de serem simples imposições dos setores dominantes, na realidade, “*circulam*”¹²⁹ entre as pessoas, é possível constatar também que as representações simbólicas dos grupos de maior poder econômico e político penetraram nos setores populares, adquirindo diferentes significados¹³⁰, e caracterizando relações de influências mútuas, que se dão ora por ações de adesão a essas idéias-práticas, ora de repulsa às mesmas. Nesse sentido, torna-se inegável a assertiva de que todas “*as experiências vivenciadas social e historicamente pelos homens, são sempre permeadas por relações de exploração e resistência e se expressam nos conflitos, nas lutas, mas também nas acomodações*”¹³¹, compondo dimensões próprias das relações sociais.

Dessa maneira, diferenciados tipos de relações de troca de práticas culturais acontecem no cerne das diversas ações dos sujeitos sociais, porque, em última instância, não existe apropriação cultural que não seja, ao mesmo tempo, uma reelaboração de transações recíprocas provenientes de uma interação cultural. Assim, o desafio torna-se “*estudar a história cultural como um processo de interação entre diferentes subculturas*”¹³². Processo em que interagem diferentes formas de ser, agir e pensar conjuntamente vivenciadas e decodificadas conforme visões de mundo. Para tanto,

*é necessário evitar duas supersimplificações opostas: a visão de cultura homogênea, cega às diferenças e conflitos, e a visão de cultura essencialmente fragmentada, o que deixa de levar em conta os meios pelos quais todos criamos nossas misturas, sincretismos e sínteses individuais ou de grupo*¹³³.

¹²⁹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹³⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa: Difel, 1990.

¹³¹ ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p. 31.

¹³² BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 259.

¹³³ Idem. p. 267.

Os sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações não se relacionam apenas às condições materiais, mas também às várias maneiras como vivenciam o mundo e as relações sociais tecidas, percebidas e simbolicamente representadas em seus imaginários sociais. Do mesmo modo que as experiências sociais são representadas nas convicções, perspectivas, interesses, valores, sentimentos e sentidos os mais variados possíveis, revelando atuações tão diversificadas como inesperadas, assim também, *“as referências simbólicas não apenas identificam os indivíduos ou segmentos sociais que, de uma ou de outra forma, neles se referenciam, mas também definem os elementos norteadores dos princípios de inteligibilidade presentes nesses mesmos agentes”*¹³⁴. As referências simbólicas, por meio das quais os indivíduos sentem e articulam as relações que possuem com seus grupos, processam-se nas práticas culturais, nos modos de ser, agir e pensar o mundo à sua volta. Contudo nenhuma interação cultural ocorre de maneira linear, partindo em definitivo, de uma forma ideológica sobre outra, que, imediatamente a congrega. Diferentemente,

*o processo cultural não deve ser considerado como simplesmente adaptativo, extensivo e incorporativo. Rompimentos autênticos, dentro e além dele, em condições sociais específicas, que podem variar de um isolamento extremo a colapsos pré-revolucionários e atitude revolucionária real, ocorrem com frequência*¹³⁵.

Nesse sentido, são como sintomas de rompimentos e não aceitação da cultura política estabelecida no município de Uberlândia que as ações dos sujeitos moradores do assentamento Rio das Pedras estão sendo aqui consideradas, designadamente a atuação de todos os que vêm, nos movimentos sociais diversos, uma forma de procurar novos caminhos para suas vidas, demonstrando ações de resistência à ordem social instituída. Assim, os movimentos de trabalhadores urbanos em reivindicação de terra no município constituem ações baseadas em substratos culturais e políticos inerentes às próprias experiências dos agentes sociais em confronto por terra. Além de caracterizarem desejos e interesses contraditórios aos defendidos pelos segmentos mais influentes, esses eventos estabelecem, politicamente, uma *“articulação entre o social e suas representações”*¹³⁶, constituindo matrizes construtoras do próprio mundo social¹³⁷. Ao mesmo tempo em que congregam coletividades, as diversificadas representações

¹³⁴ ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p. 193.

¹³⁵ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 117.

¹³⁶ ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 15. n. 30. 1995.

¹³⁷ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. n. 11, v. 5, USP, 1991.

sociais comportam ainda particularidades, singularidades e formas específicas de ser e pensar a vida. Os indivíduos percebem determinado texto ou contexto social das mais diversas formas, a partir de diferenciados códigos de interpretação constituídos tanto por fatores objetivos como subjetivos.

Desse modo, percebe-se que a construção do sentido atribuído a um discurso, texto escrito ou contexto social, não é auto-explicativa, depende de fatores como a *decodificação*, os *propósitos* e as *expectativas* em relação ao mesmo. Sendo assim, um discurso, símbolo ou uma mensagem no interior de uma sociedade não constituem realidades meramente objetivas, são apropriados e decodificados de muitos modos¹³⁸. Dessa forma, caracterizada como símbolo de poder e injustiça social pelos trabalhadores sem terra, a concentração fundiária em Uberlândia representou valores embutidos no sentimento da maioria dos assentados da fazenda Rio das Pedras, configurando a imagem da terra enquanto elemento meramente natural, portanto, direito de todos¹³⁹.

Essas representações em torno do direito de possuir a terra entram em contradição com a cultura política estabelecida pelas leis brasileiras, em que a posse da terra é fundamentada, notadamente, por aqueles que a possuem, como um direito inalienável, ainda que desconsidere as necessidades emanadas pelos grupos sociais. O sentido do direito à terra, acima de quaisquer necessidades sociais, nasce especialmente da ilusão de que as leis, como tais, possuem o poder de estabelecer e materializar a essência da justiça.

Por outro lado, ainda que teoricamente prescrita, a função social da propriedade privada da terra no Brasil não consegue ser efetivada justamente devido à suposta imparcialidade e objetividade das leis num meio social desordenado. Pretendendo-se imparcial, não consegue sê-lo exatamente porque suas decisões são tomadas em meios desiguais, sob a atuação de forças contraditórias às próprias normas e decisões jurídicas. No caminho da realização dos significados pretensamente justos da legislação brasileira, está presente a incapacidade de conciliar as objetividades apregoadas pelos textos jurídicos e os meios sociais nos quais a concretização da justiça depende de decisões diferenciadas. Ao propor decisões jurídicas objetivas e neutras, as leis agrárias não conseguem ser justas, sobretudo por não considerar as formas desiguais do meio em que atua. Produto de relações entre forças antagônicas, as representações sociais tecidas

¹³⁸ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. n. 11, v. 5, USP, 1991.

¹³⁹ Iraci Pedro dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2002*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

acerca do sentido do direito à terra, revelam conflitos concretos e simbólicos, nos quais valores de ordem econômica, política e cultural interagem constantemente¹⁴⁰.

Provando mais uma vez que não existem determinantes entre as esferas política, econômica e cultural de uma sociedade, os conflitos que envolvem a terra no Brasil, frutos da fusão dessas três dimensões, carregam a síntese de valores, interesses e diferentes posições sociais advindas dessas conexões. Internamente às relações sociais, esses elementos tomam dimensões concretas, no constante conflito ocorrido entre ação e pensamento. Exemplos materiais e simbólicos dessas confluências ocorrem em diversos embates sociais. Na fazenda Rio das Pedras, os sentidos e valores acerca da posse da terra, assinalaram a cultura política dos trabalhadores, em que a necessidade atribuída à terra antecede as leis que, portanto, representam-se em seus imaginários como forças a serem infringidas, visando atender às provisões necessárias à vida¹⁴¹.

Ao mesmo tempo em que interagem questões de ordem política e cultural, as ações de luta pela terra, tanto quanto as reações a elas, constituem partes das dimensões materiais construídas em interconexão com valores atribuídos à terra. Nesse sentido, “o evento é a **relação** entre um acontecimento e a estrutura (ou estruturas): o fechamento do fenômeno em si mesmo enquanto valor significativo, ao qual se segue uma eficácia

¹⁴⁰ Recentemente, ao ser entrevistado pela Revista Fórum, Dalmo Dallari, jurista da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, falou da morosidade nos processos judiciais do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, quando dezenove trabalhadores sem terra foram assassinados por forças policiais e muitos outros ficaram feridos. Entre os fatores envolvidos na demora para a punição dos acusados, o jurista ressaltou “a intimidação dos juízes com ameaças de morte (...), porque muitas dessas terras são públicas, são grilagens (...). muitas vezes fazendeiros, na verdade, são grileiros de luxo, da elite”. Assim, imergidas numa sociedade em que as desigualdades econômicas imperam, muitas decisões nos conflitos por terra no Brasil manifestam a defesa de interesses particulares, denotando a dificuldade das leis no esforço de realizar a justiça. Ainda nesta entrevista, Dalmo Dallari apontou: “Grande parte da população depende do favor político para ter acesso ao serviço público. Tenho viajado muito pelo Brasil e a gente vê que são vários Brasis. Fui ao Amapá, por exemplo, e, conversando com o pessoal, me disseram que boa parte da população de um determinado local tinha sido transportada pra lá pelo [José] Sarney. Pega uma, várias famílias, põe no caminhão e diz ‘olha, tem uma terrinha aqui pra vocês’. O pessoal fica agradecido, tem eleição e vota nele. É a sobrevivência das antigas oligarquias, do coronelismo (...). É uma coação afetiva usando o serviço público. E muitos acham que o serviço público realmente é um favor dado pelo governante”. Nesse trecho da entrevista, como se percebe, evidencia-se o quanto as questões sociais no país ainda são tratadas em termos de interesses particulares, utilizando-se do poder político, econômico e das concepções da política como favor e não direito legitimado. DALLARI, Dalmo. Precisamos rediscutir os termos do federalismo. *Revista Fórum*. Ano 4, n. 38. maio/2006. p. 5.

¹⁴¹ Posicionamento assumido por vários moradores do assentamento Rio das Pedras, inclusive por Dona Célia Umbelini, ao dizer que “terra é pra produzir, terra é vida, é sobrevivência no planeta, é direito de todo mundo, se existiu um dono da terra, esse foi Deus, se nós quiser ser dono têm que viver dela, ela é nossa porque a gente precisa, é de todo mundo, menos de quem é dono e não produz”; e Juaris de Souza, ao declarar: “se nós sabemos que uma fazenda aí ela é improdutiva, se nós for atrás da justiça pelos meios normais, nós não conseguimos desapropriar ela nunca”. Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda.; Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevistas concedidas em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

histórica”¹⁴². Dessa forma, na “*síntese situacional*” entre a “*estrutura*” e o “*evento*”, ocorre uma “*estrutura da conjuntura*”, caracterizada como “*a realização prática das categorias culturais em um contexto específico, assim como se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos (...)*”¹⁴³. De tal modo que, para promover a ação de ocupação da fazenda Rio das Pedras, os moradores daquele assentamento foram material e culturalmente motivados.

Assim, partindo das representações que realizam sobre o social, nas possíveis leituras do real, realizadas mediante os diversos símbolos criados, os trabalhadores articularam ações coletivas com sentidos que criam e recriam daquelas representações, no processo constante de construção da cultura política. Tomando como base a noção de político no sentido conceitual não limitado à esfera do estudo do político em sentido restrito¹⁴⁴, este trabalho entende que a análise das formas políticas deve também partir para o plano cultural da sociedade, pela dimensão simbólica e representativa que se concretiza nas práticas coletivas.

Com base na concepção de história política, notadamente voltada para os aspectos culturais em constante correlação com realidades socialmente vivenciadas, o presente trabalho concebe as ações dos trabalhadores pela terra, hoje assentados na fazenda Rio das Pedras, como fundamentalmente políticas e de implicações econômico-culturais. Ao questionar, por meio de ações de ocupação, a forma como se encontra estruturado o espaço urbano em Uberlândia, em que se verifica elevado nível de concentração de terras, muitas na forma de latifúndios, a maioria daquelas pessoas presentes na referida ocupação apresentou sobretudo suas necessidades econômicas e sociais, na busca de meios para assegurar sua subsistência, mas também o desejo de retornar a um modo de vida anteriormente experimentado e no interior do qual acreditou conseguir viver melhor.

No caso da fazenda Rio das Pedras,

a trajetória de vida dos assentados demonstra que todas as famílias são de origem rural, cujos pais, sempre viveram no campo e a mudança para um grande centro se deu, a exemplo de todo o país, em virtude do êxodo rural, na perspectiva de conquista de melhores condições de vida. Houve um certo deslocamento da prática de gerenciamento de atividades rurais, pois a maioria

¹⁴² SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 15. (Grifo no original).

¹⁴³ Idem. p. 15.

¹⁴⁴ ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 15. n. 30. 1995.

*trabalhava como bóia-frias em alguns meses por ano, em lavouras de café, laranja, algodão e cana*¹⁴⁵.

Por outro lado, a ocupação dessa fazenda está sendo aqui também analisada tomando por base as principais normas constantes nas leis agrárias¹⁴⁶, preceitos pelos quais o mencionado grupo de famílias justificou suas ações na realização da ocupação da fazenda. Desse modo, decorrente e fundamentada nos princípios referentes ao direito de propriedade privada da terra, assegurado pela legislação nacional vigente, a função social da propriedade tem sido hoje o argumento central daqueles que se inserem nos movimentos sociais de luta por terra. Para os movimentos sociais, o enfrentamento político entre seus militantes e os proprietários de terras latifundiárias, no Brasil, visa garantir a efetivação da função social da propriedade privada da terra, mediante ações de ocupação de estabelecimentos improdutivos.

Durante a ocupação da fazenda Rio das Pedras, o processo de unificação das famílias rumo a um objetivo comum partiu da identificação de interesses e códigos culturais entre os trabalhadores, que construíram estratégias de ação antes e durante o conflito. Nesse sentido, é importante procurar compreender quais foram os principais fatores motivadores que levaram aquele conjunto de famílias a se lançar na perigosa empreitada de adentrar os limites de uma propriedade privada de terra, numa atuação, oficialmente, situada nos contornos da ilegalidade. Numa forma de governo republicana, fundada nos princípios formuladores do Estado Democrático de Direito¹⁴⁷, em que a defesa e a manutenção da propriedade privada¹⁴⁸ constituem um dos pilares centrais,

¹⁴⁵ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002. p. 7.

¹⁴⁶ As leis agrárias básicas que estão sendo utilizadas aqui são a Lei de Terras (1850), o Estatuto da Terra (1964), e a Constituição Federal de 1988 - artigos referentes à propriedade privada da terra - Capítulo III: Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

¹⁴⁷ A concepção inicial que deu origem à noção de Estado Democrático de Direito surgiu ainda no século XVII, e foi desenvolvida pelo pensador John Locke, crítico profundo do Estado Absolutista e um defensor da liberdade plena, no interior da qual os indivíduos poderiam encontrar a proteção da sua vida e da propriedade privada das suas posses. Nessa concepção, o poder político do Estado deveria partir de um consentimento pessoal dos indivíduos, que abriria mão da liberdade do mundo natural, sem leis, para a liberdade dentro de uma sociedade organizada pelo Estado, que, neste pensamento, possui o crucial dever de conservar e proteger os direitos dos homens que o instituíram, entendidos como o direito à vida, à segurança e à propriedade privada de suas posses. Ver: BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 3 ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980. Na constituição brasileira vigente, o Estado Democrático de Direito está disposto e assegurado sobretudo nos artigos 1º e 5º. *Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1995.

¹⁴⁸ A garantia do direito de propriedade está estabelecida no artigo 5º, XXII, da Constituição Federal de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1995.

questiona-se, nesse ponto, de onde partiram os elementos culturais e políticos que possibilitaram aos sem-terra encontrarem legitimidade¹⁴⁹ nos seus atos.

Conforme entrevistas realizadas com moradores da fazenda Rio das Pedras, uma justificativa para a efetivação da ocupação da fazenda pautou-se na argumentação de que a terra não deve permanecer improdutiva, caso contrário, não apenas pode, como precisa ser ocupada por aqueles que dela dependem para assegurar sua sobrevivência. Nas palavras de Célia Umbelini, moradora do assentamento, o não uso da terra deveria efetivar sua desapropriação legal:

Você vê, tem tanta terra aí, terra devoluta em nosso país adoidado, e aí o povo se matam aí por causa de terra. Se tivesse uma lei que realmente funcionasse, isso não existia, porque a lei falava, não, essa terra não está produzindo, então eles vão produzir e acabou, não é verdade? Essa terra é pra produzir, mas a lei não funciona, quando é pra ajudar o pobre do trabalhador não existe lei, não existe justiça, só funciona pro lado deles, pro lado dos latifundiários¹⁵⁰.

De forma geral, a relação entre propriedade privada e utilidade da terra, marca inteiramente a argumentação dos agentes acerca das ocupações de terra realizadas nos diversos movimentos sociais em reivindicação por reforma agrária. Contudo essa maneira de caracterizar o direito relativo à posse e à manutenção da propriedade privada da terra não se restringe aos pressupostos considerados apenas pelos militantes dos movimentos organizados. A própria Constituição Federal, de 1988, preceitua esse denominador, quando atesta o direito de propriedade privada da terra. Ao mesmo tempo em que as leis agrárias brasileiras estabelecem a defesa da propriedade privada da terra, conceituam normas para que esse direito possa ser assegurado. Para que seja então considerada em pleno estado de cumprimento às determinações jurídicas da legislação agrária, a propriedade da terra deve atender à sua função social¹⁵¹:

A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos

¹⁴⁹ Conforme Paulo Torminn Borges, “legítimo é aquilo que está fundado em título jurídico”. In: BORGES, Paulo Torminn. *Institutos básicos do direito agrário*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 140.

¹⁵⁰ Célia Ubelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹⁵¹ Importante ressaltar que o que determinou o preceito legal da função social da propriedade privada da terra foram as pressões e ações reivindicatórias dos trabalhadores sem terra no século XX, através do acúmulo das experiências políticas dos diversos conflitos por terra que atravessaram a formação dos movimentos messiânicos, desde o final do século XIX, e se prolongaram por toda a primeira metade do século XX, transformando-se, após 1970, nos movimentos sociais de luta pela terra. Ver: MORISSAWA, M. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

*naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam*¹⁵².

Mas, antes do Estatuto da Terra, a função social já estava entre os postulados das leis agrárias. Assim, a emenda constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964, foi um marco no estudo do Direito Agrário, ao reconhecer oficialmente a autonomia da disciplina. “Desde então, o novel ramo do direito, incluído na alínea a, inciso XV, do art. 5º do texto constitucional, disciplinou as relações emergentes da atividade rural, com base na função social da terra”¹⁵³. Na sequência, o Estatuto da Terra foi editado e zelou pela função social da propriedade da terra. Analisando o estado atual da questão, tem sido papel de discussão a inserção do artigo 185 na Constituição Federal de 1988, que prevê que a propriedade produtiva não seria expropriada. Posteriormente, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, “tende a proteger a propriedade improdutiva”¹⁵⁴. No entanto, teoricamente, o não uso da terra gera imposto territorial progressivo e nos casos em que ocorre desapropriação para fins de reforma agrária, em se tratando de latifúndios, o pagamento da terra nua seria mediante Títulos da Dívida Agrária-TDAs, e em dinheiro somente as benfeitorias¹⁵⁵. Por outro lado, apesar de a legislação agrária legitimar a posse da terra, o faz nesse sentido, referindo-se apenas às terras devolutas¹⁵⁶. Assim, a legitimação da posse não incide sobre as terras em geral. Mas, para efeitos de regra, são legitimadas, exclusivamente, as posses ou ocupações realizadas numa área de, no máximo 100 hectares. Para tanto, não basta que o ocupante diga ser posseiro, torna-se necessária também a comprovação de ocupação da terra por meio da sua produção. Nessa direção, o Estatuto da Terra determina:

¹⁵² Art. 2º, §1º. *Estatuto da Terra*. 14 ed. (atual. e ampl). São Paulo: Saraiva, 1999. A função social da propriedade rural também está teoricamente assegurada na CF/1988 – Art. 186. *Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1995.

¹⁵³ COSTA, Hélio Roberto Nóvoa da. Abordagem Constitucional da Reforma Agrária. *Revista de Direito Agrário*. Ano 16, n. 14. 2º semestre. Ministério do Direito Agrário. Brasília, 2000. p. 30.

¹⁵⁴ COSTA, Hélio Roberto Nóvoa da. Op. Cit. p. 32.

¹⁵⁵ *Estatuto da Terra*. Op cit.

¹⁵⁶ Terras devolutas “são terras do governo que já foram entregues a um fazendeiro e depois devolvidas”. Glossário da Reforma Agrária. *Veja on line*. Disponível em: www.veja.abril.com.br/idade/exclusivo. E de acordo com o Estatuto da Terra, “as terras desapropriadas para os fins da Reforma Agrária que, a qualquer título, vierem a ser incorporadas ao patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respeitada a ocupação de terras devolutas federais manifestada em cultura efetiva e moradia habitual, só poderão ser distribuídas: I - sob a forma de propriedade familiar, nos termos das normas aprovadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; II - a agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família; III - para a formação de glebas destinadas à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, por associações de agricultores organizadas sob regime cooperativo; IV - para fins de realização, a cargo do Poder Público, de atividades de demonstração educativa, de pesquisa, experimentação, assistência técnica e de organização de colônias-escolas; V - para fins de reflorestamento ou de conservação de reservas florestais a cargo da União, dos Estados ou dos Municípios”. Capítulo II: Da Distribuição de Terras. Art. 24. *Estatuto da Terra*. 14 ed. (atual. e ampl). São Paulo: Saraiva, 1999.

*Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita*¹⁵⁷.

Portanto, a legislação agrária não fornece aberturas à legitimação da ocupação de propriedades privadas da terra, ainda que sejam latifundiárias, causando, desse modo, um contra-senso dentro do que a própria lei determina. Ao mesmo tempo em que a lei, teoricamente, condena a existência do latifúndio improdutivo, na prática da ocupação dessas áreas, realizadas no sentido de questionar e averiguar a ocorrência dos latifúndios nas terras brasileiras, para que cumpram sua função social, classifica como ilegítimas as ações efetuadas na própria direção do que a legislação avalia como *função social* da propriedade, assegurada na condição de que se mantenha produtiva.

Considerando que “*para que a propriedade cumpra sua função social ela precisa respeitar os direitos trabalhistas, ela precisa respeitar o meio ambiente e precisa também valorizar a produção*”¹⁵⁸, a não realização, por parte do Estado, da desapropriação direta das propriedades rurais mantidas em condições de latifúndios por improdutividade, constitui um estado de negação ou incoerência com os determinantes apregoados pela própria lei agrária. Porém, ainda assim, as desapropriações de terras por interesse social, ocorridas essencialmente devido às pressões das ocupações de terra sobre o Estado, referem-se a propriedades improdutivas, terras cujo total da produção não alcança 80% de aproveitamento¹⁵⁹.

Por outro lado, torna-se necessário ressaltar que não apenas quando se trata das ações legais realizadas especificamente no cerne das resoluções dos diversos conflitos agrários, como nas decisões judiciais de forma geral, nas normas jurídicas, não existem regras absolutas ou preceitos terminantemente objetivos. Essa característica inerente ao Poder Judiciário pode ser constatada pela assertiva de que “*as leis, ainda que*

¹⁵⁷ Dos Ocupantes de Terras Públicas Federais. Art. 98. *Estatuto da Terra*. 14 ed. (atual. e ampl). São Paulo: Saraiva, 1999.

¹⁵⁸ Dom Tomás Balduino. Palestra proferida em 10 de abril de 2006 durante o Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas. Evento realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na Universidade Federal de Uberlândia, promovido pelo Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo-MG/TM: Universidade Federal de Uberlândia/MG.

¹⁵⁹ Para saber se uma propriedade territorial é ou não produtiva, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, avalia o Grau de Utilização da Terra-GUT. “O GUT determina que 80% da propriedade esteja em plena produção para que não seja considerada improdutivo”. Uberlândia assiste à primeira ocupação de terras. *Correio de Uberlândia*. Ano 54, n. 17458, p. 9, de 15/04/1997.

*formuladas para responder às necessidades que emanam do social, trazem no seu bojo muito de abstrato e geral, não conseguindo prever todas as possibilidades que os contextos histórico-sociais oferecem*¹⁶⁰. Dessa forma,

*ao tomar contato com a legislação, o historiador se depara, freqüentemente, com a tentativa, por parte de seus agentes produtores, de torná-la um componente de análise completamente destituído de qualquer contradição interna. (...). Como regra, parece ser um escrito elaborado a partir de concepções irrefutáveis da melhor técnica jurídica. (...). Dessa mesma forma, o processo jurídico procura por todos os meios escamotear a existência de conflitos sociais nos quais estão inseridos os seus agentes*¹⁶¹.

Porém, quando se trata das diversas sentenças ocorridas na esfera do direito, muito frequentemente, *“as palavras, que são utilizadas no jogo argumentativo, criam realidades distintas entre a acusação e a defesa. Tais palavras criam significados diferentes, abrem condições para se pensarem as artimanhas utilizadas no jogo de aplicação da lei (...)”*¹⁶². Assim, torna-se necessário observar que dentro dessa realidade jurídica, as deliberações pautadas nos textos normativos, em última instância, passam pelo crivo da interpretação das normas e da noção que o próprio legislador mantém do sentido do que considera justo e direito. Entretanto, diante de tantos enfoques e abordagens diferenciadas de análise que poderiam compor uma pesquisa sobre conflitos agrários, e na busca do entendimento sobre outros aspectos relevantes que envolveram e estimularam as ações daquele grupo trabalhadores, hoje assentado na fazenda Rio das Pedras, este trabalho procurou levar em conta ainda suas representações culturais.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que concentraram aspectos políticos e econômicos, as atuações dos moradores do assentamento Rio das Pedras manifestaram representações simbólicas, nas experiências situadas no plano das imagens e percepções desses sujeitos no relacionamento entre seus grupos. Para alguns, o deslocamento para a cidade não significou o esquecimento dos valores interiorizados ao longo de suas experiências de vida no campo, muitos desses códigos culturais permaneceram em seus imaginários sociais.

Assim, ao ser inserida a dimensão cultural neste estudo, está sendo levando em conta que as representações simbólicas, construídas pelos sujeitos em luta pela terra,

¹⁶⁰ SILVA, Jeanne. *Sob o Ju(o)go da Lei: Confronto Histórico entre Direito e Justiça no Município de Uberlândia /MG*. Dissertação/Mestrado em História Social. Uberlândia: UFU, 2005. p. 12.

¹⁶¹ SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira. *Para Além da Lei: Ocupações de um Território Legal-Iturama e Campo Florido/MG. 1989 a 1993*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 1997. p. 17.

¹⁶² SILVA, Jeanne. *Sob o Ju(o)go da Lei: Confronto Histórico entre Direito e Justiça no Município de Uberlândia /MG*. Dissertação/Mestrado em História Social. Uberlândia: UFU, 2005. p. 130.

caracterizam as expressões efetivadas sempre em constante estado de relação de interdependência com as ações realizadas, num processo constituinte da própria realidade. Entendimento que parte da constatação de que um determinado contexto social pode e deve ser apreendido de infinitas e diferenciadas maneiras, mediante vários códigos e sentidos, comportando fatores objetivos e subjetivos. Do mesmo modo, “*um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação*”, porém “*somente quando é apropriado por, e através do esquema cultural, é que adquire uma significância histórica*”¹⁶³. Portanto, “*essa distinção objetivada entre conceitos culturais e atividades práticas é falsa na prática e absurda na teoria*”, naturalmente porque, em qualquer caso, “*toda **práxis** é teórica*”¹⁶⁴, sendo em todo caso impossível, na análise do social, a compartimentação entre prática e teoria, ação e pensamento, categorias sociais intrinsecamente interligadas.

Tanto as idéias, como as práticas dos sujeitos históricos instituídas em ação, não caracterizam dimensões opostas, mas integradas. Assim, quando o imaginário social é abordado num processo de investigação da realidade, está tratando de “*um sistema de idéias e imagens de representação coletiva*”¹⁶⁵, que, comportando aspectos simbólicos, configuram eventos, ao mesmo tempo, “*construídos a partir das experiências dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações*”¹⁶⁶. Desse modo, os anseios e objetivos manifestados nas atuações dos trabalhadores da fazenda Rio das Pedras, que motivaram suas ações no processo de luta pela terra, situam-se no plano cultural, mas em constante correlação com aspectos materiais, num contínuo processo de construção e reconstrução, incorporando diferenciadas formas de ser, de agir e de pensar, presentes entre aquele grupo.

Por isso mesmo, uma das necessidades ao se trabalhar com as representações sociais é a de evitar o risco de se lidar com a sociedade como algo homogêneo. As representações simbólicas inseridas nos imaginários sociais devem ser compreendidas como lugar onde também se processam conflitos sociais, efetivados nos espaços concretos, mas, sobretudo, no plano dos valores e símbolos culturais. Partindo-se dessa compreensão, ao ser aqui abordado o conceito de cultura, de modo algum seu sentido se

¹⁶³ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 15.

¹⁶⁴ Idem. p. 192. (Grifo no original).

¹⁶⁵ PESAVENTO, Sandra Jatayh. Em Busca de Uma Outra História: Imaginando o Imaginário. *Revista Brasileira de História*. p. 9.

¹⁶⁶ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Anthropos-Homem*, Enciclopédia Einaudi, vol. 5, Porto, Editora Einaudi-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. p. 311.

refere a “*determinadas visões de cultura que a tomam como sinônimo de **belas artes, espetáculos de entretenimento** ou a limitam a **formas específicas de produção intelectual***”¹⁶⁷. Pelo contrário, o estudo parte da assertiva de que “*a cultura de uma comunidade será portanto a totalidade das linguagens e das ações simbólicas*”¹⁶⁸ que são socialmente processadas nesse meio, produzidas no cerne de todas as relações entre sujeitos sociais.

Nesse sentido, a cultura dos agentes está muito além das manifestações puramente artísticas ou intelectuais realizadas em suas experiências de vida, pois, na realidade, essa dimensão conforma diversificadas configurações, compreendendo

*tudo aquilo que expressa o seu próprio modo de ser e de viver, contribuindo para a constituição de uma dada ordem social e, ao mesmo tempo, em seu processo de elaboração e reelaboração, apresentando-se, também, como resultado de práticas concretamente vivenciadas*¹⁶⁹.

Processo fundador e transformador de hábitos, crenças, costumes e valores, constituidor de modos de vida, é na cultura que se criam os sistemas de identidades¹⁷⁰, delineados por sucessivas formas de interações em que ocorrem inúmeras e diferenciadas elaborações e reelaborações de códigos, sentidos e valores culturais. Assim, o presente trabalho concebe a relação entre história e cultura, de maneira que “*a história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas*”, da mesma forma, “*o contrário também é verdadeiro: esquemas culturais também são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados também são reavaliados quando realizados na prática*”¹⁷¹, o que ocorre em todas as dimensões sociais. Dessa forma:

Toda história, qualquer que ela seja, econômica ou social, demográfica ou política, é cultural, isto na medida em que todos os ritos, todos os comportamentos, todos os fenômenos objetivamente mensuráveis, são sempre o

¹⁶⁷ ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p. 36. (Grifos no original).

¹⁶⁸ Roger Chartier. História Cultural. Palestra pronunciada no dia 21 de outubro de 2006. Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia/Minas Gerais, 2006.

¹⁶⁹ ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p. 36.

¹⁷⁰ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. pp. 17-26.

¹⁷¹ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 7.

*resultado dos significados que os indivíduos atribuem às forças, às falas, às ações*¹⁷².

Quando agem, sempre conforme um determinado esquema cultural estabelecido na realidade, as pessoas organizam seus objetivos, dando sentido às suas ações, mas, muitas vezes, ocorre também desses sujeitos repensarem os esquemas culturais que lhes são apresentados no exato momento em que praticam suas ações. Portanto, a cultura tanto pode ser “*historicamente reproduzida na ação*”, quanto “*alterada historicamente na ação*”¹⁷³, numa constante relação de interação entre prática e pensamento.

Na experiência analisada, as investigações daquele grupo de trabalhadores demonstraram que, diante de situações de exclusão social a que estavam submetidos, consolidada na falta de acesso à sobrevivência mais digna na cidade, constatou-se que a vontade consciente de mudar suas condições de vida, mesmo correndo os riscos advindos de uma ocupação de terra, e a esperança de realizar as necessidades materiais, foram fatores que motivaram a maioria daquelas pessoas em suas ações, em uma atuação de coragem que integrou valores e necessidades. Entre os fatores subjetivos, em constante interação com realidades objetivamente apresentadas socialmente, o maior impulso rumo a mudanças, verificado nas palavras dos moradores do assentamento Rio das Pedras, os diversos sonhos perseguidos e incorporados, muitas vezes, em seus objetivos de vida, com o intuito de efetivar seu sentido, simbolizaram suas formas mais efetivas, oferecendo *significado* às suas ações. Afinal:

*Um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades “objetivas” próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural. O evento é a interpretação do acontecimento, e interpretações variam*¹⁷⁴.(grifos e marcos no original).

A ocupação da fazenda Rio das Pedras teve vários significados para aqueles trabalhadores e, entre os principais, três merecem ser destacados. O primeiro refere-se fundamentalmente à vontade de mudar a situação de profundas dificuldades econômicas nas quais se encontravam; o segundo relaciona-se diretamente a certo sentimento de contestação da ordem social, marcado por críticas e questionamentos acerca da

¹⁷² Roger Chartier. História Cultural. Palestra pronunciada no dia 21 de outubro de 2006. Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia/Minas Gerais, 2006.

¹⁷³ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 7.

¹⁷⁴ Idem. p. 191.

permanência da concentração fundiária no Brasil e, particularmente, em Uberlândia, considerada sinônimo de injustiça social; e o terceiro, que está intrinsecamente ligado ao primeiro, diz respeito ao peso que o plano cultural de suas experiências de vida, definidamente representativo dos seus modos de vida, exerce sobre suas ações.

Nesse ponto, é visível a importância em se analisar as ações daqueles sujeitos levando-se em consideração a identidade de interesses no interior do grupo, e que naquele momento permeou as idéias e os sentimentos dos envolvidos na ocupação. Quando os trabalhadores realizaram a ocupação, suas ações partiram de sua realidade existencial, fruto das experiências acumuladas nas trajetórias de vida concretamente verificadas e culturalmente sentidas.

Foram marcantes a sensação e a efetivação de uma identidade coletiva nesse grupo de trabalhadores em ações conjuntamente realizadas, predominando o anseio pela concretização de um mesmo objetivo e de interesses semelhantes, norteadores do efeito de identidade coletiva. Para uma melhor compreensão desse aspecto, as apreciações de Thompson oferecem contribuições, quando o autor aponta as *experiências* vivenciadas conjuntamente entre um grupo de pessoas ou entre uma classe social como constitutivas de identidades e de interesses partilhados, sobretudo, em momentos de extrema opressão coletivamente vivenciada.

Nesse processo de experiência, constrói-se uma identificação de interesses comuns no interior do grupo social, contrários ou antagônicos aos de outros grupos, contra os quais o primeiro oferece ações de resistência coletiva¹⁷⁵. A construção de identidades entre os trabalhadores em luta pela terra, na fazenda Rio das Pedras, integrou entre seus componentes essenciais, a experiência, a história, a cultura e a economia. Produtos de um processo histórico semelhante, filhos de períodos históricos próximos, submetidos a condições econômicas parecidas, os trabalhadores da fazenda Rio das Pedras adotaram medidas em torno de um objetivo comum, identificando interesses construídos com base em experiências de luta conjuntas.

Portanto, neste trabalho, partindo da análise presente em Thompson, buscou-se compreender a identidade coletiva configurando-se no momento em que as famílias que ocuparam a fazenda Rio das Pedras e que se encontravam numa situação social semelhante, deram-se conta de que seus interesses identificavam-se entre si, e de que, conjuntamente, poderiam formar uma força política mais intensa na realização de seus

¹⁷⁵ THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

objetivos, podendo se considerar que a *experiência* vivenciada coletivamente pelo grupo exerceu um papel fundamental. Nesse sentido, cabe reconhecer que tanto a concentração de terras em Uberlândia, quanto as difíceis condições de vida pelas quais o grupo de famílias passava em seus municípios ou em cidades vizinhas a Uberlândia foram fatores motivadores de suas ações, que, somados a valores culturais relacionados aos modos de vida do meio rural e à concepção de que talvez nesse espaço a vida seja melhor, foram também forças subjetivas na luta pela terra.

Como a maioria dessas pessoas teve uma origem rural, muitas famílias, ao chegarem à cidade de destino, não conseguiram emprego imediato, porque não tinham conhecimentos prévios sobre os trabalhos oferecidos nessa nova realidade que lhes era apresentada. Contudo não são apenas as dificuldades de vida na cidade que foram enfatizadas como um dos fatores que levaram à participação, mas a identidade com os modos de vida no campo e a inadaptabilidade no meio urbano. Quando foi questionada sobre os motivos da participação na ocupação, isso pôde ser claramente percebido nas palavras de Célia Umbelini, moradora assentada na fazenda Rio das Pedras:

A gente sempre foi criada na roça, passou um tempo na cidade, mas sempre queria ir pra roça, a gente não adapta na cidade assim né, fiquei lá uns anos enquanto meus filhos precisavam de mim pra ir pra escola né, aí já tinha passado a fase e o meu velho tinha o sonho de uma terra, aí houve essa chance da gente adquirir a terra, a gente veio¹⁷⁶.

Desse modo, com o passar do tempo e com a busca incessante por trabalhos que lhes dessem condições de permanecer na cidade, muitos se empregaram como pedreiro, jardineiro, carpinteiro, ou como funcionários domésticos em residências, sempre em condições difíceis. Vivendo em casas alugadas e esforçando-se para manter os gastos com água, energia e alimentação, eram levados a buscar meios de retorno ao campo¹⁷⁷. Nas entrevistas, muitos trabalhadores ressaltaram as difíceis condições em que viviam nas cidades, e mesmo quando não deixavam de considerar certas comodidades que o meio urbano oferecia em detrimento do campo, como a proximidade das escolas e da assistência à saúde, também se referiam quase sempre ao campo como um lugar em que, apesar de todas as dificuldades na fase de acampamento, talvez pudesse proporcionar melhores condições de vida, como parecia ser outrora. Sobre isso, Célia ainda declarou:

¹⁷⁶ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹⁷⁷ Davi Agenor dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

Eu acho assim, que era aquele sonho de adquirir a terra que a gente nunca teve né, quer dizer, eu nunca tive uma casa que era minha, que eu morei na casa do meu sogro esses anos tudo que eu vivi na cidade, a gente trabalhava, trabalhava, imaginando comprar um terreno, mas nunca dava certo, sabe. Aí tinha aquele sonho contínuo, porque eu odeio mudar, sabe... Eu imaginava que ia ser igual quando eu vivia na roça com meu pai, porque lá, quando a gente vivia na roça com meu pai, mas era terra de cultura né e tal, então a gente não comprava quase nada nessa vida, comprava açúcar, sal, bombril, soda pra minha mãe fazer sabão e eu vou te contar que era só!¹⁷⁸.

Para alguns, a vontade e o sonho de voltar a viver no campo após permanecer tanto tempo na cidade não estava relacionada apenas com as dificuldades enfrentadas no meio urbano e as insatisfações em relação às condições de vida, mas também ao sonho acompanhado da lembrança de outros momentos em que a vida no meio rural foi sendo fundamentada nos costumes e nas maneiras de se viver no campo. Neste sentido, ao falar de sua relação com os modos de vida do campo e da ansiedade sentida em retornar ao antigo estilo de vida, Lúcia Helena fala dos motivos da participação na ocupação:

O motivo principal é porque toda vida a gente trabalhava para patrões, e eu resolvi ser patroa também, ser independente, vontade de ter a terra própria e trabalhar nela, porque toda vida a gente trabalhou em fazenda, desde que eu tinha sete anos de idade, meu pai morava na roça, então eu já tinha experiência. Eu creio que, se fosse pra mim morar na cidade, eu não queria não, de jeito nenhum. Eu vou na cidade toda semana, eu fico doidinha pra voltar pra trás, nossa, aquele barulho, é a conta de descer do ônibus, a minha cabeça começa a doer, o clima é diferente, uma paz, ali na porta da minha cozinha, você levanta, você vê lá um punhado de canarinho, coisinha mais linda, eu jogo quirela pra eles, eles fica ali sabe, é bom demais!¹⁷⁹.

Outro exemplo dessa forte ligação mantida com o campo e do anseio de retornar a esse espaço de convivência de diferentes modos de vida foi percebido na fala de Fausto Lopes Nascimento, assentado na fazenda Rio das Pedras, ao declarar:

A minha vida, pra mim, que gosta de roça, melhorou, eu nasci e criei em roça, não adaptei na cidade, pra mim tá melhor aqui, eu estando mexendo com as criação, com as plantas, é a minha vida. Eu dediquei a minha vida pra isso, então eu amo a terra, amo as criação, amo as plantas, então pra mim foi ótimo. E eu ainda tô aqui até hoje porque eu nasci e me criei na roça, eu sou lutador, porque senão eu não estava aqui mais também não, já tinha entregado isso aqui pra outra pessoa, mas eu fui criado na roça, criado com sacrifício, por isso que a gente ainda tá aqui até hoje!¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Célia Ubelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹⁷⁹ Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹⁸⁰ Fausto Lopes Nascimento-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

Entretanto, quando a sensação de satisfação dos primeiros dias, proporcionada pela novidade da ocupação e pelo estabelecimento das famílias acampadas na terra, na esperança de serem assentadas, aos poucos, foi passando, e as dificuldades se tornando rotineiras e terrivelmente progressivas, os moradores começaram a sentir o peso das conseqüências e das condições que se seguiriam à ocupação. Como era de se esperar, os principais problemas surgiram em razão das divergências político-ideológicas entre as lideranças do assentamento e do movimento, e da incompatibilidade no que se refere aos interesses mantidos entre moradores, lideranças e movimento após a instituição formal do assentamento Rio das Pedras, como se verá adiante.

Contudo não apenas essa experiência de luta por terra, como as manifestações dos trabalhadores em geral no Brasil, ocorridas, notadamente, a partir na segunda metade da década de 1980, na forma dos vários movimentos sociais organizados, se por um lado, representaram sintomas da insatisfação e do questionamento dos trabalhadores acerca da concentração da propriedade privada da terra no Brasil e, sobretudo, das dificuldades de vida na cidade, por outro, serviram como base para alterações, ainda que pequenas, na divisão das terras do campo, onde se verificam novas composições sociais. Assim, além das diferentes formas de produção do trabalho no campo brasileiro, decorrentes de transformações ao longo das décadas de 1980 e 1990¹⁸¹, também se observam algumas mudanças na configuração dessa população.

Essas alterações puderam ser visualizadas na marcante presença de inúmeros grupos urbanos, a maioria de origem rural, que participaram dos processos de luta pela terra, como também de famílias de trabalhadores rurais que retornaram aos seus lugares de origem, de modo que todos esses sujeitos, fixados no campo por meio da participação nos movimentos organizados de reivindicação por terra, constituem novas categorias sociais nesse meio. Apesar de não expressarem significativo progresso em termos de divisão e desconcentração das terras rurais, as mudanças na estrutura agrária do campo marcam um incipiente avanço nesse sentido, proporcionando, ainda, novos contornos à população rural. Como efeito desse processo, torna-se comum a existência de uma nova mentalidade com caracterizações políticas e culturais construídas mediante as diversas experiências vivenciadas nos movimentos organizados, elaborando códigos, sentidos e valores diferenciados no campo.

¹⁸¹ SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: São Paulo, 1999. pp. 93-102.

CAPÍTULO II

AÇÕES COLETIVAS E EXPERIÊNCIAS NA OCUPAÇÃO DA FAZENDA RIO DAS PEDRAS

Construção do trabalho de base

Marcando presença como o primeiro conflito por terra ocorrido em Uberlândia, a ocupação da fazenda Rio das Pedras não foi articulada e realizada rapidamente, houve várias ocasiões anteriores em que trabalhadores de diversas partes do Triângulo Mineiro, sobretudo de Campo Florido, Capinópolis, Limeira D'Oeste e Uberlândia¹⁸², e lideranças do Movimento de Luta pela Terra-MLT, atual Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL, encontraram-se, discutiram e prepararam sua realização. Denominado trabalho de base, esse período foi destinado à organização das famílias interessadas na ocupação da fazenda Rio das Pedras. Primeiramente, os contatos das lideranças do movimento com os trabalhadores iniciaram-se pela interlocução com militantes e trabalhadores que haviam sido assentados em outras fazendas da região, de modo que, no começo, as discussões sobre a ocupação se davam entre lideranças do movimento e militantes de cidades da região¹⁸³.

A partir dessas relações de trocas de experiências nos processos de luta por terra, os contatos foram se ampliando e, à medida que mais famílias aderiam ao plano de ação desse grupo, novas lideranças surgiam, possibilitando maior intercâmbio com outras famílias de trabalhadores. Desse modo, *“para a ocupação da área, na época o Movimento de Luta pela Terra-MLT, fez um trabalho de organização das famílias que durou cerca de oito meses, em várias cidades vizinhas a Uberlândia. A maioria das famílias residia na periferia de Uberlândia”*¹⁸⁴. Durante a efetivação desse trabalho de base, realizaram-se diversas reuniões e encontros informais nos bairros onde moravam os primeiros representantes que ajudaram a compor o conjunto de trabalhadores junto com o movimento. Por intermédio das articulações entre lideranças do movimento e trabalhadores que tinham participado de outras ocupações, sobretudo, em Campo Florido, formaram-se lideranças naqueles quatro principais municípios, as quais se

¹⁸² *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002. p. 7.

¹⁸³ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹⁸⁴ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002. p. 7.

incumbiam de buscar mais trabalhadores nos bairros dessas e de outras cidades, principalmente nas periferias, para divulgar e elucidar o plano da ocupação, abordando suas implicações econômicas e políticas na luta pela terra¹⁸⁵. Dessa forma, a atuação do movimento passou a ocorrer em vários bairros daqueles municípios, por meio de militantes que, cada vez mais, iam se tornando mensageiros e divulgadores da ocupação.

No trabalho de base realizado para encontrar pessoas interessadas na ocupação, executado nos bairros periféricos, os militantes visitavam as casas, levando propostas e informações acerca da realização da ocupação da fazenda, além de fichas para cadastrar as famílias que optassem por participar. Conversando com Lúcia Helena da Silva, coordenadora da Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras, ela comentou sobre como tomou contato com o movimento e como soube da preparação da ocupação da propriedade:

Em 96, eu morava na fazenda do município de Campo Florido, e teve uma ocupação na fazenda Santo Inácio-Ranchinho. Aí eu fiquei amiga dos acampados. Depois de um ano eu mudei pra cidadezinha, só que já conhecia bastante pessoas do acampamento, e alguns deles eram militantes. Aí eles me convidaram pra tá ocupando uma fazenda a qual eu não sabia qual era. Era fazenda produtiva, a que eu morava, e a que eles ocuparam era fazenda vizinha de cerca, só que improdutiva. Aí, depois que eu mudei pra cidadezinha, aí as pessoas do assentamento, que nesse meio de tempo já era assentamento, aí eles convidaram várias outras pessoas da cidade pra tá fazendo reuniões, eram militantes do movimento que também moravam no assentamento, foram assentados nessa fazenda¹⁸⁶.

Além desse tipo de relações que possibilitaram a aproximação entre as pessoas que viriam compor aquele grupo de militantes, também ocorriam casos em que os trabalhadores contatavam com parentes, amigos ou conhecidos de diferentes cidades que tinham participado de outras ocupações, para, depois, conhecerem as lideranças do movimento e dos assentamentos conquistados na região¹⁸⁷. E com o desenvolvimento

¹⁸⁵ Fausto Lopes Nascimento-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹⁸⁶ Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹⁸⁷ Experiência como essa ocorreu com a maioria dos trabalhadores atualmente assentados na Rio das Pedras. Sobre isso, Célia Umbelini contou como contactou as lideranças do movimento e soube do trabalho de base para a realização da ocupação da fazenda Rio das Pedras: “Foi através da minha cunhada né que já era assentada no Campo Florido, aí eles disse que fazia um trabalho de base aí pra fazer esse assentamento aqui né, mas eu não sabia disso, a minha cunhada que chegou lá uns quinze dias antes de vir pro assentamento, aí eu falei: Ó xente, por quê não né? E aí vazei o cabresto pra cá. Eu não tinha contato com ninguém do Movimento. Ela tinha né que era assentada em Campo Florido, aí chegou o dia 14 de abril de 1997, aí chegaram lá pra me pegar, catei eu e esse menino meu e joguei num caminhão cheio de

das reuniões e das trocas de idéias a respeito da ocupação, os próprios trabalhadores iam se tornando lideranças de bairros e começavam o trabalho de base nos locais próximos de suas moradias. Sobre esses aspectos iniciais do trabalho de organização das famílias, Lourival Silva informou:

O trabalho [de base], nós pegamos mais pessoas daqui de Uberlândia, teve alguns de Capinópolis, de Ituiutaba, de Uberaba, aí, às vezes você tem um contato lá na cidade né, igual lá em Campo Florido nós tinha a Branca, que conhecia o Divinão lá em Capinópolis, que conhecia o Zé Maria, que conhecia mais alguém lá em Capinópolis, então a gente vai lá, vê... O Divinão que foi o responsável pelo trabalho lá em Capinópolis. Em Campo Florido, nós se responsabilizamos porque veio pessoas do próprio acampamento, veio pessoas da cidade, do acampamento que já tinha lá, o nosso lá foi em 93, do Santo Inácio Ranchinho, e esse aqui em 97. Aí, entra em contato com as pessoas, começa a conversar e, de repente, você tem um grupinho ali de cinco, seis pessoa que se interessa e vai juntando, porque um é o compadre, o outro é o amigo, o outro é o irmão, o outro é algum parente, e vai juntando. De repente, daquele grupo ali você detecta uma pessoa que pode começar a liderar, e de repente você nem precisa ir lá mais, a própria pessoa do próprio bairro já vai arregimentando as pessoas¹⁸⁸.

Assim, um grupo enorme foi se constituindo, transformado os ideais e os objetivos perseguidos por poucos em uma meta que ganhou contornos cada vez mais coletivos. Geralmente, as reuniões se davam em três ou quatro locais de cada cidade, duas vezes por semana e sempre durante a noite. Procurando alertar os trabalhadores sobre os possíveis problemas que poderiam seguir à ocupação, como represálias por parte do proprietário da fazenda, ou mesmo violência policial, as lideranças do movimento e os militantes experientes enfatizavam a “união” como a arma mais poderosa que o grupo deveria carregar.

Porém, mais do que pregar a união, os trabalhadores realizavam-na ao longo de todo o trabalho de base, sobretudo, por meio de atos de solidariedade, como ajudas de uma família à outra para pagar os custos de locomoção até os bairros onde ocorriam as reuniões e, principalmente, com apoio moral de uma família para outra. Ademais, tornou-se necessário apregoar a ocupação como uma tentativa coletiva para alcançar o objetivo da permanência na fazenda, mas que não significava certeza de realização,

bagulho né e lá vêm nós pro Rio das Pedras, não sabia pra onde era também não que eles nunca fala né”. Após ter morado seis anos em Limeira D’ Oeste e trinta em Uberlândia, Célia disse que sua participação foi decidida de repente, mas que, atualmente, não se arrepende da opção que fez. Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em outubro de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹⁸⁸ Lourival Soares da Silva-Liderança da Região do Triângulo Mineiro. Morador do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em janeiro de 2007*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

tendo em vista tantos fatos inesperados que poderiam ocorrer por parte da reação do fazendeiro, como da atuação da justiça em todo o processo. Desse modo, estipulava-se que nada mais que alguns mantimentos, lonas pretas utilizadas para montar barracos durante o acampamento¹⁸⁹ e uma pequena contribuição financeira para arcar com os custos do deslocamento das famílias até a fazenda Rio das Pedras, fosse levado no dia da ocupação.

Conforme esclareceu Lúcia Helena, durante o trabalho de base, aconteceram várias reuniões em sua própria casa, e as principais questões discutidas, nesse momento, eram a respeito de como e quando se daria a ocupação da propriedade. Comentando sobre as reuniões realizadas durante o trabalho de base, Lúcia ressaltou:

A gente fazia reuniões, onde explicava algumas coisas, porque nem sempre falava tudo, é regra do movimento e de qualquer uma ocupação. A gente sabia que tinha uma fazenda pra ser ocupada, mas a gente não podia falar qual era e qual o local da fazenda, devido outros movimentos ou até mesmo a própria polícia poderia tá impedindo, ou outro movimento poderia ocupar a fazenda antes. A base tinha que ter união, em primeiro lugar, aí quando a gente vai se ocupar uma fazenda, era pra cada um dar uma contribuição pra tá pagando o transporte, então de início a gente traz uma feira [mantimentos], poucas roupas, poucas panelas, e a lona preta, que é a casa provisória, até fazer o barraco, e a união do povo, a união faz a força, isso daí era o ponto principal¹⁹⁰.

Contudo, articulando questões de ordem preparativa, econômica e informativa, o trabalho de base era efetuado buscando estabelecer, ao mesmo tempo, significados que pudessem explicitar a necessidade e a importância da ocupação. De cunho social e político, as principais discussões nesse sentido visavam questionar e alertar sobre a ordem da sociedade brasileira, partindo de caracterizações sociais verificadas, sobretudo, nas próprias cidades do Triângulo Mineiro, marcadas por intensas desigualdades entre classes, concentração de renda e exclusão social.

Na concepção das lideranças do movimento e principalmente dos trabalhadores militantes que se tornaram lideranças na região, o significado maior da ocupação da fazenda Rio das Pedras esteve presente no anseio por transformações sociais com vistas à concretização do socialismo, por meio das pressões econômicas e políticas decorrentes das ocupações de terra e das mudanças sociais, a partir do campo, que surtíssem efeitos

¹⁸⁹ A fase de acampamento foi o período seguinte à ocupação da fazenda Rio das Pedras, o momento em que os trabalhadores aguardavam acampados na fazenda sua desapropriação e instituição do assentamento.

¹⁹⁰ Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

no meio urbano¹⁹¹. Ações que, para os trabalhadores em geral que optaram por participar da ocupação da fazenda Rio das Pedras, tinham, na realidade, o sentido de procura de novos caminhos por melhores condições de vida e não necessariamente a busca por transformações econômicas e políticas de caráter revolucionário.

Essa tentativa dos trabalhadores de redirecionar suas vidas, aliás, pôde ser apreendida na fala do senhor Davi Agenor dos Santos que, ao informar sobre sua opção por participar da luta pela terra, ressaltou que sua maior vontade era poder dar uma vida mais digna para sua família e possibilitar estudo para os filhos, para que pudessem ter as oportunidades que os pais não tiveram na vida. Comentando sua inserção na luta pela terra, por meio da ocupação da fazenda Rio das Pedras, afirmou que seu grande sonho era ter mais tempo disponível para passar junto da família, uma vez que, na cidade, sempre teve que trabalhar turnos dobrados, do contrário, não manteria a saúde, a alimentação e a moradia da família. Ao ser questionado acerca de sua opinião sobre o socialismo, Davi respondeu que o que precisa mudar não é o sistema, mas o sentimento das pessoas, pois, em sua opinião, nada garante que os homens se tornem mais solidários e menos egoístas apenas pela simples mudança de sistema econômico¹⁹².

Por outro lado, conforme declarou Lourival Silva, muitas das insatisfações dos trabalhadores pobres das cidades, sobretudo das periferias desses centros urbanos, envolvem razões ainda desconhecidas para a maioria deles, razões que, em ótica de Lourival, o trabalho de base realizado por lideranças e militantes experientes do movimento deveria elucidar e esclarecer aos trabalhadores. Acerca do que qualificou como sendo o “*trabalho de conscientização*” dos trabalhadores, a liderança informou:

A gente começa o trabalho de conscientização das pessoas, esclarecendo as pessoas, porque até hoje as pessoas não sabem por que está na periferia, as pessoas não sabem porque almoça hoje e não janta amanhã, o povo não sabe por que tem que subir em cima do caminhão de boiadeiro todos os dias e no fim do mês não ter dinheiro pra pagar o aluguel! E a gente que já tem uma visão, tem um conhecimento, uma consciência de que a coisa não é assim, e de que a sociedade tem que mudar nem que seja um pouco, a gente começa a conversar com as pessoas. Teve época que a gente fazia reunião no Tocantins, às vezes a gente reunia com duzentos trabalhadores! As pessoas não estão satisfeitas! A gente ia nas periferias, onde tá mesmo as massas sofridas. Vai visitando as casas, na época a gente tinha assim uma fichinha pro camarada que tava disposto, que tava querendo participar do trabalho de base e nós ficou

¹⁹¹ Deodato Divino Machado-Coordenador Estadual do MTL. *Entrevista concedida em dezembro de 2006*. Secretaria Estadual do MTL. Uberlândia/MG.

¹⁹² Davi Agenor dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em janeiro de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

*oito meses, oito meses anteriores à ocupação aqui, que se deu no dia 14 de abril de 97.*¹⁹³

Portanto, toda uma preparação para a ocupação da fazenda Rio das Pedras foi realizada por meio de encontros e reuniões nos bairros, nas casas de diversos militantes, no sentido de construir uma identidade cultural e política em torno do objetivo e do direito do acesso à terra. A cada reunião, ficava estabelecido que todas as famílias presentes convidassem, para a reunião seguinte, mais trabalhadores interessados em participar da atuação, de modo a fortalecer o movimento e o ato da ocupação. Dessa forma, cada vez mais aumentava o número de pessoas interessadas na ocupação, e assim o trabalho de base fortalecia-se, ao mesmo tempo em que o próprio movimento, como organização, que buscava sua formalização, ganhava novas dimensões em que a adesão de diferentes personagens advindos do meio urbano, a maioria delas de origem rural, caracterizou trocas entre valores culturais e políticos diferenciados.

Contudo, é importante esclarecer que esse tipo de procedimento da organização de famílias, visando à ocupação coletiva de terra, não se constitui como característica exclusiva dos trabalhos de base do MTL. Na realidade, tem sido muito utilizado pelo MST em ocupações efetuadas em todo o país, desde que o movimento surgiu. Ao realizar pesquisa sobre os movimentos dos trabalhadores por terra, com o objetivo de compreender a organização e a trajetória do MST em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Maria Elza Markus esclareceu que o artifício de juntar as famílias denomina-se ‘*método multiplicador*’, pelo qual os trabalhadores assumem o compromisso de trazer, a cada nova reunião, sempre mais uma família para fortalecer o grupo¹⁹⁴. De outra forma, essa estratégia representou também uma precaução das lideranças quanto às ações policiais, pois, com maior número de trabalhadores, as reações por parte do Estado à ocupação ficariam possivelmente mais brandas.

Para os trabalhadores, esse trabalho de base significava também o momento de tomar contato com lideranças e obter informações necessárias sobre a ocupação. Em entrevista realizada com Davi Agenor dos Santos, que com suas simples palavras apontou a importância desse trabalho na organização das famílias, verificou-se o constante contato dos trabalhadores com lideranças do MTL no decorrer do trabalho de

¹⁹³ Lourival Soares da Silva-Liderança da Região do Triângulo Mineiro. Morador do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em janeiro de 2007*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹⁹⁴ MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: ‘Somo nós que é o Movimento’*. Tese/Doutorado em História Social: PUC/SP, 2002. p. 30.

base, pois era o momento de organizar as famílias e tentar convencê-las da importância da participação de todas. A respeito disso, Davi afirmou:

No começo, é difícil demais né, hoje em dia que os sem terra expandiu né, mas no começo era muito perseguido, era muito difícil. O João Batista não é um líder, o povo, às vezes, fala que é líder, mas não era líder não, aí ele quis mexer com isso, ele tinha um cômodo alugado. Aí ele começou a trabalhar de base, aí a gente ia em reunião, a gente tinha reunião, fazia reunião de bairro também, fazia trabalho, eles fala trabalho de base né, chamando as família né pra gente ocupar uma terra né, que a gente sabia que tinha muita terra aqui né, essas terra própria pra assentamento. Aí eles visita as fazenda, aí descobriram essa fazenda aqui. Eles não plantava quase nada, tinha um gado também aqui, mas era pouco, aí nós viemos pra cá no dia 14 de abril de 97, nós chegamos aqui de madrugada¹⁹⁵.

Para alguns, identificado como estratégia política própria de partidos, entidades e movimentos progressistas, o método organizador do trabalho de base possui a característica principal de estabelecer contatos diretos com os trabalhadores em geral, onde quer que estejam. Alguns exemplos históricos, nesse sentido, constituíram, sobretudo, as atuações das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, do PT e do MST¹⁹⁶. Na maioria das vezes, os trabalhos de base voltam-se à realização do objetivo de mudanças sociais, por meio da implantação de um possível socialismo, daí ser considerado um trabalho progressista. Propondo “*organizar o conjunto da classe trabalhadora, unindo os pobres e excluídos do campo e da cidade*”¹⁹⁷, o MTL adotou, desde o início, o método referenciado no trabalho de base como forma de aproximar-se dos trabalhadores, para os quais, por meio de diversas reuniões realizadas, tratou de expor seus interesses sintonizados com a instituição do socialismo como meio para a transformação social.

Ao ressaltar aos trabalhadores a necessidade de reformas agrárias, no campo e na cidade, da preservação ambiental e do estabelecimento social da igualdade como meio de instituir posicionamentos contra a discriminação de gênero, étnica, religiosa e de raça, O MTL enfatizou, nas reuniões do trabalho de base, principalmente a busca por alternativas ao sistema capitalista, proposta que nasceu com o movimento¹⁹⁸, sendo

¹⁹⁵ Davi Agenor dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em janeiro de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

¹⁹⁶ BETO, Frei. “Eu não disse?”: Desafios à esquerda socialista. *Revista Caros Amigos*. Ano IX, n. 102, set./2005. São Paulo: Casa Amarela, 2005. p. 10.

¹⁹⁷ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE-MTL. *MANIFESTO 2002* – Cartilha do MTL. Uberlândia: MTL, 2002. p. 8.

¹⁹⁸ 4 Anos do MTL - Movimento de Empoderamento Social. *Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL*. Disponível em: www.mtl.org.br. Acesso: 20/12/2006.

perseguida desde suas primeiras ocupações de terra na Região do Triângulo Mineiro, quando ainda era informalmente denominado MLT, e que o acompanha ainda hoje:

Para o MTL não haverá transformação social estrutural se as classes populares, num movimento contra-cultural, não se preparem a assumir a condição de novos agentes sociais, políticos e econômicos conscientes do seu papel histórico, num sistema totalmente dominado pelo capital. Tendo em conta que somente se estruturará alternativas ao sistema do capital se a classe trabalhadora se transformar em força material na sociedade. O MTL trabalha para organizar um amplo movimento de massas autônomo permeado por valores alternativos que tenha influência em toda sociedade¹⁹⁹.

Com o objetivo de organizar as famílias em prol de um movimento coletivo de trabalhadores em luta pela terra, pela liberdade e pela união no sentido da transformação social, as ações coletivas de ocupação de terras eram os argumentos e as propostas mais contundentes e constantes em quase todas as reuniões realizadas durante o trabalho de base²⁰⁰. Além da crítica ao capitalismo, o socialismo era a proposta de saída para uma situação de desigualdade social geradora de todos os males e dificuldades que as classes populares enfrentavam. Ainda que o sonho do socialismo não tenha se configurado como característica do anseio da maioria dos trabalhadores que participaram da ocupação da fazenda Rio das Pedras, mesmo assim, não constituiu impedimento para que alguns trabalhadores partilhassem desses ideários, o que se deu pela própria interação no trabalho de base²⁰¹.

Entretanto, apesar das trocas de idéias ocorridas na preparação da ocupação da fazenda Rio das Pedras, os trabalhadores, de modo geral, mostraram-se firmes nos encontros e reuniões realizadas, mas não pela crença num possível socialismo e sim pela esperança de transformações efetivas em suas condições de vida. Dessa forma, os motivos que levaram aquele grupo de pessoas, pais e mães de família, junto com dezenas de crianças, de posse apenas de alguns poucos pertences, a partir rumo a um lugar desconhecido, longe dos perímetros urbanos, em pleno alvorecer e, num ambiente

¹⁹⁹ 4 Anos do MTL - Movimento de Empoderamento Social. *Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL*. Disponível em: www.mtl.org.br. Acesso: 20/12/2006.

²⁰⁰ Geraldina Ferreira da Silva-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁰¹ Francisco Conrado D' Araújo-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG. Esse aspecto do trabalho de base pôde ser claramente percebido nas palavras do senhor Francisco, quando afirmou: "A gente fez trabalho de base, aprendeu que se quisesse viver melhor, nós não podia continuar com esse capitalismo, nós tinha que dividir as riqueza, tinha que se unir os trabalhador de todos canto do Brasil, pra fazê alguma coisa pra vida nossa mudar, do jeito que tava não podia ficar mais pior, mas é difícil, muito difícil".

campestre, montar barracas, foram na realidade outros. Ao estabelecerem-se nesse local, podendo apenas imaginar os perigos e imprevistos que poderiam os aguardar a partir daquele momento, os trabalhadores, diferentemente da crença no socialismo, percebida naqueles que se tornaram lideranças, tinham, sobretudo, o sonho e a esperança de transformar economicamente as suas vidas, algo que, para a maioria, teria um sentido especial, caso essas mudanças pudessem se dar no meio rural.

Dessa forma, ao longo de oito meses de muitos encontros que produziram diversas trocas de experiências de vida e de códigos culturais e políticos, efetivou-se a construção de novas amizades e de diferentes formas de relações baseadas no esforço coletivo visando a um objetivo comum, consolidando, ao mesmo tempo, a somatória das várias ocasiões em que a solidariedade e o companheirismo começaram a estar presente. Com as estratégias de luta estabelecidas, psicologicamente preparado, coletivamente organizado e terminantemente decidido pela ocupação da fazenda, esse grupo de trabalhadores, constituído principalmente de pedreiros, serventes, ajudantes de serviços gerais, anteriormente empregados em empresas, comércios, que ocupavam cargos de balconistas, vendedores, ou mesmo executando trabalhos domésticos nas cidades onde moravam antes da ocupação, bem como diversos profissionais liberais e, sobretudo, desempregados²⁰²; acompanhados de lideranças e militantes do MTL, partiu, viajando em caminhões, com destino à fazenda Rio das Pedras.

Ocupação e conquista da terra

Após horas de viagem e ansiedade, os trabalhadores chegaram à fazenda Rio das Pedras e ocuparam a propriedade no dia 14 de abril de 1997, às quatro horas da manhã. A opção por ocupar a fazenda durante a madrugada foi feita no intuito de encontrar desprevenido o dono da referida propriedade, para que o processo ocorresse de uma forma mais ou menos controlada pelos sem terra, pelo menos até o momento em que apenas as lideranças do movimento e os próprios trabalhadores envolvidos tivessem conhecimento sobre o evento planejado. Apressando-se em noticiar o primeiro ato dessa natureza ocorrido no município de Uberlândia, no dia seguinte, um dos jornais de maior circulação na Região do Triângulo Mineiro assim divulgou a ocupação da fazenda Rio das Pedras:

²⁰² Davi Agenor dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em janeiro de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

O Movimento de Luta Pela Terra (MLT) promoveu ontem a primeira ocupação de terras em Uberlândia. Duzentas famílias estão acampadas na fazenda Rio das Pedras, de propriedade de Josias Freitas, distante 20 quilômetros do centro, desde às 4 horas da manhã de ontem. As famílias foram transportadas em dez caminhões e três ônibus até o local. O acampamento fica próximo ao Rio das Pedras, lugar onde os sem terra tomam banho e tiram água para beber e fazer a comida. Cerca de 120 crianças estão no acampamento e até o fim da semana será feito um levantamento para indicar o número exato de famílias acampadas na fazenda²⁰³.

Com uma área total de 1908,63 ha., a fazenda Rio das Pedras se localiza a 23 quilômetros da sede municipal de Uberlândia, pela BR365, que interliga esta cidade a Ituiutaba. Situa-se na microbacia hidrográfica do Rio Uberabinha, mais especificamente, na sub-bacia do Rio das Pedras. Porém, a história desse assentamento, como descrito anteriormente, teve início ainda nas primeiras horas do dia, quando 170 famílias de trabalhadores sem terra se estabeleceram nos domínios da fazenda Rio das Pedras²⁰⁴, formando, nesse momento, o acampamento das famílias, com o principal objetivo de pressionar as autoridades municipais e estaduais para que tomassem as iniciativas para averiguar as características desse imóvel.

Ao que se percebe claramente nas falas dos trabalhadores ocupantes dessa propriedade, de todos os períodos em que passaram no interior da fazenda Rio das Pedras, do início do acampamento até os dias atuais, esse foi, com certeza, o momento de maior união e alegria para todos. Constatada como sendo a fase mais lembrada pelos trabalhadores nas ocasiões em que foram entrevistados, a chegada à fazenda representou o início de uma nova etapa de vida, a esperança próxima de ver o sonho de permanecer na terra realizado e, como consequência, a possibilidade de estabelecer diferentes e melhores condições de vida. Ao relembrar algumas passagens do cotidiano, durante a fase de acampamento, comentando o dia da ocupação, Célia Umbelini reinterpretou sua impressão da cena dos primeiros momentos na fazenda com as seguintes palavras:

A chegada foi um barato! Eu cheguei era umas seis horas da tarde. Aí a minha cunhada: olha nós vai arrumar um lugar pra você dormir, porque hoje não tem de inventar de fazer barraco. Aí eles tinha feito só a armação de madeira, não tinha plástico, aí ela arrumou um daqueles que é do Ciro (...). Aí era aquela gramona dessa altura assim né (...). Cataram uns pedaços de cupim e fez um fogão no chão. Aí eu fui fazer essa janta e o menino do Dito chegou e deitou tadinho, na grama, e puxou a paia. Aí fiz a janta, o povo jantou, acendi as velas em cima do litro de óleo e ficava acordada vigiando o meu filho dormir, porque

²⁰³ Uberlândia assiste à primeira ocupação de terras. *Jornal Correio* – Ano 54. n. 17458, de 15/04/1997.

²⁰⁴ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

eu pensava, se a cobra vim né. Passei a noite inteira queimando vela sentada no colchão, esperando o dia amanhecer pra mim fazer o meu barraco, mas aqueles primeiros dias é tão bom, tudo é festa, muita festa, muito bom sabe?!²⁰⁵.

Apesar do medo e das necessidades que fizeram parte constante do cotidiano dos trabalhadores, o dia da ocupação da fazenda Rio das Pedras caracterizou momentos de muito entusiasmo entre o grupo, fortemente ansioso com a expectativa de conseguir uma porção de terra daquela fazenda. O maior temor dos trabalhadores, nesse momento, era com relação à reação dos proprietários da fazenda e das forças policiais, mas ainda havia o medo de adoecerem estando tão longe da cidade, especialmente as crianças. Mas, passado algum tempo, o clima ainda era de festa na fazenda, como se de fato os trabalhadores tivessem conquistado a área ocupada, de modo que as comemorações permaneceram fortes durante os primeiros meses de ocupação.

Quando questionado sobre as dificuldades e pressões sofridas nos momentos em que se iniciou a fase de acampamento, o senhor Davi Agenor dos Santos contou ter sido, na realidade, a melhor fase da vida na fazenda, e afirmou:

Quando tá em acampamento parece que é melhor, o povo tudo é reunido né? Parece que tudo é festa! É reunião todo dia, fazia assembleia, aí nós, o fazendeiro, acho que foi o sobrinho dele, um tal de Nenê que era o sobrinho dele, e tava dominando aqui né, chamou a polícia e veio dois soldados aqui. Eles veio, olhou lá, mas não fez nada, aí, passado uns dia veio a polícia, ficou acampada lá uns dia né, mas aí teve a liminar de despejo, mas aí não conseguiram né, despejar não. O Josias mandou fazer. Mas também tinha uma advogada aí que era pinta brava. Aí nós conseguimos ganhar a liminar né²⁰⁶.

Configuram-se, dessa forma, os primeiros tempos da existência do acampamento Rio das Pedras, marcado em todos os seus momentos iniciais pela forte união dos trabalhadores na busca pela satisfação de necessidades materiais e consolidação de um novo modo de vida, baseado no trabalho coletivo. Contudo esse episódio foi também apenas o início dos desafios e das dificuldades que aquele grupo de trabalhadores sem terra iria enfrentar pela frente. Durante a experiência do acampamento, essas pessoas vivenciaram muitos maus momentos, dificuldades que só tenderam a aumentar com o passar do tempo. Morando sob precários barracos de lona, que mal podiam protegê-los contra as intempéries da natureza, e dispondo de uma quantidade insignificante de

²⁰⁵ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG. A ocupação da fazenda Rio das Pedras ocorreu durante a madrugada, Célia Umbelini foi uma das demais pessoas que chegaram durante a tarde do dia seguinte à ocupação.

²⁰⁶ Davi Agenor dos Santos. Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em janeiro de 2003.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

mantimentos, pois não tinham a certeza se iam permanecer naquela fazenda, as famílias não tinham sequer água potável para preparar seus alimentos ou sanar a sede, porque o único meio de conseguir água era buscá-la em um rio existente no interior da fazenda.

Denominado Rio das Pedras, esse era o local de onde, não apenas na fase de acampamento, mas nos primeiros tempos do assentamento, as famílias retiravam água para suas necessidades. Conforme o plano de consolidação do assentamento:

*O rio das Pedras com seus afluentes (Córregos Santo Reis, Córrego das Pedras e Córrego Vereda da Divisa), todos perenes, destaca-se como principal manancial, percorrendo cerca de 4,6 km dentro do assentamento. Encontram-se, ainda, pequenas represas que servem para o abastecimento das propriedades rurais e bebedouro para os animais, além de nascentes. A profundidade do lençol freático varia de 2 a 18 metros, permitindo a perfuração de cisternas (poços caipiras), encontrados em vários lotes para o abastecimento doméstico. O uso atual das águas [em 2002] é para dessedentação dos animais e alguns assentados utilizam para a irrigação de olerícolas (legumes). Não existem informações ou análises da qualidade da água, porém alguns assentados citam que o Rio das Pedras ainda está sendo contaminado pelo chorume de antigo lixão, sendo impróprio para o consumo humano e mesmo para dessedentação de animais. Também foram observadas mortalidades de peixes, possivelmente em função da contaminação da água em propriedades vizinhas (agrotóxicos)*²⁰⁷.

Além de não contarem com água potável para suprir suas necessidades, os trabalhadores acampados conviviam ainda com a constante falta de mantimentos para se manterem na fazenda, principalmente, quando a maioria das famílias não dispunha mais dos recursos financeiros mantidos por meio de escassas economias guardadas. Dessa forma, a solução encontrada era viajar ao município de Uberlândia para realizar campanhas de arrecadação de alimento a ser dividido entre os assentados²⁰⁸. Somando-se a essas ações conjuntas de ajuda mútua entre o grupo de trabalhadores, outra maneira encontrada para resolver o problema relativo à alimentação das famílias foi apostar no cultivo coletivo da terra. Durante o acampamento, os trabalhadores plantaram uma horta comunitária, com o trabalho conjunto dos acampados. Para isso, receberam ajuda da Animação Pastoral e Social do Meio Rural-APR, e de alguns sindicatos, que forneciam recursos financeiros ou mesmo sementes para a plantação²⁰⁹. Conforme informou

²⁰⁷ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG*. Uberlândia, 2002. p. 11.

²⁰⁸ Davi Agenor dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁰⁹ Geraldina Ferreira da Silva-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG. Outra ajuda concedida nos primeiros meses de acampamento das famílias partiu de alguns políticos, que

Lourival Silva, a produção da horta comunitária possibilitou a venda dos seus produtos na cidade e a arrecadação de recursos para serem investidos em outras necessidades alimentares dos acampados. Sobre esse período, ressaltou:

De imediato, assim que agente chegou aqui a gente começou a produzir horta, uma grande horta comunitária. E essa horta, com quarenta dias, trinta, quarenta dias, nós já tava com uma perua nas periferias de Uberlândia, levando verdura, levando o movimento e trazendo coisas pra cá, pra substituir as verduras do acampamento. Então, vendeu-se muito quiabo, muita abóbora, muita alface sabe? Foi uma horta muito grande! E isso com a ajuda de alguns sindicatos, que fornecia semente, fornecia adubo, a APR contribuiu bastante, assistência técnica, davam semente. Não era bem assistência técnica, era uma contribuição financeira²¹⁰.

Além da produção dessa horta comunitária, que contribuiu muito para sanar as necessidades dos trabalhadores nos primeiros meses de acampamento, posteriormente os trabalhadores também realizaram outras plantações coletivamente. Questionada sobre a união dos trabalhadores para se manterem na fazenda e, acima de tudo, sobre como os acampados faziam para sobreviver naquela situação de dificuldades, longe de suas casas, já que a maioria havia deixado o trabalho na cidade quando foi para a ocupação da Rio das Pedras, Célia Umbelini contou como os trabalhadores organizavam-se para suprir as falta de mantimentos e se manterem na fazenda. Sobre esses momentos de organização do acampamento, ao responder se houve algum tipo de trabalho coletivo nesse período, Célia afirmou:

Houve, houve mais na época do acampamento, na época do acampamento a gente tinha, nós plantamos quatro alqueires de mandioca, depois plantamos dezoito de milho. Era pra todo mundo, depois, com o primeiro ano que a gente foi pros lote, teve um plantio de milho e de arroz né, coletivo²¹¹.

Por meio do esforço conjunto e da solidariedade nessa relação, os trabalhadores passaram oito meses acampados na fazenda, enfrentando, então, muitas dificuldades de sobrevivência. Contudo, diferente de algumas ocupações de terra ocorridas no Triângulo Mineiro, a desapropriação da fazenda Rio das Pedras deu-se rapidamente. Para agilizar

concederam cestas básicas. Apesar de essas doações não demonstrarem o real interesse das classes políticas, contribuíram, no entanto, para suprir um pouco das necessidades dos trabalhadores. Quem também concedeu apoio nessa direção foi o padre Júlio, da Igreja Santa Edivirges de Uberlândia, orientando os moradores, trazendo-lhes alimentos e realizando orações no acampamento. Os sindicatos dos trabalhadores de Osasco e de Belo Horizonte também ajudaram concedendo materiais, principalmente lonas para a montagem das barracas.

²¹⁰ Lourival Soares da Silva-Liderança da Região do Triângulo Mineiro. Morador do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em janeiro de 2007*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²¹¹ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

esse processo, o movimento teve papel essencial, pois cuidou da parte jurídica, que envolveu, sobretudo, o momento anterior à ocupação, tomando todas as devidas iniciativas para saber se aquela propriedade era passível ou não de ser desapropriada pelo INCRA. Conforme Juaris de Souza, presidente do assentamento, o Movimento ajudou muito *“na discussão na parte política e de discussão em todas as áreas, até mesmo em qualquer parte do INCRA ou em qualquer Ministério que você vai eles exigem, exigem inclusive pra parte de meio ambiente e tudo”*²¹². Na intermediação dos trabalhadores com as autoridades regionais, também tiveram papel de destaque a advogada do movimento e suas lideranças, ao ocuparem-se dos procedimentos técnicos no INCRA, na verificação do grau de produtividade da fazenda.

Logo após a primeira avaliação do Grau de Utilização da Terra-GUT²¹³, feita em 1997 pelos próprios integrantes do movimento, a propriedade de 500 alqueires de terra foi considerada improdutiva, pois apenas 20% dela produziam soja. Como, nesse momento, a fazenda ainda não tinha sido vistoriada pelo INCRA, e em resposta à posição do movimento acerca dos resultados do GUT, o advogado de Josias de Freitas, proprietário da fazenda, contestou a informação, argumentando que a plantação ocupava 50% da área e o restante era utilizado para pastagens²¹⁴. Porém, esta constatação não foi confirmada pelo INCRA, que, meses depois, em seu Laudo de Vistoria²¹⁵, identificou a terra como improdutiva e os trabalhadores puderam ser assentados na fazenda Rio das Pedras oito meses após sua ocupação.

Reagindo contra a ocupação de sua fazenda pelos trabalhadores sem terra, o então proprietário, Josias de Freitas, um médico de 83 anos de idade, residente no Rio de Janeiro, propôs a Ação de Reintegração de Posse²¹⁶ contra o Movimento responsável pela ocupação. No entanto a liminar expedida pelo Juiz da 8ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, foi suspensa pelo Tribunal de Alçada, em Belo Horizonte, permitindo que

²¹² Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²¹³ O Grau de Utilização da Terra-GUT, mede a intensidade da utilização da propriedade privada e é feito para estabelecer quanto da área está sendo produzindo e atestar a produtividade ou improdutividade do imóvel.

²¹⁴ Uberlândia assiste à primeira ocupação de terras. *Jornal Correio* – Ano 54. n. 17458, de 15/04/1997.

²¹⁵ O Laudo de Vistoria consiste na visita do INCRA à propriedade para a realização da análise do Grau de Utilização da Terra-GUT. Constitui um dos primeiros procedimentos formais realizados pelo órgão do Estado após uma ocupação de terra. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 20/05/2005.

²¹⁶ A Ação de Reintegração de Posse define a primeira medida legal que um proprietário de terra realiza logo que tem sua propriedade ocupada por manifestantes de trabalhadores sem terra, é o primeiro passo a ser dado para tentar reaver a propriedade. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 15/12/05.

as famílias permanecessem na fazenda²¹⁷. O ato da ocupação e o posterior embate dos trabalhadores com o proprietário, por intermédio de seu advogado, e com as forças policiais, ocorreram num clima de bastante tranqüilidade, não havendo confronto direto com o proprietário do imóvel, que sequer foi ao local. Ademais, a própria desapropriação da fazenda, quando o INCRA chegou a realizar sua vistoria, se deu de forma rápida e pacífica.

Quando questionada sobre o tempo que o INCRA levou para desapropriar a fazenda para que os trabalhadores fossem definitivamente assentados, se houve ou não algum tipo de violência ou mesmo pressão por parte do proprietário do imóvel ou das autoridades locais, Célia Umbelini ressaltou:

*O fazendeiro nós não vimos reação dele, porque ele nunca pôs o pé aqui, acho que ele morava no Rio de Janeiro. Pelo menos nessa fazenda aqui rapidinho eles vieram, vistoriaram, desapropriaram, foi um negócio de três meses, eles vieram vistoriar né, ficou acampado um ano e meio, aí eles vêm e vistoria, avalia e desapropria. Nós viemos dia 14 de abril de 1997 e mudou para os lotes em outubro de 1998. Pressão, pressão, não fizeram não, eles [policiais] vieram e ficaram lá sabe. A Marilda [advogada do Movimento] falava pra nós que se eles provocassem não era pra reagir de jeito nenhum, era pra ficar quietinho, foi que eles foram embora, nunca mexeram com ninguém do acampamento, só vigiou, de guarda lá, ficavam acampados de lá e nós de cá!*²¹⁸.

Contudo, ao local da ocupação foi enviado um número expressivo de policiais militares como forma de exercer pressão sobre os trabalhadores acampados, mas, ainda assim, não houve confronto. Ocorreram alguns conflitos com os arrendatários do imóvel ocupado, que ainda realizaram ações de reintegração de posse contra o movimento, mas também não foram adiante. Apesar de tudo, conforme relataram os trabalhadores, os arrendatários pressionaram contra a desapropriação até mais que os próprios donos da fazenda, mas, mesmo assim, a reação de todos foi bem tranqüila. Desse modo, conforme consta do plano de consolidação do assentamento Rio das Pedras,

a ocupação ocorreu de maneira pacífica e muito organizada. Não houve confronto direto com o proprietário que jamais apareceu na área. Com a Polícia Militar, apesar das pressões sofridas pelo grande contingente enviado ao local, também não houve confronto, pois negociou-se um prazo para a interposição de recurso contra a liminar proferida. Posteriormente, ocorreram breves conflitos com os arrendatários que também propuseram ações de

²¹⁷ Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

²¹⁸ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. Entrevista concedida em agosto de 2003. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

reintegração e obtiveram liminares que foram suspensas pelo Tribunal de Alçada, os que os afastou, definitivamente, do imóvel.

A respeito desse período, Davi Agenor dos Santos relembra os acontecimentos ocorridos e relata certas experiências da trajetória da fazenda com as seguintes palavras:

O fazendeiro, acho que foi o sobrinho dele, um tal de Nenê que era o sobrinho dele, e estava dominando aqui né, chamou a polícia e veio dois soldados aqui. Eles veio, olhou lá, mas não fez nada, aí, passado uns dias veio a polícia, ficou acampada lá uns dias né, mas aí teve a liminar de despejo, mas aí não conseguiram despejar não, aí nós conseguimos ganhar a liminar né, depois, acho que teve mais outra, aí teve uns arrendatários que trabalhava aqui, um daqui outro dali, esses deu trabalho, assim, um pouco né, porque eles pejejou pra nós sair, e nós enfrentamos²¹⁹.

Passado o período de seleção das famílias que seriam assentadas na fazenda, e dos preparativos para aferição do caráter de produtividade ou não da propriedade, e mesmo após o ato formal de instituição do assentamento, as lideranças locais do movimento permaneceram em contato direto com os assentados, procurando estar por dentro das suas principais necessidades e sobre os desdobramentos do processo de aquisição dos lotes pelas famílias. Apesar de tudo, do total de 170 famílias acampadas na fazenda Rio das Pedras, somente 87 receberam um lote e foram realmente assentadas. Destas famílias, consta do plano do assentamento que foram analisadas 83, totalizando 315 moradores distribuídos em 154 adultos, entre 22 e 60 anos, 15 idosos, acima de 60 anos e 76 crianças na faixa etária de 0 a 12 anos, de ambos os sexos²²⁰. Eram pessoas, em sua maioria, de origem rural, cujos pais viveram no campo e a mudança para a cidade se deu por conta do êxodo rural motivado pelo objetivo de encontrar melhores condições de vida no meio urbano.

Entretanto, com o passar do tempo, os trabalhadores iam percebendo que as dificuldades na fase de acampamento só aumentaram durante o assentamento. Assim, logo que se intensificavam os problemas, o entusiasmo ia dando lugar a certa sensação de descrença e desânimo dos trabalhadores diante dessa difícil realidade, mas sem que a união entre o grupo fosse abalada. Ao contrário, em momentos de extrema dificuldade, os trabalhadores tornavam-se mais solidários e unidos, ainda que, em matéria de produção, a opção pelo trabalho individual tenha marcado a vontade de todos os

²¹⁹ Davi Agenor dos Santos. – Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em janeiro de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²²⁰ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG*. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

assentados, notadamente quando surgiram problemas na produção das primeiras tentativas de trabalho coletivo, devido ao plantio realizado na época errada e à conseqüente perda da plantação²²¹. A respeito desses tempos mais difíceis, vividos principalmente durante os primeiros meses em que os moradores estavam acampados, e a seguir assentados, o senhor Iraci Alves dos Santos relatou:

A gente ficou acampado, um ano e oito mês acampado [oito meses], nem café pra nós beber nós tinha. Cada vez que ia pedir esmola na cidade, nomearam logo eu que nunca tinha pedido nada a ninguém. Eu saí daqui chorando pra ir pedi esmola na cidade. Todo dia nós trazia uma perua cheia, arroz, feijão, cada um dava o tantinho que podia. Aí nós foi vivendo assim..., vivendo assim..., até saí um tal de crédito de fomento que chama, crédito de fomento é quando a gente vai vim pra dentro dos lote. Aí viemo pros lote, viemo pros lote. Acabou aquele crédito de fomento, começamos sofrer de novo..., de novo sofrendo. Quantas vezes eu tava capinando do outro lado ali, eu tonteava de fome, meu barraquinho era ali ó, tonteava de fome, falei eu não agüento mais, vinha praqui, descansava um pouco. Coisa que eu nunca tinha comido era beterraba, berinjela, aí a gente pegamos berinjela velha lá onde que aquele pessoal, onde que é jogado lá na cidade. Aí a vizinha ia buscar de carrinho de cavalo, passava no meu barraco aqui pra me dá um pouco, dava um pouco pra outra ali e tal. Nós passava tudo ali. Então, muita pessoa que não sabe, fala: o Rio das Pedras [assentamento] tem tudo, mas é mentira, mentira deles, aqui até hoje [outubro de 2003] não tem nada²²².

Para os trabalhadores, o sentido de mudanças que a ocupação da fazenda Rio das Pedras poderia trazer em relação às condições de vida às quais as famílias estavam submetidas no meio urbano, começava a delinear traços profundos de dificuldades de sobrevivência logo nos primeiros meses de vida na fazenda. Essa situação foi sendo agravada com o passar dos anos, tanto com a falta de meios para suprir as necessidades dos primeiros meses de assentamento, uma vez que os primeiros recursos foram investidos na construção de suas casas, quanto pela inexperiência dos trabalhadores em administrar os recursos no momento em que chegavam.

Apesar de essas dificuldades terem sido vivenciadas de forma individual, logo a partir do momento em que os lotes foram divididos, ainda assim, proporcionaram maior união entre as famílias assentadas. Dessa forma, o relacionamento entre os trabalhadores caracterizou o companheirismo como a principal marca da convivência ao longo de todo o processo de luta pela terra na fazenda Rio das Pedras. De modo semelhante, a relação entre os trabalhadores e as lideranças do movimento foi marcada pela cumplicidade,

²²¹ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2003.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²²² Iraci Pedro dos Santos-Ex-morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em outubro de 2003.* Associação da Fazenda Rio das Pedras Uberlândia/MG.

assinalada desde os primeiros anos de assentamento das famílias. Segundo Célia Umbelini, no dia em que ocorreu a ocupação, as famílias de trabalhadores e as lideranças do MLT vieram todos juntos para a fazenda. Além disso, mesmo

(...) depois eles [lideranças do movimento] continuaram assim por uns quatro ou cinco meses, assim, internamente né. Depois, eles já via assim que a coisa já tava mais ou menos encaminhada, e fica os coordenadores, que são tirados da comunidade mesmo né. Aí os do Movimento vai cuidar da vida deles pra lá, primeiro eles vêm e faz assembléia²²³.

Procurando manter estreitas relações entre os trabalhadores, desde os primeiros meses do assentamento, as assembléias, ocorridas desde o trabalho de base, foram então intensificadas pelo movimento. No início do processo de ocupação e nos primeiros anos após o assentamento, essas assembléias significavam a maneira mais eficaz de exercer e pôr em prática a identidade coletiva e os interesses comuns entre os trabalhadores assentados e as lideranças do movimento, dentre os quais o objetivo de assegurar a permanência das famílias no interior do assentamento, mediante a busca da realização de projetos para serem desenvolvidos no assentamento, foi o principal. Nesse sentido, eram nas reuniões que os trabalhadores assentados, inclusive o presidente e o vice-presidente do assentamento, como as lideranças do movimento, discutiam, inicialmente, acerca do modo como a terra seria trabalhada, se a produção assumiria a forma individual ou coletiva, que tipo de plantação seria priorizada nos primeiros momentos ou quais espécies de criação trariam mais vantagens em termos de subsistência para todas as famílias²²⁴.

Desavenças e solidariedade no assentamento

Marcadamente necessários para definir ou redefinir não apenas os ideais, mas também o próprio sentido do movimento, os encontros e as assembléias consistiam no momento de deixar claro aos trabalhadores tanto o significado da bandeira do MTL, como a importância de suas idéias e concepções políticas. O principal símbolo da bandeira do Movimento, o globo terrestre, simboliza a terra, que deveria ser bem repartida entre todos. Contudo, mais que uma concepção política, o globo representa ainda uma tomada de posição diante do modo como a terra está repartida no país, bem

²²³ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. Entrevista concedida em agosto de 2003. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²²⁴ Informações obtidas através de conversas informais com moradores reunidos na sede do assentamento Rio das Pedras. ago./2003.

como uma oposição velada ao sistema capitalista de produção, baseado na propriedade privada da terra, e em favor do socialismo²²⁵. Trata-se da posição dos trabalhadores sem terra, figura central dos símbolos do movimento, concretizada em suas ações de ocupação de terra por todo o país e de uma forma de valorização dos símbolos políticos do movimento pelos trabalhadores.

Nas relações sociais, o envolvimento político se expressa também nos momentos de lazer, por meio dos símbolos do movimento, especialmente da bandeira, de modo que a atmosfera voltada para a política como forma de contestação social faz parte das lides cotidianas dos trabalhadores. Até nos jogos, nas datas festivas religiosas e ainda na comemoração do aniversário do assentamento, as cores da bandeira do movimento eram utilizadas, buscando serem, dessa forma, interiorizados os ideais de transformações sociais apregoados pelo movimento.

Essa maneira de apresentação cotidiana dos símbolos do movimento era feita com a intenção de ressaltar esses valores políticos da entidade, não apenas aos trabalhadores assentados, mas ainda aos visitantes que iam ao assentamento, quer fossem compradores potenciais de lotes, pesquisadores, viajantes ou outros. A utilização da bandeira do movimento visava consolidar nos imaginários sociais dos trabalhadores assentados não apenas os símbolos e os ideais do movimento, mas a construção de uma identidade política que demarcava os limites entre os interesses dos sem terra e das classes consideradas detentoras do poder político e econômico. Nesse sentido, era comum a afirmação de que no Brasil, “*os trabalhadores pobres sofrem por causa das pessoas que domina a economia e a política e faz o que quer e quando quer, e não têm ninguém pra mudar isso, só os trabalhadores, que sofrem junto, que pode se unir e exigir que o país mude*”²²⁶. Assim, o significado da luta pela terra, por meio da ocupação de propriedades de terra privadas, caracterizava dinâmicas e mudanças sociais buscadas pelo grupo. Ao afirmar que os sem terra lutam para “*mudar as pessoa, para*

²²⁵ Esses ideais puderam ser claramente observados no *Manifesto 2002*, a cartilha do Movimento, na qual os líderes militantes afirmam: “Nossas trajetórias, mais que promoverem enfrentamentos de cunho exclusivamente reivindicatórios, pautadas sempre na perspectiva de superação da ordem capitalista, nos possibilitaram também, o acúmulo de importantes reflexões sobre a estratégia socialista dos trabalhadores, do qual não abrimos mão. Lutamos por um novo socialismo, com liberdade e democracia. Um socialismo só possível em escala internacional. Só possível a partir da organização e ação direta das massas. Sustentamos que outros movimentos, como o MTL, devem carregar nas suas lutas a estratégia da destruição do sistema do capital, tarefa não exclusiva dos partidos políticos”. In: MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE-MTL. *MANIFESTO 2002* – Cartilha do MTL. Uberlândia: MTL, 2002.

²²⁶ Geraldina Ferreira da Silva-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras/Assentamento Rio das Pedras - Uberlândia/MG.

mudar as idéias das pessoa e fazer elas entender que outras pessoa precisa sobreviver também, foi por isso que nós veio pra cá, que nós se uniu”²²⁷, Célia Unbelini demonstrava o caráter político e social que a identidade de interesses assumiu entre os trabalhadores ao longo de todas as experiências coletivamente vivenciadas na busca por mudanças. Retratando um quadro em que os interesses coletivos do grupo entraram em contradição com os de outros segmentos sociais, a identidade que foi construindo-se entre os trabalhadores do assentamento Rio das Pedras, permitiu-lhes visualizar-se como grupo potencialmente capaz de promover mudanças coletivas, mesmo visando à realização de objetivos individualizados no que se referisse à produção e às formas de sobrevivência durante o assentamento.

Nesse sentido, puderam ser contatados dois momentos bem específicos nos quais os interesses e as perspectivas dos trabalhadores, com relação à ocupação da fazenda Rio das Pedras, tomaram outros rumos. O primeiro, caracterizado pelo interesse geral dos trabalhadores em buscar o acesso à terra e às previsões materiais necessárias para aí se manterem; e o segundo, delineado pelas escolhas apregoadoras de caminhos individualizados, pelas quais, apesar de continuarem unidos, a relação dos assentados transformou-os de um grupo, antes unido pela ação conjunta com vistas a um objetivo comum, para um conjunto, agora unido apenas pelas condições sociais semelhantes, mas vividas, então, em termos individuais. Assim, a partir do momento em que os lotes foram sendo divididos e formando-se a associação de moradores, todas as famílias optaram por morar e trabalhar individualmente na fração de terra que lhes coube, transformando, ao mesmo tempo, os objetivos coletivos em buscas individuais.

Conforme ressaltou Fernando Nascimento, primeiro presidente do assentamento Rio das Pedras, os trabalhadores chegavam à fazenda com mentalidade individualista, algo que, em sua opinião, contribuiu muito, além da divisão dos lotes, para que os trabalhos e a própria produção de modo geral tomasse rumos individuais. Falando sobre as experiências coletivas entre os assentados e sobre o rompimento dessas formas de realizar o trabalho na fazenda quando se instituiu o assentamento, Fernando ressaltou:

Quando estávamos acampados, tivemos algumas experiências coletivas. Plantamos milho, plantamos seis alqueires de mandioca. Tivemos até uma horta comunitária. Mas a própria fragmentação dos lotes e a concepção das pessoas de que cada um tem a sua própria terra aniquilam a capacidade de trabalho coletivo. No modelo de reforma agrária individual, você só divide os

²²⁷ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. Entrevista concedida em setembro de 2002. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

*três principais elementos, divide a terra, divide o capital e divide o trabalho. Mas uma proposta diferente, onde se possa unificar tudo isso, seria muito melhor*²²⁸.

Apesar de tudo, durante as lides diárias, ainda que o trabalho se realize de forma individual, as representações simbólicas coletivas permanecem práticas muito comuns no assentamento, percebidas tanto no costume de astear a bandeira, neste caso em dias específicos, como nas comemorações de aniversário do assentamento, festas religiosas, dia das crianças, mas, em especial, nos momentos de muitas dificuldades enfrentados pelos trabalhadores, que se reuniam buscando encontrar alternativas que pudessem representar ajuda para todas as famílias, ainda que de forma individualizada.

Por outro lado, mesmo que a opção por lote e trabalho individual tenha marcado os rumos nas relações e na vida dos assentados, os laços de solidariedade, que foram acentuados desde os primeiros momentos de acampamento, passando pela fase de assentamento, ainda permanecem fortes entre os trabalhadores. Aliás, muitos moradores afirmam ter conseguido o que possuem por meio da ajuda de outros trabalhadores. Nessa perspectiva, foi muito comum os assentados relatarem os trabalhos que realizavam uns nos lote de outros. Um trabalho que se dava por meio de afinidades e amizades construídas ao longo dos anos de experiência conjunta. Algo que não se pode chamar oficialmente de trabalho coletivo, já que essa maneira de ajuda mútua era e ainda é feita de forma isolada, mas que tem representado fortes laços de solidariedade e companheirismo entre pessoas que aprenderam o valor das trocas de favores.

Nessas relações de trocas de apoio entre as famílias assentadas, ainda que o trabalho se realize individualmente em cada lote, a força de trabalho, muitas vezes, é empregada entre duas ou até três famílias que se tornaram muito próximas em termos de amizade e afinidade, prática que, certamente, tem contribuído para amenizar algumas necessidades e mesmo as dificuldades dos assentados em se manterem na fazenda²²⁹. Nesse sentido, a experiência que muitos tinham com o trabalho no campo foi fator importante na construção de alternativas no caminho da produção e na busca por sanar as dificuldades das famílias. Por meio das experiências de vida que a maioria das famílias havia tido no meio rural, alguns costumes do campo também ajudaram no suprimento das necessidades surgidas, sobretudo aquelas relativas aos cuidados com a

²²⁸ NASCIMENTO, Fernando. Assentamento Rio das Pedras: As 4 cercas da reforma agrária. *Revista Movimento*. Brasil: Movimento. n. 2. jan.fev./2005.pp. 14-15.

²²⁹ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em setembro de 2002*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG

saúde. Na busca de outros meios de garantir a saúde no assentamento, o hábito de plantar diferenciados tipos de ervas medicinais no lote com certeza representou a transposição de certos costumes do campo para as práticas cotidianas do assentamento e a procura por alternativas de meios de vida.

Entretanto as dificuldades enfrentadas logo que os trabalhadores chegaram à fazenda foram aumentadas com os problemas de assistência técnica, que surgiram desde o início da produção individual das famílias, ao mesmo tempo em que culminaram, em seguida, com problemas entre os trabalhadores e o próprio movimento. Segundo o senhor Iraci dos Santos, um dos problemas principais enfrentados pelos trabalhadores, ao longo dos dois primeiros anos de assentamento, aconteceu por parte do Estado. Num primeiro momento, o governo concedeu os financiamentos para que os assentados pudessem plantar, mas não destinou, ao mesmo tempo, os técnicos para auxiliá-los na produção, de modo que, quando esses profissionais foram ao assentamento fornecer a capacitação aos trabalhadores, os recursos tinham sido gastos em outras compras necessárias pelos trabalhadores, não restando muito para a plantação²³⁰.

Nas palavras do próprio senhor Iraci, quando precisou de assistência técnica não apareceu ninguém, quando estava plantando café também não apareceu nenhum técnico, quando apareceram o técnico e o engenheiro, já estava trabalhando na terra, mas ainda considera que poderia ter plantado muito antes se a assistência técnica tivesse ocorrido no tempo em que necessitou²³¹. Mantendo opinião semelhante a essa, Célia Umbelini ressaltou a falha administrativa do Estado com relação à estruturação do assentamento Rio das Pedras, devida à ausência completa de um planejamento adequado para esse fim. Conforme Célia:

*Não adianta você ter assistência técnica se você não tem o recurso pra corrigir. Primeiro, na época que tinha os créditos, que teve os créditos, não tinha os técnicos, agora, que não tem dinheiro pra plantar, tem assistência técnica. Daí você vê o tamanho da contradição!*²³².

Desse modo, o que se percebe é que as ações do Estado para a implementação de políticas públicas no assentamento não foram acompanhadas de um planejamento administrativo e técnico adequado que poderia evitar esse tipo de problema, por intermédio de ajuda planejada aos moradores do assentamento Rio das Pedras. Disso

²³⁰ Iraci Pedro dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2002*. Associação da Fazenda Rio das Pedras Uberlândia/MG.

²³¹ Idem.

²³² Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em setembro de 2002*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

decorre toda uma série de consequências inesperadas na vida concreta dos trabalhadores, que saem da cidade para tentar a sorte no campo, mas, quando ali se instalam, enfrentam situações as mais adversas possíveis, nas quais a melhoria nas condições de vida está longe de ser alcançada pela maioria com a nova realidade vivenciada.

Conforme entrevistas realizadas, alguns moradores ressaltaram que a culpa não é somente do Estado, pois existem certos trabalhadores que, na verdade, não se esforçam, não possuem um plano pessoal de ação para o trabalho no lote, não fazem a sua parte, e acabam com o primeiro, o segundo e ainda com outros financiamentos, após isto, terminam por vender seus lotes e voltam para a cidade, permanecendo em dívida com o governo. Assim, a falta de recursos para plantar, muitas vezes, tem como causa o próprio despreparo dos trabalhadores em relação à administração dos recursos dentro de um plano pré-determinado de ação. Na opinião de Lúcia Helena,

às vezes, as condições não ajuda né, mas a partir do momento que a gente tá na terra, eu acho que a gente já tem que ir planejando, você tem que ter reservado seu dinheirinho pra preparar a terra, pra comprar semente, e tem muitos que deixa pra arrumar na última hora, aí nunca dá certo, porque é coisa de última hora, falta de organização, porque não administra direito a ordem do trabalho dele²³³.

De acordo com Juaris de Souza, atual presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Rio das Pedras, muitos desses problemas advieram da falta de uma assistência técnica adequada, que chegasse acompanhada não apenas de orientações teóricas referentes às várias técnicas de produção, mas da realização de práticas associativas, além da necessidade de fornecer aos trabalhadores certos conhecimentos básicos acerca da administração dos recursos disponíveis para serem aplicados na plantação. Nas palavras do próprio presidente, o hábito de serem administrados por outrem, que os trabalhadores mantinham na cidade, foi levado para a fazenda e permaneceu arraigado quando se instituiu o assentamento, de modo que as transformações necessárias na forma de organização do trabalho, levada com os trabalhadores para a realidade do assentamento, concretizada na execução de funções e não na administração dos recursos da produção, precisam construir novos modos de trabalho. Conforme Juaris:

²³³ Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

A pessoa não dá conta de trabalhar e produzir com os braços e sem ter cabeça de jeito nenhum. Então, a pessoa, se não tiver um melhoramento do conhecimento, ela não tem condições de produzir e administrar. Principalmente a parte administrativa, porque a pessoa acostuma a vida todinha a ser administrada por outra pessoa, porque a pessoa pode trabalhar até na fazenda trinta anos, mas chega aqui amanhã e o cara chega e fala, não, você vai plantar isso, você vai dar cobertura, você vai colher, agora ele pra poder pegar e fazer o dele mesmo, ele não dá conta²³⁴.

Nesse mesmo sentido, somando-se ao problema de administração dos recursos pelos moradores, um dos maiores percalços, que esteve nas queixas de grande parte dos trabalhadores entrevistados durante a pesquisa, diz respeito à prestação da assistência técnica aos assentados. Conforme Lourival Silva, o principal problema relativo à assistência técnica ocorreu devido à quantidade mínima de técnicos para atender a um assentamento com 87 famílias. Apenas um engenheiro e um técnico são destinados à assistência do assentamento Rio das Pedras, e na tentativa de percorrer todos os lotes, o trabalho é, freqüentemente, realizado às pressas e numa época em que os assentados já estão no seu período do plantio. Ademais, os trabalhadores sentiram uma profunda insegurança em relação à assistência dada pelos técnicos que os visitaram, pois na maioria dos casos, sua especialidade era agrícola, enquanto a maior parte dos assentados aplicava-se à agropecuária bovina²³⁵. A esses problemas, acrescenta-se o fato de que, no caso do Rio das Pedras, alguns trabalhadores sequer receberam orientação dos técnicos, uns porque, quando a assistência foi ao assentamento, já tinham plantado, devido a certa experiência que tinham com cultivo, outros porque realizavam trabalhos informais nas proximidades da fazenda, não se encontrando no lote durante a visita dos técnicos.

Ao ser entrevistado, ainda no ano de 2003, o senhor Iraci dos Santos mostrou sua profunda insatisfação em relação à assistência técnica, ao afirmar:

Quando eu precisava de assistência técnica não apareceu ninguém, quando eu estava plantando café não apareceu, agora, por exemplo, eu não tenho como pagar assistência técnica pra olhar café meu, nem lavoura de milho, nem feijão que esse ano eu tenho que fazer tudo, o que falta pra nós é o dinheiro, assistência técnica pra quê? É pra correr atrás do dinheiro pra nós né? Que sem o agrônomo, por exemplo, que se ele não assinar pra mandar pro banco, uai, o banco não sabe que nós precisa, que eu ir lá no banco, por exemplo, ninguém nem me atende lá, mesma coisa de chegar um cachorro lá, a mesma coisa, não adianta. Igual eu falei, assistência técnica pra mim precisa gente, eles ta vindo assim mesmo aqui, nós ta pagando eles sem eles trabalhar pra

²³⁴ Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²³⁵ Lourival Soares da Silva-Liderança da Região do Triângulo Mineiro. Morador do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em janeiro de 2007.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

*nós, eles fica andando aí na estrada. Era hora de vim calcário, vim adubo, nada disso não apareceu até hoje, fazer curva de nível, foi trato, até hoje nada. Eles vêm todo dia, mas só que eles fica pra lá né, eles só fica pra lá*²³⁶.

Contudo, como indiretamente a equipe técnica havia sido contratada pelo MTL, por intermédio da 25 de Julho, uma ONG encarregada da seleção da equipe, todos os problemas dos assentados com o trabalho realizado pela equipe técnica era visto como erros cometidos pelo próprio MTL, uma vez que foi o movimento que contratou a 25 de Julho. Quando foi questionado a respeito da relação dos moradores com o MTL, o presidente do assentamento afirmou: *“não, com o Movimento nós não tivemos problema de divergência, nós tivemos com a equipe técnica. Já tem mais de ano que nós já não estamos com boa convivência com eles. Hoje nós estamos colocados como que está sem Movimento”*. Sobre a assistência técnica, Juaris de Souza ainda declarou:

*Nós tinha um problema com eles também porque nós tinha uma assistência técnica aqui que era da 25 de Julho, aí eles não estavam fazendo o trabalho deles. Nós dispensamos eles, aí eu saí da coordenação deles, eles não voltaram pra conversar com nós. Eles fizeram um projeto pra nós, mas ficou sujeito à 25 de Julho né. Aí, no final, eles trabalhavam pra nós, nós pagava, pagamos viagem pra Norte de Minas e tudo e, no final, nós perdemos o projeto. Aí nós trouxemos o pessoal da gerência do projeto e substituímos eles né, rompemos o contrato com a 25 de Julho, do MTL, que era o pessoal de assistência técnica nossa, hoje, nós contratamos outra. O MTL é duas coisas, é Movimento MTL e equipe técnica é 25 de Julho, o Movimento é a parte jurídica e a parte de assistência é a 25. O Movimento tem a equipe técnica, agora a equipe técnica não pode ser contratada pelo MTL, ela é contratada pela 25, que a 25 é a ONG que o MTL administra, que ele organiza e dirige*²³⁷.

Por causa de todos os problemas de ordem técnica e pessoal, os trabalhadores, em geral, foram se afastando do MTL, com o passar do tempo no assentamento²³⁸, e atualmente o Rio das Pedras não possui movimento formal para representá-lo²³⁹. Houve

²³⁶ Iraci Pedro dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2002*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²³⁷ Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²³⁸ Segundo Lúcia Helena, a ocorrência de certas discussões pessoais entre uma liderança do Movimento e um, ou alguns, dos assentados, acabava comprometendo o relacionamento dessa entidade com todo o assentamento. Sobre isso, Lúcia afirmou: *“O Movimento em si, para os acampados e hoje assentados, eu particularmente não tenho o que reclamar, porque depois que eu fui assentada eu assentei mais duas filhas, através do mesmo Movimento, mas, às vezes, o Movimento deixa a desejar, por coisas pessoais, divergências pessoais. Às vezes, uma liderança do Movimento tem alguma discussão com um acampado ou assentado, aí é prejudicado o assentamento todo, por causa de um só os outros são prejudicados”*. Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²³⁹ Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

um distanciamento progressivo dos trabalhadores com as lideranças do movimento, que ocorreu também graças a outros motivos. Conforme relataram os trabalhadores, existiu uma proposta do movimento, ainda durante o acampamento, feita aos assentados, para que passassem ao MTL uma quantia financeira equivalente a 2% do total da renda gerada pela produção de cada família, recurso que seria gasto nas viagens e demais despesas arcadas pelo movimento com o Rio das Pedras e com a implantação de novos assentamentos²⁴⁰. Alguns trabalhadores foram a favor dessa proposta, enquanto que a maioria foi contra, e com o tempo, os moradores que se opuseram foram deixando de ir às reuniões feitas pelo movimento e automaticamente isolando-se das suas lideranças²⁴¹.

Além disso, os trabalhadores também enfatizaram a crescente diferença que foi se instaurando nos objetivos do movimento em relação aos dos moradores do Rio das Pedras. Com o passar do tempo, o movimento começou a priorizar outras ocupações, até mesmo como forma de buscar estabelecer-se como organização coletiva de luta por reforma agrária. Assim, procurando expandir a implantação de novas ocupações de terra e possíveis assentamentos, visando ao fortalecimento do movimento como instituição formal, as lideranças dessa entidade, freqüentemente, passaram então a convidar os trabalhadores assentados na fazenda Rio das Pedras, a participar de novas ocupações de terra²⁴². Mas a essa empreitada poucos se aderiram, pois a maioria focalizava objetivos que não iam ao encontro de novas ocupações, mas à busca de meios para permanecer na fazenda, o que demandava o tempo que deveria ser empregado no trabalho no interior do lote adquirido e não em outras ocupações de terra, como desejava o movimento.

Segundo Célia Umbelini, períodos após a ocupação da fazenda Rio das Pedras, o movimento pedia aos trabalhadores que continuassem ajudando nas ocupações, mas que a maioria não podia, pois não dispunha de tempo para isso. Questionada sobre os motivos pelos quais os trabalhadores se afastaram do movimento e se essa entidade ainda está atuando no assentamento, Célia respondeu:

²⁴⁰ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁴¹ Segundo Lúcia Helena, o afastamento dos trabalhadores com relação ao movimento teria ocorrido ainda em 1999. Sobre esse momento, Lúcia declarou: “quando foi pra sair o primeiro dinheiro, que foi R\$ 2.000,00, em 1999, aí o Movimento pedia 2% para o Movimento sabe, então teve muitos, a maioria não quis ceder esses 2%, aí foi onde houve esse racha, aí o pessoal abandonou o Movimento. A maioria não quis, aí foi onde abandonou o Movimento. Foi em 1998/1999, aí foi quando já começou atrasar projetos, a energia depois foi travada através disso também”. Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁴² Geraldina Ferreira da Silva-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras/Assentamento Rio das Pedras - Uberlândia/MG.

*Hoje em dia não porque foi o povo aqui mesmo que expulsou o Movimento aqui de dentro sabe. É porque eles acha, na imaginação, que eles explora o povo sabe. Eles quer mandar na vida da gente, parecia que eles é dono da gente, porque nos colocou na terra, aí parece assim que eles fica impondo coisas pra gente, aí ninguém aceita né. Às vezes, eles querem que a gente continue no Movimento, porque aí você tem um lote, mas não tem dia nem pra você, que se eles vir aqui chamar, você tem que largar tudo e sair correndo atrás deles pra fazer outro assentamento, pra ajudar lá um acampamento que vai ser despejado. E depois que a gente tem as coisas pra cuidar, a gente não tem essa disponibilidade, e aí eles implica com a gente porque quer que a gente faça assim né. Aí a gente morre de fome em cima da terra, não é verdade?! Eu acho assim, que eles nos ajuda e tudo mais, mas a gente não tem que ficar escravo deles, fazer o que eles querem nas horas que eles querem!*²⁴³.

Nesse sentido, a ocupação da fazenda Rio das Pedras, e posteriormente a instituição da associação de moradores, formando o assentamento Rio das Pedras, culminou com problemas técnicos e econômicos que, somados a desentendimentos dos trabalhadores assentados com as lideranças do MTL, foram criando uma situação de profundas dificuldades de sobrevivência no assentamento, algo que, desde logo, se agravou com o despreparo de muitos dos trabalhadores diante da nova realidade de vida no campo, ainda que um número expressivo tivesse tido esse tipo de experiência. Em meio a essa realidade de imprevisão e de dificuldades com relação à sobrevivência no assentamento, muitos trabalhadores sofreram as consequências de não conseguirem trabalhar a terra e formar sua produção. Por causa disso, em vários casos, muitos trabalhadores tiveram de vender seu lote e retornar para a cidade, de onde haviam saído com tanto sacrifício em busca de dias melhores, ou ainda, procuraram empregar-se informalmente nos lotes dos próprios compradores, nas propriedades localizadas nas imediações da fazenda Rio das Pedras, ou mesmo em Uberlândia.

Recentemente, ao conceder entrevista para um dos jornais de Uberlândia, o coordenador do assentamento Rio das Pedras relatou que o número de trabalhadores que vendeu o lote torna-se, com o passar do tempo, cada vez mais significativo. Ainda nessa reportagem, fica ressaltado que:

Embora pareça um paraíso, o Rio das Pedras não difere dos demais no que diz respeito a venda irregular de lotes. O coordenador confirma que o problema também existe na propriedade. De acordo com as suas contas, 34 beneficiários optaram, depois de algum tempo, por vender o que tinham e voltaram para a cidade. ‘Sem dinheiro para tocar o investimento e com as dívidas no banco foram embora, afirma’²⁴⁴.

²⁴³ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. Entrevista concedida em agosto de 2003. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁴⁴ *Jornal Correio* – Ano 67, n. 20379, de 29/01/2006.

Na realidade, grande parte dos moradores que vendeu o lote não teve outra opção senão esta, pois a vida no assentamento não estava proporcionando meios de sobrevivência. Quando concedeu sua entrevista, o senhor Iraci dos Santos, apontou um outro problema existente, que considera muito grave, e que atrapalha demais o desenvolvimento da produção dos trabalhadores. Em sua opinião, o próprio movimento tinha culpa nos caminhos que tomaram a produção do assentamento, pois não evitou que uma assistência técnica descompromissada fosse contratada e, por isso mesmo, os trabalhadores não conseguiam avançar e estabelecer a produção de forma satisfatória. De acordo com Iraci dos Santos, esse foi um dos motivos pelos quais ele próprio optou por produzir individualmente. A respeito do movimento, revelou:

Ele [o Movimento] nunca deu assistência, eles só mandaram nós ser escravo deles. Até um dia na assembléia eu falei não, um dia eu pego minha terra, o dia que eu pegar minha terra, pra vocês pôr a mão num fósforo vocês têm que pedir licença. Infelizmente não aconteceu aqui, de ver quem era o coordenador meu aqui, hoje tá sofrendo no lote igual eu mesmo ou talvez pior, que muitos até precisou de vender porque não tinha como viver mais, porque não é peitudo no serviço igual eu aqui trabalhando, isso aqui eu desmatei tudo de unha e dente como se diz. Ele só ajuda a gente pra tirar da cidade pra vim para cá, depois que tá aqui nós fica igual cachorro, mesma coisa de cachorro, pronto, não tem recurso nem nada mais, isso é só política pura, pra nós não resolve nada²⁴⁵.

A maioria dos assentados, entretanto, apesar de desejar realizar o plantio em sua própria terra, não possui subsídio para isso, uma vez que, não raro, os recursos provenientes do governo são insuficientes ou, por outro lado, são muitas vezes mal administrados pelos inexperientes trabalhadores. No caso do assentamento Rio das Pedras, de 1997 até 2002, os moradores ainda não contavam com, praticamente, infraestrutura alguma, e os créditos que foram concedidos pelo INCRA, além de chegarem sempre atrasados, eram insuficientes para a produção. Por meio de entrevistas concedidas, Célia Umbelini ressalta que, para a maioria dos trabalhadores, a maior dificuldade nas fases iniciais do assentamento era a falta dos elementos essenciais à produção e, sobretudo, à vida em si, como a falta de água e, em menor grau, mas não

²⁴⁵ Iraci Pedro dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2002.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG. Quando foi entrevistado em 2002, o senhor Iraci havia formado uma plantação de café em seu lote, e parecia mesmo que tudo daria certo para ele, que, naquele momento, era um dos pouquíssimos que havia conseguido plantar algo na terra, porém, quando voltamos novamente ao assentamento, em 2006, ele já tinha se mudado. Conforme entrevista com a moradora que comprou seu terreno, Zoete Ferreira Soares, o senhor Iraci teria vendido seu lote porque, infelizmente, sua esposa ficou muito doente, não tendo condições de permanecer morando longe de cuidados médicos, além disso, o senhor Iraci já não estava mais conseguindo manter a produção e os trabalhos no lote devido à sua idade avançada.

menos importante, a falta da energia e do transporte²⁴⁶. Entretanto, apesar de certa homogeneidade nas formas de reivindicações de terra nos vários conflitos particulares ocorridos no país, os movimentos de trabalhadores sem terra no Brasil apresentam uma heterogeneidade de relações, englobando setores diferenciados dos trabalhadores. Sobre isto, Grzybowski ressalta:

Na realidade, contam-se por milhões os trabalhadores rurais sem terra no Brasil. Mas não são todos os que não têm terra que agem e pensam como os camponeses e aspiram ter terra. Além disso, são frações específicas destes camponeses sem terra que se incorporam ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra, revelando, (...) a diversidade de relações sociais como um elemento configurador dos movimentos sociais de trabalhadores rurais²⁴⁷.

Durante a pesquisa, essa heterogeneidade natural em todas as relações sociais pôde ser claramente constatada. Por um lado, entre os trabalhadores aqui estudados, existem aqueles com objetivo de conseguir a terra, plantar conjuntamente, em benefício de todos, e morar no assentamento com a sua família. Esse tipo de trabalhador incorpora perfeitamente os ideais do Movimento, fazendo parte da coletividade e encarando os objetivos do grupo como os próprios. Por outro, existe também aquele trabalhador que, apesar de desejar um pedaço de terra para plantar e viver com sua família, prefere trabalhar individualmente, e por isso rejeita as sugestões de trabalhos coletivos por parte do Movimento.

Existem ainda outros tipos de trabalhadores sem terra os quais vêm no acesso a terra a possibilidade de voltar a morar na cidade. Esses trabalhadores, quando conseguem a terra, com o passar de algum tempo, vendem-na, retornando ao meio urbano. E ocorrem ainda, na maioria dos casos, as experiências daqueles que vendem a terra, definitivamente, por não conseguirem nela permanecer, sobretudo, devido à falta de recursos e de conhecimento sobre o trabalho rural. Segundo Juaris de Souza,

²⁴⁶ Quando foi entrevista em 2003, Célia Umbelini afirmou: “pra nós a maior dificuldade é a bendita água né? A energia eu sempre falo, a energia ajudava muito que, por exemplo, você pode ter duas vaquinhas, mas se você fizer um queijo por dia e de qualidade, tudo bem né? Agora, aqui do jeito que nós faz minha filha não dá. E transporte, que é as únicas coisas que pega muito, a gente aqui, eu e ela (Vilma, a vizinha) fazia, no passado a gente trabalhou fazendo doce e queijo, tinha dia nós, você vê a distância do posto né?, pra nós ir e voltar à pé a gente..., pra ir até que o filho dela levava a gente, ora de caminhonete ora de moto né, mas pra voltar de tarde nós tinha que, você vê a gente ia vender os queijo, a gente trazia mais queijo era pra casa. A gente ia duas vezes por semana não é Vilma? Como não dá pra você fazer uma compra e trazer na cabeça de lá aqui, todo dia que nós vinha nós vinha com um peso, que todo dia que nós ia e voltava nós tinha que trazer peso né, trazia um pouco cada dia. Então, a dificuldade maior nossa aqui é a água. Agora, a tal da energia já vai sair né?, aí fica a água ainda, fica a água e o transporte. Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁴⁷ GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 34.

um dos maiores problemas é a falta de investimento para produção né. Esse é o maior problema, é a falta de recursos. E agora o problema de venda de lotes é consequência também de outras coisas. A primeira é que um vê o outro vender num valor alto, acha que vai resolver os problemas dele com a venda e pegá um dinheiro aí, talvez R\$80.000,00 R\$100.000,00 ou cento e poucos mil reais²⁴⁸.

Contudo acontece também a existência de trabalhadores que passam a encarar o movimento e a vida em si no assentamento como uma fuga das cobranças da sociedade do trabalho, são os que sabem, quase que unicamente, reclamar constantemente da sua vida, do Estado, do Movimento, do tempo, da má sorte de terem nascido pobres e de si mesmos, julgando-se incapazes de mudar de vida por seus próprios esforços, enfim, há os trabalhadores que desejam e alguns poucos que parecem não desejar mudar de vida por meio do cultivo da terra. Essa heterogeneidade existente entre nos objetivos que vão tomando forma quando da instituição do assentamento dos trabalhadores, se dúvida, foi um dos grandes problemas para a realização dos objetivos perseguidos pelo movimento e pelo conjunto de trabalhadores, que potencializam todas as suas forças na realidade do assentamento.

Por acreditar na possibilidade de melhorar suas condições de vida, a maioria se defrontou com imprevistos por parte do Estado e do próprio movimento, que, a partir de determinado momento, começa a priorizar novas ocupações de terra, visando se fortalecer como entidade. Muitos trabalhadores, para suprir suas necessidades imediatas, passaram a estreitar os laços de amizade construídos ao longo do processo de luta na fazenda, buscando, sobretudo, meios para uma existência mais digna, mediante o trabalho cooperado, ainda que não tenha se dado definitivamente de forma coletiva, já que, no assentamento Rio das Pedras, a maioria dos trabalhadores optou pelo trabalho realizado de forma individual, algo que contribuiu para causar o enfraquecimento da força de ação do grupo. Como consequência disso, muitos voltaram para as cidades ou passaram a viver com base na renda obtida de trabalhos informais, extra propriedade, fatos que denotaram a ineficiência da reforma agrária em estabelecer condições de vida que proporcionassem a permanência e sobrevivência dos trabalhadores no assentamento Rio das Pedras, a exemplo do que, aliás, tem ocorrido com muitos projetos de assentamentos resultantes da reforma agrária no país.

²⁴⁸ Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

CAPÍTULO III

PERCALÇOS, AVANÇOS E REALIZAÇÕES NA TERRA CONQUISTADA

Organização interna do assentamento

Uma vez constituído, o assentamento Rio das Pedras ficou disposto em três categorias de organização formal: uma associação dos assentados, da qual participam todas as famílias; uma associação das mulheres, que congrega 32 famílias; e uma cooperativa em fase de estruturação, que contava com 60 cooperados, quando de sua criação, um ano e meio após o assentamento das famílias na fazenda, mas que, atualmente, está com seu projeto abandonado²⁴⁹. Na fase inicial do assentamento, foram formados oito grupos por afinidades entre as famílias, como parentesco, amizade, origem, objetivos, etc. Com a junção de alguns deles, nos últimos anos, existiam quatro grupos, cada um contando com um coordenador, mas todos começaram a esvaziar-se após o terceiro e o quarto anos de existência do assentamento.

Durante os primeiros anos de existência da associação de moradores, as questões referentes à produção e estruturação do assentamento Rio das Pedras eram todas discutidas nas reuniões, que ocorriam duas vezes por mês. Dessas reuniões, participavam os trabalhadores assentados, denominados *base*, os representantes do movimento e os coordenadores de grupos do assentamento. Após cada encontro, os coordenadores tinham como incumbência interagir com seus respectivos grupos, para passar os resultados das reuniões e discutir os temas tratados²⁵⁰. Essa forma de organização, que perdurou nos três primeiros anos da vida no assentamento, possibilitou aos trabalhadores e às lideranças do movimento, bem como aos representantes do assentamento se encontrarem com mais frequência para discussão e deliberação das questões de interesse coletivo. Porém, os grupos foram se desfazendo com o passar do tempo, de modo que, atualmente, as reuniões se dão uma vez por mês, apenas com a participação dos trabalhadores e dos representantes do assentamento, não contando com a presença das lideranças do MTL, que não retornaram ao assentamento. Ademais, o comparecimento dos trabalhadores às reuniões diminuiu bastante, tendo em vista que aqueles que adquiriram lotes dos antigos assentados constituem enorme diferencial na

²⁴⁹ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

²⁵⁰ Idem.

rotina do assentamento²⁵¹. Curioso notar que muitos desses novos moradores, embora compareçam às assembleias logo após a compra do lote, com o passar do tempo, no entanto, vão percebendo diferenças na maneira de pensar e de efetivar o trabalho realizado no assentamento, sobretudo no que diz respeito às funções coletivas, tal como apregoado pelos representantes da associação de moradores. Divergindo deste posicionamento e acompanhando uma tendência constatada entre os antigos moradores, a opção pela produção organizada de forma individual também marcou a concepção e a prática do trabalho de todos aqueles que adquiriram lotes após a efetivação do assentamento.

Entretanto, além dos atuais moradores dos lotes, que desde 2003 começaram a compor novas caracterizações no assentamento, assinaladas pelo início da venda de lotes, outro fator também contribuiu para que os grupos formados continuassem se enfraquecendo e se desfazendo. Na opinião de alguns assentados, em muitos casos, os próprios representantes dos grupos pararam de informar às bases, de forma detalhada, sobre todas as decisões tomadas nas assembleias realizadas no assentamento, causando desinteresse em muitos trabalhadores. Sobre isso, Lúcia informou o seguinte:

Na época de acampamento, é feita uma organização com vários coordenadores: educação, produção, higiene, vários coordenadores. Esses coordenadores são do assentamento, coordenador de grupo. Então, esses têm uma força política maior. Os que fazem parte da comissão, nem sempre, os coordenadores passa certinho, pra base entender, sabe! E toda turma sempre tem aqueles mais ignorantes um pouco, ou, não quer entender também²⁵².

Com a dissolução dos grupos, pode-se dizer que a intenção que os assentados ainda tinham de realizar trabalhos coletivos, no início da implantação do assentamento, foi totalmente deixada de lado. Durante o acampamento, os trabalhadores tiveram uma experiência com cultivo coletivo, quando as famílias se uniram em grupo e produziram vários tipos de hortaliças que eram consumidas ou comercializadas nas cidades vizinhas e no âmbito do próprio assentamento, representando o período de maior coletividade

²⁵¹ João Roberto, que comprou seu lote na fazenda ainda em 2003, nunca participou da cooperativa, que hoje está desfeita, mas, conforme ressaltou, atualmente, cria gado, planta cana, possui um alambique, pretende produzir cachaça e rapadura e participar da cooperativa. Contudo João Roberto relata que seu relacionamento com os moradores do assentamento é muito bom e que tem direito a todos os créditos concedidos pelo INCRA, principalmente os provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. João Roberto da Silva-Morador do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁵² Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

dos trabalhadores ao efetuar o trabalho nos lotes²⁵³. Logo após o parcelamento das terras, houve apenas duas tentativas de trabalho coletivo: uma em 1998/99 e, posteriormente, com a formação de um viveiro coletivo, que se encontra abandonado.

Contudo, presente nas relações de trabalho no assentamento, a cultura do individualismo, própria do sistema capitalista, baseada no distanciamento do que se mostra diferente, acentua-se ainda mais quando se trata da relação dos assentados com seus vizinhos, do entorno da fazenda. Para isso, tem contribuído muito o preconceito existente contra os assentados, associado, geralmente, à incompreensão dos seus atos e percepções políticas em relação à forma de reivindicar a terra, por meio da sua ocupação²⁵⁴.

Outro aspecto que cabe ressaltar está relacionado ao fato de que, se, por um lado, as iniciativas de trabalhos coletivos no assentamento Rio das Pedras não foram adiante, por outro, atualmente, a maioria dos trabalhadores possui algum tipo de ocupação remunerada, ainda que fora dos lotes. Alguns dos assentados adultos trabalham de empreito em serviços de roças, em locais próximos do assentamento, no próprio município de Uberlândia ou em outras cidades, exercendo funções de pedreiro, servente, ajudante de serviços gerais, entre outras tarefas, de modo que grande parte desses trabalhadores desenvolve suas atividades informalmente²⁵⁵.

Quanto à Previdência Social, até o ano de 2002, existiam 15 pessoas assentadas que se aposentaram por idade ou tempo de serviço e uma por invalidez²⁵⁶, hoje, existem

²⁵³ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

²⁵⁴ É importante ressaltar que o julgamento dos trabalhadores também se processa, em certos casos, sob outras formas. Como ficou constatado nas entrevistas com alguns moradores que compraram lote no assentamento, existe também uma incompreensão no que se refere às dificuldades enfrentadas pelos assentados e à conseqüente ausência de produção nos lotes, não raro, generalizada e concebida como sendo o resultado da inércia dos trabalhadores do assentamento. Nesse sentido, a fala de Zoete Ferreira Soares, compradora de lote no assentamento, é exemplar: “Agora, eu acho assim muito difícil, na maneira de pensar, ficar oito anos, nove anos, dez anos, num pedaço de chão e não fazer quase nada, porque já vai fazer dois meses e eu acho que a gente já deu uma limpada, já arrumou alguma coisinha, já pôs animal e isso aí agora é a longo prazo, vai melhorando”. Zoete Ferreira Soares. Compradora de lote do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁵⁵ Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁵⁶ Contrato de outubro/1998. *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002. p. 7. E ainda conforme entrevistas e conversas informais com os assentados.

somente oito, pois algumas daquelas pessoas retornaram para a cidade²⁵⁷. Mas essa renda, ainda que pequena, ajudou na manutenção de algumas famílias cujos chefes, com idade avançada, não possuíam renda por meio do trabalho executado nos lotes.

Em termos de habitação, a maioria dos trabalhadores mora em casas de alvenaria, sendo raras as casas construídas com placas de muro. Até o ano de 2004, os moradores ainda não contavam com energia elétrica e tinham de fazer uso de velas, lamparinas, lampiões e poucos podiam utilizar geradores próprios²⁵⁸, de modo que a energia chegou ao assentamento, definitivamente, apenas sete anos após sua instituição formal, quando muitas famílias assentadas vendiam seus lotes, retornando à cidade²⁵⁹.

No que se refere à circulação de pessoas e mercadorias no assentamento, pode-se dizer que as famílias ainda encontram muitas dificuldades de locomoção. As estradas disponíveis não estão encascalhadas, comprometendo a movimentação das pessoas e dos produtos alimentícios colhidos nos lotes, principalmente nos períodos de chuva. Isso também força uma mudança na rotina dos alunos, que, muitas vezes, são forçados a deixar os veículos que os transportam para terminarem o trajeto até a escola a pé ou, simplesmente, não assistem às aulas do dia. Neste sentido, os assentados passam por sérias dificuldades de deslocamento no assentamento desde o período de acampamento das famílias. Conforme ressaltou Célia Umbelini, nas épocas de chuva, as dificuldades para transitar nas ruas do assentamento aumentam, pois nesses momentos as ruas ficam escorregadias e cobertas de lama, não sendo raro o atolamento de veículos²⁶⁰.

Trabalho e vivências no cotidiano dos assentados

A produção realizada no assentamento Rio das Pedras, de maneira geral, desde o acampamento das famílias até os dias atuais, tem ocorrido de uma forma bastante precária, mesmo reconhecendo que os trabalhadores que permaneceram em seus lotes,

²⁵⁷ Geraldina Ferreira da Silva-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras/Assentamento Rio das Pedras - Uberlândia/MG.

²⁵⁸ Francisco Conrado D' Araújo-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁵⁹ Segundo Juariez de Souza, atual presidente da associação de moradores do assentamento, os lotes começaram a ser vendidos ainda no ano de 2003. Hoje, do total de oitenta e sete famílias que foram assentadas na fazenda, quarenta já venderam seus lotes e retornaram para as cidades de origem porque não conseguiram se manter no campo, por meio do cultivo da terra, como foi esclarecido anteriormente. Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁶⁰ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

na lida diária com a terra, possuem boa noção de plantio, o que se deu, principalmente, após sucessivas experiências mal sucedidas, resultantes da falta de recursos e de planejamento adequado para a execução das atividades no campo.

Entre os problemas freqüentemente vivenciados por aqueles moradores, a falta de recursos, de um lado, e a ausência de um plano de ação visando à produção, de outro, certamente, representam os maiores obstáculos para a sobrevivência nos lotes, gerando impasses que tiveram como consequência a própria perda da plantação no início das experiências das famílias com o cultivo. Conforme Célia Umbelini, nas primeiras vezes em que os trabalhadores plantaram, perderam toda a lavoura, pois semearam na época errada. Segundo informou, quando a fazenda foi dividida em lotes:

Cada um foi plantar o que quis, uma turma plantaram arroz né, primeiro ano, no coletivo, e plantaram milho também. No primeiro ano de assentamento, eles deram azar demais que plantaram e perderam né. Perdeu! Perdeu porque plantaram quase no fim de janeiro né, pegaram o crédito quase no final de janeiro, plantaram pra perder. Mas eles arruma o crédito e exige que você bota ele na terra, eles não quer nem saber se é pra dar ou se é pra jogar o dinheiro fora. Chegou aqui: 'ó, você vai pegar dois mil reais, você vai plantar eles!'. Só que a chuva já estava indo embora! Uai, plantar como? Uai, plantar, plantaram, todo mundo plantou, agora colher, me pergunta quantos? Nenhum! Pois é, você já viu plantar arroz, milho, no final de janeiro?!²⁶¹.

Questionada sobre a importância da assistência técnica cedida aos trabalhadores, para que esse tipo de problema fosse evitado na produção, Célia Umbelini declarou que, apesar de haver esse tipo de apoio no primeiro ano de assentamento, como a prioridade dos recursos destinados aos assentados era a plantação nos lotes, mesmo sabendo que o período era impróprio para plantar, os trabalhadores tomaram tal decisão, perdendo a colheita. Sobre isso, Célia ainda ressaltou:

A exigência, quando eles dá o dinheiro pra gente, é que é pra plantar, então, se é pra plantar, então nós vamos plantar! Só que a gente sabia que ia plantar pra perder! É só jogar o dinheiro fora que, aliás, nós já vai ter que pagar o dinheiro que nós jogou fora, que ele foi jogado fora, eles exige que se plante! Na época, tinha uma tal duma assistência técnica do Lumiar, que fazia o projeto e exigia que se plantasse, não importava a época, até parecia que a gente tinha um sistema de irrigação montadinho, beleza, que você pode plantar qualquer época do ano né, que a gente não depende da natureza né?²⁶².

Na realidade, a assistência técnica concedida aos assentados de Rio das Pedras teve início ainda em 1998, quando uma equipe do Projeto Lumiar permaneceu no

²⁶¹ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. Entrevista concedida em agosto de 2006. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁶² Idem.

assentamento pelo exato período de um mês. Porém, a formação desta equipe não se confirmou e os trabalhadores ficaram sem assistência durante o período de plantio, causando muitos transtornos para a produção e razões de desmotivação nos assentados²⁶³.

Posteriormente, entre novembro de 1999 e junho de 2000, formou-se outra equipe do Projeto Lumiar, composta por um agrônomo e um técnico agrícola. Nesse momento, a equipe elaborou alguns projetos, financiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF²⁶⁴. Mas sem as devidas condições de acompanhamento na implantação do projeto, a equipe foi desfeita em julho de 2000. Após essa tentativa, entre os meses de novembro de 2000 e janeiro de 2001, formou-se, novamente, outra equipe de assistência técnica, mas dessa vez foram feitos apenas os projetos de custeio e a seguir foi novamente desfeita²⁶⁵.

Apesar de tudo, de acordo com o Plano de Consolidação do assentamento Rio das Pedras, nos primeiros quatro anos de assentamento os sistemas produtivos estavam divididos em três grupos principais e se diferenciavam quanto ao tipo de atividades desenvolvidas. O primeiro grupo, constituído por 42 famílias, cultivava mandioca, milho, arroz e feijão. Destas famílias, nove cultivavam esporadicamente, não criavam nada no lote e dependiam de outras fontes de renda, trabalhando fora da propriedade. O segundo grupo, de 31 famílias, desenvolvia suas atividades voltadas para a criação de gado de leite, que, em sua maioria, dava mais gastos do que leite, além das dificuldades que havia em manter esse tipo de atividade, com uma média de 13 cabeças por família. Mais ou menos 13 destas 31 famílias dependiam exclusivamente da produção do leite, enquanto o restante cultivava mandioca, milho ou arroz para subsistência. O terceiro e menor grupo, formado por 10 famílias, optou pelo cultivo de olerícolas - abóbora, quiabo, pepino, jiló, melancia-, a sua renda agrícola dependia primordialmente desse

²⁶³ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

²⁶⁴ “Em 1995, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF”. O programa “visa dar apoio financeiro, com encargos favorecidos, aos produtores rurais que desenvolvem suas atividades agropecuárias e não agropecuárias utilizando-se, basicamente, de mão-de-obra familiar, objetivando o aumento da renda, a elevação da produção, a melhoria da produtividade, o uso racional da terra, a proteção ao meio ambiente e, por conseguinte, a melhoria de vida e a fixação do homem ao campo”. BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF*. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 20/12/2005.

²⁶⁵ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

tipo de atividade, com todos os grupos baseando-se no trabalho familiar²⁶⁶. Dessa forma, à exceção do primeiro ano de assentamento das famílias, no qual houve trabalho coletivo, pode-se dizer que em todas as áreas de produção, a organização básica fundamenta-se na Agricultura Familiar, trabalho apoiado somente na mão-de-obra dos membros da família.

Apesar disso, ocorre muitas relações de trocas de experiências de cultivo, mediante trabalhos realizados com a ajuda de algum vizinho de lote ou ainda entre certas famílias que se tornaram muito amigas²⁶⁷. Nos primeiros anos de vida dos trabalhadores no assentamento, a produção se dava predominantemente sob forma de subsistência, explorada de modo individual, em pequenas áreas, com o plantio de arroz, milho, feijão, mandioca, realizado por poucas famílias. Posteriormente, alguns assentados introduziram a fruticultura, com o cultivo de maracujá, banana, pêssego e figo, mas mesmo atualmente essa produção é bem pouco significativa.

Ainda no que se refere à produtividade, existem algumas famílias que produzem excedente para a comercialização, sendo que a maioria planta apenas para consumo próprio. Muitas das famílias que ainda permanecem no assentamento nada plantam, mas todas as famílias que plantam têm problemas com a produtividade. Conforme Célia Umbelini, os problemas com a produção no assentamento, além da assistência técnica, que deixa a desejar, advêm da falta de conhecimento sobre plantio. Quando questionada acerca dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores ao realizar a produção, Célia afirmou:

*Dificuldade é muitas, acho que a falta de conhecimento, principalmente! Porque eu fui criada na roça, mas em terra boa né, no Estado de São Paulo, aí eu achei que viria pra roça e ia ser igual a gente vivia por lá, mas na verdade fica muito diferente e o incentivo do governo é pouco, não o dinheiro eu falo, sabe, é a assistência! Se tivesse assistência técnica desde o início, uma assistência técnica competente, eu acho que 90% dos vendedores de lote não teriam vendido né. Porque essas terras nossa aqui, a gente não conhecia elas! Aí você pega aquele crédito, aplica mal e não dá resultado. Se a gente tivesse uma assistência técnica, eu acho que a gente se virava muito melhor, o povo desempenhava muito melhor. Porque aqui, o que a gente já fez e já perdeu, você vê, em oito anos, a gente já perdeu demais, então desanima as pessoas!*²⁶⁸.

²⁶⁶ Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

²⁶⁷ Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação das Mulheres do Assentamento Rio das Pedras. Entrevista concedida em junho de 2006. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁶⁸ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. Entrevista concedida em agosto de 2006. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

Nesse sentido, os problemas referentes à assistência técnica acabaram refletindo sobre a própria utilização de insumos, pois a maioria dos assentados emprega adubação química, mas sem recomendação e acompanhamento técnico adequado, inclusive sobre o período mais apropriado para aplicação. Poucos moradores corrigem o solo com calcário e a irrigação é praticada apenas pelos produtores de olerícolas. Alguns trabalhadores utilizam equipamentos próprios ou ainda alugados, na mecanização para o cultivo do solo, mas a maioria necessita de algum tipo de ajuda advinda da Secretaria de Agropecuária do Município de Uberlândia²⁶⁹. Para os trabalhadores que se dedicaram à criação de gado no assentamento, essa atividade é voltada, sobretudo, para a produção de leite, mas com rebanhos de baixo padrão genético e, por conseguinte, baixa produtividade, cuja média gira em torno de 4,8 litros de leite por vaca e com uma variação de 2 a 9 litros por animal²⁷⁰.

De modo geral, os principais problemas encontrados por todos os trabalhadores são a falta de recursos e, principalmente, de acompanhamento técnico. Esta situação faz com que muitas famílias não consigam investir em qualquer tipo de produção, tendo que viver de renda conseguida fora do assentamento. Mas, segundo Célia Umbelini, a falta de recursos para plantar também contribui de modo negativo, em certa medida, para os insucessos na produção:

Mas se pensa, a pessoa fica um ano e meio [oito meses] aqui acampada, os que tinha alguma coisinha na cidade foi vendendo e comendo naquela época, e depois começou a comer o que já não tinha mais, quando pegou o primeiro crédito depois o povo já tava tudo devendo. Aí até saí o outro, sem você produzir nada na terra, também já tava devendo tudo outra vez, ou então chegava um filho não tinha um chinelo pra calçar, o outro também não tinha uma roupa pra vestir né, então parte dos créditos foi gastado é com comida mesmo, o povo queria era comer, ia pegar, ia morrer de fome?! Não ia. Uns já tava devendo quase a metade, outros já tava devendo mais da metade e o povo em cima cobrando e brigando né? Aí eles fala assim, nós, até hoje, a gente reconhece assim, que ele [o governo] não precisava dá dinheiro pra ninguém, mas se ele colocasse a pessoa na terra e corrigisse a terra e falasse: ‘ tá aqui a semente, vocês vão plantar e colher’, era bem melhor do que ele por aí onze mil e quinhentos reais na mão do povo, na hora errada, numa terra dessa aqui sem corrigir²⁷¹.

²⁶⁹ Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

²⁷⁰ Contrato de out./1998. In: Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

²⁷¹ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. Entrevista concedida em agosto de 2003. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

Além das várias dificuldades com relação à assistência técnica concedida aos trabalhadores assentados, quase não houve cursos para os moradores, pois, no que se refere à capacitação profissional, o projeto de maior expressão no assentamento Rio das Pedras foi realizado pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU, apenas em 2005, executado ao longo de dois anos. Denominado Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo-MG/Triângulo Mineiro, esse projeto, em parceria com outros organismos oficiais, ofereceu vários cursos de capacitação aos assentados, dentre as mais de sessenta atividades ali implementadas, com ênfase nas áreas de educação, produção e saúde²⁷². Antes da efetivação desse programa, alguns assentados até haviam recebido capacitação isolada, participando de cursos de avicultura e floricultura na Escola Agrotécnica de Uberlândia.

Entretanto, de modo geral, até o ano de 2005, ainda não haviam sido realizados cursos de capacitação que se estendessem a todos ou que congregasse a maioria dos trabalhadores assentados, como ocorreu no caso do PACTo. Questionado sobre as vantagens do programa para o assentamento, Juaris de Souza, presidente da associação de moradores, ressaltou:

Teve muitas, nessa parte mesmo de conhecimento, eu não posso especificar porque tem muitas coisas que as pessoas aprenderam que eu nem não sei, não participei. Dentro da organização mesmo, quando tinha encontro na universidade, a associação das mulheres mesmo que tomava a frente, elas participavam com barracas, organizando os produtos pra poder tá vendendo os produtos lá pro pessoal, isso aí é uma coisa importante. Dentro da educação mesmo, nós tivemos aí, na parte de alfabetização, não foi do jeito que nós pensava, mas já foi uma coisa boa, porque muitas pessoas já participou bastante. Só que parou né, era pra ter dado continuidade, chegou no final, agora parou. Dentro do telecurso também o ano passado foi, na parte de geografia teve muita gente que fez o telecurso do ensino fundamental. Esse ano era pra ter dado continuidade na matéria de português, por tá no final também ficou parado, mas foi uma coisa que já incentivou e ajudou muita gente. Na parte da produção, na parte da orgânica também, nós tivemos curso já no final também que foi uma coisa importante, tivemos professor do Espírito Santo que teve aqui ministrando curso. Na mudança da agricultura familiar, que é uma

²⁷² Recentemente, entre os anos de 2004 e 2006, foi realizado no assentamento Rio das Pedras o Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo - MG/TM, criado pela Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, contando com a colaboração de várias parcerias institucionais, além do trabalho de alunos e professores de diversas áreas do conhecimento da UFU. Junto com o assentamento Rio das Pedras, o Zumbi dos Palmares, também localizado no município de Uberlândia, o Bom Jardim e o Ezequiel Dias, de Araguari, também foram beneficiados pelo programa. Durante o programa, foram realizados ao todo vinte projetos de pesquisa e mais de sessenta atividades com ênfase nas áreas de educação, produção e saúde no âmbito dos assentamentos. *Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo-MG/Triângulo Mineiro. Relatório Final. Uberlândia: UFU, 2006.*

coisa que precisa ser implantada, essa parte da orgânica aí na produção do adubo e tudo, foi uma coisa que eles tiveram aí e ensinou²⁷³.

Apesar da realização dos cursos de capacitação para os trabalhadores terem demorado muito a ocorrer no assentamento Rio das Pedras, os créditos recebidos pelas famílias assentadas chegaram ainda no primeiro ano de existência do assentamento. Esses créditos foram provenientes de duas iniciativas governamentais, a saber, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária-PROCERA, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. Segundo o Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, a média de endividamento total por assentado no Banco do Brasil é de R\$ 11.500,00, divididos entre custeio e investimento. No caso do PROCERA, o valor da dívida por assentado foi de, aproximadamente, R\$2.500, 00, com um desconto de 70%, o que diminuiu a parcela para R\$ 750,00 a ser dividida em 15 parcelas anuais no valor de R\$ 50,00. O PRONAF, por sua vez, propôs investimento estabelecendo parcelas anuais de R\$ 1.455, 79, com desconto de 40% , passando para R\$ 873.48²⁷⁴. Porém, todas as dívidas dos assentados e dos pequenos produtores da Agricultura Familiar, em geral, passaram por um processo de repactuação, pelo qual os investimentos foram todos estudados individualmente, aplicando-se novos índices de desconto e novos prazos para os trabalhadores assentados efetuarem o pagamento.

Atualmente, a maioria dos moradores do assentamento encontra-se com as dívidas atrasadas e acumuladas no banco. No entanto, apesar de não plantarem grandes quantidades, alguns comercializam o pouco excedente dos produtos no assentamento e nas cidades vizinhas. De modo geral, porém, muitas pessoas não conseguiram montar a sua estrutura produtiva na agropecuária de forma a sustentar seus familiares, sendo necessário desenvolver atividades fora da propriedade. Conforme relatou o presidente do assentamento, não raro, os trabalhadores assentados empregam-se mesmo nos lotes dos próprios novos moradores, os quais adquiriram lote no assentamento mediante a compra.

Sobre as relações de trabalho entre os antigos assentados e os novos moradores, que são os que compraram lote no assentamento, Juaris de Souza ressaltou:

²⁷³ De acordo com Juaris de Souza, 40 dos 87 lotes já foram vendidos na fazenda Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁷⁴ Contrato de outubro/1998. *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG.* Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

No início, quando chega [os compradores], apresenta ser bom demais, chega com dinheirinho e tudo, inclusive, o que aconteceu com nós, na época de fazer o assentamento, o problema que tem, vem pra cá, já não era pra tá trabalhando pros outros né?! Então, hoje, talvez tenham alguns que está em dificuldade, a tendência já é, não, chega um com um dinheirinho [os compradores], ele [morador antigo] vai trabalhar na diária com o outro lá e ganhar um dinheiro todo mês pra defender a feira. Aí já acha bom, fala: “não, o cara é bom!”, Mas isso aí, nós já tivemos essa discussão e tudo, falo não, se fosse pra poder tá trabalhando, ficava trabalhando pro fazendeiro, não precisava fazer o assentamento. Ou então, a pessoa ficava trabalhando de carteira assinada na cidade ou qualquer coisa!!²⁷⁵.

Ainda conforme Juaris de Souza, os novos moradores do assentamento, em sua grande maioria, chegam ao seu lote e logo começam a prosperar em termos de produção e organização do trabalho na terra. Em sua opinião, é injusto que esses recentes moradores recebam os mesmos benefícios que os trabalhadores antigos, que passaram por todas as dificuldades, correndo risco de vida para ter acesso à terra. Nas próprias palavras de Juaris:

Poucos que compraram lote não estão prosperando, não estão no empenho né. Principalmente porque quem comprou o lote hoje o governo libera o investimento, que hoje é de R\$18.000,00 inclusive, nós, que estamos assentados antigos, nós ficamos mal vistos, pensam que somos preguiçosos porque nossa cerca..., olha como tá a cerca da comadre aí! Na época, pegamos R\$7.000,00, já há seis anos. Hoje, o que compra é regularizado, pega os R\$18.000,00 e, além disso, pega o PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] todo ano, além de ter pegado o lote, que estava com as benfeitorias todinhas. Então, é uma desigualdade isso aí. Depois que ele está no lote e ele estando trabalhando ele é regularizado e depois de regularizado ele tem todos os benefícios de um assentado, igual um assentado. E assentados antigos não, nós estamos com quatro ou cinco anos que não temos direito a nenhum crédito, nem de custeio, nada!²⁷⁶.

Nesse sentido, são realmente muitos os novos moradores do assentamento que, desde que chegaram ao Rio das Pedras, vivem numa situação bem melhor que a dos trabalhadores antigos, o que causa espanto e incompreensão dos dois lados. Aqueles, por acreditarem que os antigos moradores não se esforçaram para ampliar a produção e melhorar a sua condição social, ainda mais, contando com o apoio financeiro do governo; estes, por acharem que os novos moradores, considerados pela maioria dos assentados como sendo provenientes de camadas sociais mais abastadas, não deveriam ter o direito de receber todos os benefícios estatais que os verdadeiros sem terra, que lutaram pela expropriação da fazenda, receberam. Apesar desses conflitos que, na

²⁷⁵ Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁷⁶ Idem.

realidade, ficam apenas nas palavras e na imaginação de cada um dos moradores do assentamento, quer sejam dos antigos ou dos novos, os compradores, de fato, recebem todos os financiamentos que um morador que foi assentado na fazenda, quando de sua desapropriação, recebeu. Desse modo, o atual modelo de reforma agrária, tanto abre margens para a venda de lotes, à medida que permite sua ocorrência, quanto funda as bases para financiar, duplamente, a reforma agrária. Ao responder se tem recebido os mesmos créditos que os antigos moradores, Vitor Pereira de Lima, morador que comprou lote no assentamento, afirmou:

Mesma coisa, os mesmos benefícios, no meu caso não, minha casa eu construí com recurso próprio, a água eu consegui com recurso próprio, a única coisa que eles me deram aqui foi uma fossa biodigestora, o resto foi tudo por minha conta. Mas, já teve outros que já tiveram mais coisas, após esse termo de compromisso do INCRA, eu tenho os mesmos benefícios junto ao banco: financiamento, PRONAF, financia com três anos de carência e dez pra pagar, depois vem o PRONAF-custeio, que é pra plantio, é anual, financia hoje e o ano que vem, na mesma data, tem que pagar, mas eu não peguei esse ainda, não sei a taxa de juro, mas vai indo²⁷⁷.

Contudo, a venda de lotes no assentamento Rio das Pedras continua ocorrendo e os trabalhadores, que tanto lutaram para retornar ao campo, acabam dele se retirando para mais uma vez voltar à cidade, de onde saíram com tanto sacrifício em busca de melhores condições de vida. Conforme informou João Roberto da Silva, morador que comprou lote no Rio das Pedras:

Hoje, tem lote vendendo aí até por R\$100.000,00 - R\$150.000,00. Eu não vendo não, os que venderam aí já estão jogando fora, estão voltando pra trás, sem nada. Inclusive, tem um morando ali, o Cido, eu comprei já dele, então, quando eu entrei [comprou em 2003], ele teve que sair, hoje ele não tem nada, tem dia que ele chora! Ele tá morando de favor aqui da sede!²⁷⁸.

Diante de tantas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que ainda moram no assentamento Rio das Pedras, poucos conseguiram gerar algum tipo de excedente. Para esses moradores, a comercialização da produção ocorre de forma reduzida, de modo que predomina o comércio informal, em que alguns produtores de queijo, doce, requeijão, pamonha e mandioca ofertam seus produtos no próprio local, em Uberlândia e na cidade de Ribeirão Preto. O comércio dos produtos é feito de forma individual,

²⁷⁷ Vitor Pereira de Lima-Morador do assentamento Rio das Pedras. Comprador de lote no assentamento. Entrevista concedida em julho de 2006. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁷⁸ João Roberto da Silva. Morador do assentamento Rio das Pedras. Comprador de lote no assentamento. Entrevista concedida em julho de 2006. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

freqüentemente, em pequenos armazéns e na Central de Abastecimento de Minas Gerais-CEASA, unidade de Uberlândia²⁷⁹. Em maio de 2002 foi criada, e registrada na Junta Comercial, a Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização dos Produtores Assentados na Fazenda Rio das Pedras-COARPE²⁸⁰. Apesar de formalmente constituída, a cooperativa ainda não está efetivamente atuando, forçando os assentados a realizar compras individualmente, para se manterem no lote, algo muito trabalhoso e dispendioso para os trabalhadores. Pelo que as entrevistas com os moradores indicam, a cooperativa contou com muitos participantes somente no seu início.

Com o passar do tempo, apesar dos trabalhadores continuarem a freqüentar as reuniões realizadas para discutir a respeito de projetos de produção para o assentamento, a própria cooperativa foi enfraquecendo-se, devido aos poucos projetos implantados. Segundo relatou Célia Umbelini, atualmente:

*A cooperativa tá parada, até que tinha muito participante, mas agora diz que vai funcionar, fez-se uma reunião pra trocar a diretoria, mas até hoje [24/08/2006], ninguém veio aqui pra buscar papel nenhum da cooperativa, pra ir atrás de mudar a diretoria no papel. Agora, dizem que vai funcionar de verdade, por causa da fábrica de farinha, porque a fábrica de farinha, pelo menos o maquinário foi doado pela prefeitura pra cooperativa, eles disse que deram esse maquinário, só que até hoje não chegou aqui, tem o prédio lá, mas o maquinário não chegou aqui ainda, fez o prédio lá perto da sede, aquele amarelo, mas nada de maquinário!*²⁸¹.

Além dos problemas gerados na implantação de projetos no assentamento, os trabalhadores também apontam a presença dos recentes moradores que compraram lote dos antigos e que, em certos casos, atrapalham a organização dos antigos moradores no que se refere à cooperativa. Conforme ressaltou Juaris de Souza, o relacionamento dos trabalhadores com os compradores de lote no assentamento é bastante amigável, mas, com o tempo, essas relações vão se desgastando devido a desacordos surgidos. Esse desentendimento entre moradores antigos e novos ficou bastante explicitado, segundo o presidente do assentamento, por meio das divergências no que se refere à utilização de um posto de resfriamento de leite, implantado no assentamento Rio das Pedras com

²⁷⁹ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁸⁰ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG*. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

²⁸¹ Ao falar sobre os papéis, Célia refere-se aos documentos para troca de diretor da cooperativa, que atualmente é seu marido, o senhor Lauro Joaquim de Moraes, que se dispôs a conversar, mas optou por não conceder entrevista formal. Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

recursos advindos do Instituto de Terras de Minas Gerais-ITER²⁸². Nas palavras de Juaris:

Quase todos têm um relacionamento bom. Quando compra, o relacionamento é 100%. Agora, depois que é regularizado também, as pessoas não são como aquelas que foram assentadas, antigas, que passou pelas dificuldades todas. Porque as pessoas, quando elas vêm pra cá, elas já têm uma capacidade maior do que o que foi assentado, que passou pelo processo de acampamento. Então, ele já vem, chega, se precisa de vir aqui na casa da comadre ou qualquer um, eles vêm aqui, trata bem, se precisar de ir na cidade, eles vai junto; enquanto eles precisam! Agora, depois que eles não precisam também, eles só quer ser individualista e tocar a vida deles! O objetivo deles já é uma coisa individual né, de tocar a vida deles do jeito que eles pensavam²⁸³.

Questionado acerca da participação dos novos moradores do assentamento nos trabalhos e reuniões da cooperativa, que atualmente encontra-se parada, Juaris de Souza apontou os problemas surgidos nessa relação, ao declarar:

Têm alguns que participa e têm interesse em tá participando, mas são poucos. Têm alguns que têm o interesse em tá participando, mas pra tirar proveito próprio, inclusive nós corremos com alguns aí, esse problema do leite aí mesmo, que tem gente que foi assentado aqui hoje, ele pega o leite aqui de dentro e leva pra fazenda aí fora. Então, eles desorganizam nós demais com o tanquinho que tem! Elas pegaram, porque elas [a associação das mulheres] também tinham um projeto para produção na época, só que o governo liberava um projeto pra comercialização. Até, na época, teve um problema com as mulheres, falou que elas não estavam produzindo nada, como que elas iam comercializar o que elas não produziam? Chegou no final, ficou pra poder pegar esse tanquinho e teve problema também com as pessoas que usam o tanquinho, que as mulheres, pra poder regularizar a documentação delas e tudo, pra poder elas pegarem uma porcentagem pra elas. E eles [compradores], não aceitaram, pelo uso do tanquinho! Então, eles pegam o leite e leva pra fora do assentamento aqui e desorganiza a comunidade nossa!²⁸⁴.

Desse modo, das tentativas de trabalho coletivo no assentamento, não é apenas a COARPE que não está indo adiante em seus projetos de produção. A Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras-AMARP, instituída ainda no ano de 2000²⁸⁵, resultou em poucos avanços em termos de aquisição de máquinas ou instrumentos necessários ao trabalho nos lotes e ainda no que tange à realização de cursos voltados para a produção e para os trabalhos gerais do assentamento. Sobre a Associação de Mulheres, Lúcia Helena, sua atual coordenadora, informou:

²⁸² Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTO-MG/Triângulo Mineiro. Relatório Final. Uberlândia: UFU, 2006. p. 63.

²⁸³ Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. Entrevista concedida em junho de 2006. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTO-MG/Triângulo Mineiro. Relatório Final. Uberlândia: UFU, 2006. p. 28.

*Nós montamos uma associação de mulheres no dia oito de agosto de 2001 [2000], com o intuito de conseguir algum trabalho pra tá ajudando a família, e através dessa associação, nós conseguimos um tanque de expansão. Agora, nós mandamos dois projetos pra entidades que a gente nem sabe qual é ainda, é a nossa equipe de assistência técnica que tá mandando, foi um projeto de galinha caipira e uma máquina pra tá desidratando frutas. Até hoje, conseguimos foi o tanque com a associação, só o tanque, devido a ter poucas mulheres e nem todas paga a associação. Têm 34 mulheres, só que, na verdade, as que tomam conta da coisa mesmo são umas quinze, então, as outras quase não pagam associação, a gente tem que correr atrás de projetos e a condição financeira da associação é pouca, mas tá aí, a gente tá pelejando!*²⁸⁶

Não bastasse a maioria das mulheres que compõem a Associação de Mulheres não se interessar em participar efetivamente das reuniões e da contribuição necessária à sua manutenção, também os moradores, em geral, tanto os antigos, como os novos, optaram por não contribuir com a entidade; uns, por achar que seus projetos não teriam resultados, outros, porque acreditam que se a até mesmo cooperativa não foi adiante, a associação encontraria dificuldades ainda maiores para seguir adiante.

No entanto, na opinião de Célia Umbelini, que sempre tem comparecido aos trabalhos da associação, sendo uma das poucas mulheres que se empenham para ver os resultados dos seus projetos, mesmo aqueles moradores que não participam e sequer contribuem com recursos para mantê-la, utilizam o posto de resfriamento de leite, conseguido mediante essa associação, uma vez que, quando este equipamento chegou ao assentamento, todos os moradores que trabalhavam com a produção de leite, foram autorizados a utilizá-lo²⁸⁷. A respeito dessa associação, Célia ressaltou:

Tá parada, muito parada! O único projeto que deu certo foi aquele tanque de leite, aquele é da associação das mulheres, um projetinho que a gente conseguiu. Assim, a associação das mulheres fez pra criar galinha caipira! Aí eles falou que não financia produção, aí o técnico que estava na época falou: “você pode pegar um tanque de leite!”. Aí a gente pegou o tanque! Agora, todo mundo que tem leite utiliza o tanque, ele é um tanque de resfriar o leite, é da associação das mulheres. Aí, quando o povo começou a aumentar o leite, fez uma reunião na assembléia, disseram se podia pôr leite, aí eles vieram falar comigo e com a Lúcia, eu falei: “quem tem que organizar pra colocar o leite é vocês, que tem o leite, vocês organiza e utiliza o tanque”. Porque ele estava parado né. Aí, na época, surgiu uma questão aí, que eles tinha que pagar um dinheirinho pra associação das mulheres, mas eles não aceitaram a idéia né, os outros, os homens aqui do assentamento. Aí, portanto, a gente conseguiu esse tanque, mas nós não utiliza e ninguém colabora com nós por nada, pra gente pagar o que nós temos que pagar todo ano, as despesas da associação! A gente

²⁸⁶ Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação das Mulheres do Assentamento Rio das Pedras. Entrevista concedida em junho de 2006. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁸⁷ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. Entrevista concedida em agosto de 2003. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

*sempre faz uma festinha ou então as próprias mulheres começa a contribuir com um pouco de cada uma pra gente poder pagar!*²⁸⁸.

Entretanto, apesar dos diversos problemas de ordem técnica enfrentados pelos trabalhadores, quando uma família é assentada, com os documentos já legalizados no INCRA e os trabalhadores de posse do título provisório da terra, uma vez que o título de domínio definitivo da terra é concedido aos moradores após dez anos como assentado²⁸⁹, o primeiro passo do INCRA é a elaboração do Projeto de Assentamento-PA, um plano que, geralmente, é escrito pelo movimento social ao qual se vincula o assentamento instituído por desapropriações de terra.

No assentamento Rio das Pedras foi implantado o Programa de Consolidação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC²⁹⁰. Em parte financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, o PAC “*viabilizou melhoria na sede, estradas, a instalação de energia elétrica, realização de curvas de nível nos lotes, poços para a obtenção de água e saneamento*”²⁹¹. Contudo,

²⁸⁸ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁸⁹ De acordo com o INCRA, o “Título de Domínio Definitivo é o título que dá posse definitiva do lote à família nele assentada. Ele não pode ser negociado pelo prazo de 10 anos. Após o recebimento do Título de Domínio, o(a) beneficiário(a) tem 20 anos de prazo, com três anos de carência, para efetuar o pagamento em prestações anuais. Caso seja pago em dia, o valor terá uma redução de 50% sobre a correção monetária. Também terá desconto de 50% na prestação anual a família que mantiver na escola os filhos que tenham entre 7 e 14 anos. Os valores dos créditos de apoio à instalação e aquisição de material de construção são cobrados em separado. O que for gasto com obras de infra-estrutura, topografia e o plano de desenvolvimento dos assentamentos não é considerado dívida e portanto não é cobrado. As parcelas do empréstimo obtido por meio do Pronaf são pagas diretamente ao banco onde for realizada a transação do empréstimo”. BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. O que é Programa Nacional de Reforma Agrária? In: *Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária*. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 13/02/2007.

²⁹⁰ O plano do Programa de Consolidação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC do Assentamento Rio das Pedras, foi elaborado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e por representantes técnicos do Movimento de Libertação dos Sem Terra-MLST. “Desde o ano de 1999, o PA [Plano de Assentamento] Rio das Pedras conta com um Plano de Desenvolvimento elaborado sob a coordenação do Movimento de Libertação dos Sem Terra-MLST-, um movimento social que atua na região. Com a inclusão do assentamento no PAC, foi necessário que se atualizasse e se reformulasse o referido plano para atender às normas do Programa, formando-se uma equipe multidisciplinar na Secretaria Municipal de Agricultura com este objetivo, seguindo-se as metodologias de planejamento participativo, sempre levando para os assentados, as tomadas de decisões”. Assim, a equipe foi formada por dois agrônomos, um técnico agrícola e um coordenador de equipe, todos da Secretaria Municipal de Abastecimento e Agropecuária da Prefeitura Municipal de Uberlândia; juntamente com um engenheiro agrônomo do Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta-MLST de Luta; e ainda, com a participação da Universidade Federal de Uberlândia, que realizou o trabalho “Diagnóstico Ambiental e Projeto Final de Assentamento”, com vistas à obtenção da “Licença de Operação Corretiva”. In: *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG*. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002. pp. 29-30.

²⁹¹ *Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTO-MG/Triângulo Mineiro*. Relatório Final. Uberlândia: UFU, 2006. p. 28.

no caso do assentamento Rio das Pedras, pouco das propostas de sua organização e estruturação executou-se em tempo adequado às necessidades dos trabalhadores.

No início da etapa de instituição formal do assentamento, na implantação das propostas de estruturação do local, o próprio movimento ajudou mais intensamente, pressionando os órgãos públicos nessa direção, mas, com o tempo, os assentados focaram sem movimento para representá-lo e sem muita força coletiva²⁹². Em geral, dentre as propostas principais do programa elaborado para a instalação de infraestrutura e organização do assentamento, inicialmente, foram priorizadas a implantação da rede de energia elétrica, a despoluição e canalização da água para todos os lotes e o sistema de esgoto, mas todos implementados num período bem posterior ao planejado no programa.

No tocante ao saneamento básico, nos primeiros anos, muitas famílias sofriam problemas ligados à qualidade da água para o consumo doméstico, como pôde ser constatado nas entrevistas, pois a maior parte dos trabalhadores tinha de captar água diretamente dos córregos, quase sempre, contaminados. Geralmente, a poluição e a contaminação das águas do Rio das Pedras ocorrem porque, como se deu nos primeiros anos do assentamento e permanece ainda hoje, não existe separação dos diferentes tipos de lixos e, sequer, caminhão para recolhê-los. Os moradores queimam o lixo produzido, alguns depositam em buracos e fendas de erosão, outros jogam mesmo em qualquer lugar, de forma aleatória, pois o manejo do lixo não é uma prática em nenhuma propriedade²⁹³. Dessa forma, um dos maiores problemas enfrentados pelos assentados nos cinco primeiros anos foi justamente a precariedade do acesso à água para as necessidades básicas e também para a produção. Até o ano de 2002, a maioria dos lotes ainda não possuía água e seus moradores tinham que fazer longas caminhadas até outros lotes para conseguir levar um pouco para casa. Por isso mesmo, os trabalhadores obtinham a água por meio da captação direta nas minas e nos córregos, freqüentemente, poluídos pela água da chuva e contaminados pelos agrotóxicos utilizados na plantação dos lotes, o que fez com que muitos trabalhadores tivessem que captar água nas cisternas construídas por algumas famílias²⁹⁴.

²⁹² Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação das Mulheres do Assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁹³ João Roberto da Silva-Morador do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

²⁹⁴ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG

Com os recursos para a execução do programa, provenientes do contrato financiado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, “o abastecimento de água no Rio das Pedras foi implantado em 2004, mediante a construção de quatro poços artesianos que abastecem os 87 lotes do local”²⁹⁵, mesmo período em que a energia começou a ser instalada no assentamento. A implantação da rede de esgoto ainda não tem previsão, os trabalhadores fazem uso das fossas sanitárias ou do sistema de fossas biodigestoras²⁹⁶, com os recursos oriundos do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto Suficiência) dos Assentados de Reforma Agrária-PAC, por meio de transferência de tecnologia da Instrumentação Agropecuária-Embrapa²⁹⁷.

No que diz respeito às condições de saúde, os trabalhadores reclamam muito de gripes, resfriados, alergias e coceiras, e ainda existem casos de alcoolismo que necessitam de tratamento médico. Também há ocorrência de doenças mais graves, como câncer de pele, pressão alta, diabetes, e problemas cardíacos, que requerem cuidados especiais. Porém não existe nenhum órgão municipal que conceda médicos que possam atuar dentro do assentamento, na orientação sobre prevenção e tratamento dessas doenças, com exceção de alguns projetos desenvolvidos pela Universidade Federal de Uberlândia junto aos assentados, sobretudo, pelo Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo²⁹⁸.

Apesar de tudo, o companheirismo entre os moradores do assentamento Rio das Pedras sempre tem servido para amenizar as situações difíceis. Conforme José Gilberto

²⁹⁵ Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo-MG/Triângulo Mineiro. Relatório Final. Uberlândia: UFU, 2006. p. 57.

²⁹⁶ Conforme a Embrapa, “a Fossa Séptica Biodigestora é uma fórmula simples e barata de tratar o esgoto na zona rural e consiste em desviar a tubulação dos vasos sanitários para caixas de fibrocimento, nos quais os coliformes fecais são transformados em adubo orgânico, pelo processo de biodigestão. Com isso, além do lençol freático não ser contaminado pela chamada fossa negra, comum na zona rural, ainda é possível obter adubo orgânico de qualidade para ser usado nas plantações, preparo de viveiros, entre outros. O sistema é de cunho social e por isso não é comercializado, mas a Embrapa Instrumentação Agropecuária ensina o processo de montagem e instalação. (...). O sistema experimental da Fossa Séptica Biodigestora foi instalado em 2001, em uma fazenda em Jaboticabal, interior de São Paulo, sendo que o adubo orgânico foi usado com sucesso em pés de graviola e macadâmia, gerando economia de adubo químico de quase três mil reais por ano para o produtor rural e médico, Aleudo Santana. (...). Hoje, já são mais de 100 fossas instaladas dentro e fora do Estado de São Paulo, dezenas de dias de campo realizados em Minas Gerais, várias cidades do interior de São Paulo, e um prêmio conquistado, o da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2003. (...). Só no assentamento Rio das Pedras, em Uberlândia, o INCRA instalou 87 fossas e outras quatro unidades piloto em assentamentos de Brasília, apoiadas pela Fundação Banco do Brasil”. Fossa Biodigestora é montada na Expointer. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA. In: *Informativo da Embrapa Instrumentação Agropecuária*. Ano 4, n. 28 - ago./set. de 2005. Disponível em: www.embrapa.gov.br. Acesso: 30/08/2006.

²⁹⁷ Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo-MG/Triângulo Mineiro. Relatório Final. Uberlândia: UFU, 2006. p. 60.

²⁹⁸ Idem.

dos Santos, morador do assentamento, os trabalhadores “*são muito solidários uns com os outros, sempre que algum tá com problemas, todos quer saber o que é e ajudar*”²⁹⁹, o que demonstra o espírito de fraternidade presente entre os trabalhadores, muito importante nos vários momentos difíceis vivenciados pelos assentados.

Trabalhando em condições muito precárias, os assentados não utilizam nenhum tipo de prevenção para a segurança do trabalho e aplicam inseticidas nas plantações sem proteção alguma³⁰⁰, de modo que alguns trabalhadores foram mesmo intoxicados pela inalação de produtos químicos. Após dias realizando trabalho pesado no assentamento ou nas cidades vizinhas, quando chegam os finais de semana, os homens ocupam seu tempo de lazer com pescaria, jogos de futebol, baralho, malha e dominó. Existem muitos campos de futebol improvisados no assentamento e está sendo construído um campo oficial na sede. Por outro lado, as únicas diversões para as mulheres são as visitas e, para as poucas que gostam, a pescaria e alguns daqueles jogos, uma prática que permite, ao menos, sair da rotina.

De modo geral, os moradores, ocasionalmente, realizam festas na sede do assentamento, principalmente para comemorar a data de aniversário do assentamento, aos 14 de abril, a festa do Divino Espírito Santo, no segundo domingo de junho e o dia das crianças, aos 12 de outubro, organizada pela Pastoral da Criança e a associação do assentamento³⁰¹. A respeito das formas de lazer no assentamento, a coordenadora da Associação de Mulheres, Lúcia Helena, relatou o seguinte:

*Aqui dentro mesmo não tem nenhum centro de lazer, mas aí cada um se diverte da maneira que achar mais viável. Eu, por exemplo, quando eu quero me divertir, eu vou ali, arranco umas minhoquinhas, pego uma vara e vaso pro rio. Cada um tem uma opção, aí, às vezes, a gente faz festa na sede, tem o barracão de festa, outra hora, junta quatro, cinco, faz um churrasquinho ou liga um sonzão e vai dançar forró, cada um tem uma opção*³⁰².

Dessa forma, além da precariedade das condições de vida no assentamento, as opções de lazer para os trabalhadores apresentam-se muito restritas. Mas, apesar das dificuldades, alguns trabalhadores, dentre os que ainda permanecem morando no

²⁹⁹ José Gilberto Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em fevereiro de 2004*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

³⁰⁰ Davi Agenor dos Santos-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em janeiro de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

³⁰¹ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG*. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002. p. 27.

³⁰² Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação das Mulheres do Assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

assentamento, disseram que as condições de vida melhoraram e que se sentem mais felizes do antes. Conforme relatou Lúcia Helena, a vida no assentamento tem sido como um sonho realizado, um antigo desejo pelo qual tanto lutara nos últimos anos de suas experiências. Ao responder sobre as condições de vida no lote adquirido em comparação com as condições anteriores e, caso necessário, se faria tudo novamente, Lúcia ponderou:

*Com certeza, mil vezes melhor! Faria. Faria e refaria! É bom demais da conta isso daqui! É um sonho sabe, que você não quer acordar, pra você não parar de sonhar! Super tranquilo, vizinho, é a mesma coisa de você não ter! Ninguém te amola, a hora que precisa procura a gente, se a gente puder ajudar ajuda, a mesma coisa, se a gente precisar, ajudam também*³⁰³.

Apesar de fazer parte do pequeno grupo daqueles que se sentem, de fato, satisfeitos com a vida no assentamento, o senhor Fausto Lopes Nascimento também afirmou que vive melhor agora, algo conseguido por meio da luta organizada. Sobre a análise que fez de sua trajetória como militante, na busca pelo acesso à terra, declarou:

*Eu tinha vontade de ter um pedaço de terra, porque eu, toda vida, fui criado na roça e meu pai tinha uma fazendinha, fui criado na roça, quando surgiu esse assunto, eu falei: ‘vou buscar a minha terra!’, foi por isso que eu vim. Pra mim, foi bom ter conseguido essa terra, mas a gente passou muita dificuldade, sacrifício e humilhação demais até conseguir essa terra. Eu acho que essa terra foi muito bem paga, porque, pelo sacrifício que nós tivemos até ir em busca dessa terra, é dificuldade demais da conta!*³⁰⁴

Ainda que contando com umas poucas experiências bem sucedidas no assentamento Rio das Pedras e, mesmo assim, após esforço e superação de vários obstáculos, de modo geral, logo nos primeiros anos de assentamento das famílias, a situação de dificuldades presente em toda a fase de acampamento tornaram-se ainda mais complicadas. Isso contribuiu para que muitos trabalhadores tomassem a iniciativa de vender seus lotes. Mediante uma transação simples em cartório, o trabalhador assentado começou a passar o direito de posse do lote à outra pessoa, meio que possibilitou que muitos moradores vendessem o lote pelo qual tanto haviam lutado, tendo em vista as difíceis condições de vida suportadas no assentamento. Desse modo, atualmente, muitos são aqueles que, por não terem conseguido permanecer morando no assentamento, retornaram para a cidade de onde saíram, sobretudo para Uberlândia, uma

³⁰³ Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação das Mulheres do Assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

³⁰⁴ Fausto Lopes Nascimento-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

vez que a maioria das famílias que foram assentadas na fazenda Rio das Pedras saiu desse município³⁰⁵.

Para os trabalhadores que permaneceram no assentamento, a experiência em participar da reforma agrária possibilitou a crítica de quem sentiu de perto as suas falhas. Nesse sentido, na opinião de alguns:

Ela é uma reforma agrária que tá criando muita falta de condições das pessoas tá produzindo. Primeira coisa, é pela capacidade e competência das pessoas, segunda coisa, é o problema da assistência técnica que é feita pelos Movimentos. E os Movimentos não têm nenhuma responsabilidade em tá desenvolvendo o trabalhador. Eles pensam no lado deles, contrata um técnico que não tem capacidade, não tem competência, não tem responsabilidade! Isso foi o que aconteceu com nós. Então, do jeito que tá a reforma agrária e com os lotes individual do jeito que tá, não funciona. Então, se não tiver uma capacitação e vontade dos Movimentos pra poder ajudar as pessoas a produzir e ter conhecimento, principalmente conhecimento, que é o essencial, e é uma coisa que quem podia tá ajudando nisso é a universidade, não vai³⁰⁶.

Ainda a respeito da reforma agrária no país, outros trabalhadores também tinham algo a dizer. A opinião de quem passou tantos momentos arriscados para pressionar o Estado para que tome medidas efetivas na reforma estrutural do campo, revela um sentimento de desânimo e de profunda discordância das ações dos governos diante da realidade de vida dos trabalhadores assentados no campo, mediante a reforma agrária. Na apreciação do senhor Fausto Lopes Nascimento, a reforma agrária no Brasil existe apenas na teoria, estando longe de ser capaz de transformar, de fato, a vida do pequeno agricultor. Com as seguintes palavras, Fausto assegurou:

No meu ponto de vista, a reforma agrária ainda está no papel! Porque não é só dar terra para o agricultor, você tem que dar assistência para o agricultor. Porque o governo põe os coitados na terra, mas não dá assistência, aí não adianta! Porque dar a terra para o companheiro não é só isso não, precisa de assistência. Assistência técnica, precisa de dinheiro para o povo trabalhar, e fiscalização, dá o dinheiro para o povo trabalhar, mas fiscaliza, tem que fiscalizar a aplicação do dinheiro, porque não é só dar o dinheiro pro cara, aí ele compra carro velho, compra lata velha e fica por isso mesmo, não emprega em nada. Falta principalmente assistência e fiscalização!³⁰⁷.

³⁰⁵ Conforme Juaris de Souza, o trabalhador somente recebe o título definitivo da terra após 10 anos morando nela, possuindo, a partir daí, o direito de vendê-la. Porém, o INCRA abre mão para as famílias que não conseguem, de nenhuma forma, sobreviver na terra adquirida, é quando ocorre a venda. De acordo com Juaris, 40 dos 87 lotes já foram vendidos na fazenda Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

³⁰⁶ Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

³⁰⁷ Fausto Lopes Nascimento-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

Desse modo, não conseguindo permanecer no campo, muitos dos trabalhadores assentados, ao retornarem para as cidades, além de aumentar, ainda mais, a demanda por serviços públicos, passa novamente a viver difíceis condições. Como conseqüências diretas ou indiretas das diversas formas de exclusão social, concretizadas, entre outros fatores, na ineficiência dos serviços públicos oferecidos e nos jogos de interesses que geram e asseguram o domínio dos espaços rurais e urbanos no país, os processos de exclusão social dão mostras de que o Estado brasileiro ainda não conseguiu conciliar, mediante reformas necessárias no campo e na cidade, desigualdade e desenvolvimento social. Nesse percurso de saída e volta dos trabalhadores do meio urbano, fica evidente a correlação direta das condições de vida no campo e na cidade, de tal forma que, do mesmo modo como, direta ou indiretamente, sempre ocorreu no país, os espaços rural e urbano refletem uma relação de interdependência constante.

As diversas lutas no campo da Região do Triângulo Mineiro e principalmente no município de Uberlândia, têm ocorrido, em grande parte, assim como em vários locais do país, devido ao número expressivo de grupos sociais da cidade relegado às mais difíceis condições de sobrevivência. Muitas vezes por conta dessa situação, apresentam-se em seu cenário social não apenas os diversos tipos de movimentos populares com suas reivindicações específicas, mas as diferenciadas formas de violências, latrocínios e delitos, entre outros sintomas de manifestação da insatisfação de grupos sociais em estado de plena rejeição à realidade local vigorante. Assim:

Se de um lado a cidade é moralizada, de ponta a ponta (...), e aparece como ordeira, laboriosa e passiva, caminhando em busca do desenvolvimento urbano e social, de outro, as recusas, os movimentos sociais organizados, as manifestações “espontâneas” da população demonstram que essa sociedade não é tão harmoniosa e pacífica quanto quer a memória oficial. A alteração do traçado urbano, a estrutura moderna e avançada da arquitetura, e a especulação imobiliária, a situação do pólo comercial e industrial da região, fatos que atestam o seu progresso econômico, contrastam com a violência, o crime, o roubo, a mendicância, a prostituição, os jogos de azar, o favelamento, deixando entrever, nos conflitos sociais, a recusa à ordem (...) estabelecida³⁰⁸. (aspas no original).

Entretanto, apenas o lado do chamado progresso de Uberlândia, supostamente estendido a todos, tem sido lembrado e exaltado por muitos daqueles que setores dominantes local. Contrariando tais argumentações, alguns autores têm lembrado que,

³⁰⁸ MACHADO, Maria Clara T. Muito Aquém do Paraíso: Ordem, Progresso e Disciplina em Uberlândia. *Revista História e Perspectivas*. n. 4. jan./jun. Instituto de História. Uberlândia: UFU, 1991. p. 38.

apesar do avanço científico e tecnológico ser inquestionável no sistema capitalista, paradoxalmente, o progresso verificado no seu interior não consegue dar sustentação à liberdade, à igualdade e à fraternidade. Pelo contrário, tem sido fonte geradora de maiores desigualdades sociais, em grande parte, causas das diferenciadas formas de violências e da manifestação da miséria extremada, da discriminação e do racismo no mundo³⁰⁹.

Outros estudos ressaltam que a tese do progresso como advindo do trabalho que muitos supunham ser a alavanca para a ‘riqueza das nações’, foi fortemente obscurecida pela enorme distância entre ricos e pobres, visivelmente acentuada no mundo entre as décadas de 1960 e 1990, cabendo principalmente ao decorrer dos anos 1980 um progressivo e significativo aumento da miserabilidade dos países indigentes, que se tornaram, além disso, mais pobres e dependentes dos países desenvolvidos, o que gerou, ao mesmo tempo, uma maior concentração da riqueza mundial³¹⁰.

Observando como esse cenário se apresenta nos dias atuais, fica evidente que, apesar da riqueza no mundo ter aumentado com o passar dos anos, torna-se manifesta a constatação de que ainda não foi possível oferecer melhores condições de vida para a maioria das populações mundiais, de modo que o progresso, como fator constituinte de riqueza para os homens, contempla um reduzido número de grupos sociais e, nesse sentido, a ambicionada liberdade no mundo permanece ainda muito distante de ser uma realização nos diversos países do globo, naturalmente, pela sua incompatibilidade com realidades sociais concretamente desiguais.

A realidade dos moradores assentados frente às políticas públicas oficiais

Os diversos problemas ocorridos no assentamento Rio das Pedras, apesar de sensíveis, a exemplo de vários outros projetos de assentamento implantados no Brasil, mediante as ocupações de terra, longe de refletirem apenas as circunstâncias internas e os conflitos gerados por forças de sujeitos, interesses e concepções de mundo diferentes, existentes nesses assentamentos, decorreram, em especial, da incapacidade do próprio plano nacional de reforma agrária conceber políticas públicas específicas, capazes de contemplar os imperativos referentes à realidade de cada assentamento instituído.

³⁰⁹ WELLERSTEIN, I. Sobre progressos e transições: Um balanço. In: *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 84.

³¹⁰ FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru – São Paulo: EDUSC, 1998.

A implementação dos programas de reforma agrária, em geral, não estabeleceu medidas que assegurassem melhores condições de vida para o pequeno produtor rural beneficiado com a aquisição da terra. Em 1985, com a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário-MIRAD, o governo José Sarney pôs em debate a proposta para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República-PNRA. Esse plano difere um pouco dos que houve anteriormente, porque

*(...) escolheu a desapropriação por interesse social como instrumento principal a ser usado no processo de reforma agrária. Este instrumento, previsto na Constituição dá ao Estado o direito não só de desapropriar terras que não estejam cumprindo sua função social (latifúndios e minifúndios), como também de indenizar o valor dessas terras em TDA (Títulos da Dívida Agrária), pagando em dinheiro tão somente as benfeitorias*³¹¹.

Na proposta para o PNRA, apresentada em Brasília no dia 27 de maio de 1985, durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ficou estabelecido como meta assentar 1,4 milhões de famílias. Assinado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário-MIRAD e pelo INCRA, o plano tinha como fundamento básico o Estatuto da Terra. De acordo com essa lei, o acesso à propriedade rural seria promovido mediante a distribuição de terras pela inclusão da *desapropriação por interesse social*, pela *doação*, *compra* ou *venda*, pela *arrecadação dos bens vagos* ou ainda por *herança*³¹². A desapropriação por interesse social refere-se aos latifúndios³¹³ que excedam três vezes o módulo rural de propriedade. O módulo é a área explorada diretamente por uma família cuja dimensão varia em função do tipo de cultura e de onde é localizada³¹⁴, de modo que não existe uma medida única de módulo rural para todo o território nacional, fato que dificulta o processo de reestruturação agrária no país. Inicialmente, a grande vantagem desse plano estava na possibilidade de se indenizar o valor das terras desapropriadas em Títulos da Dívida Agrária-TDA, um fundo de

³¹¹ SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 76.

³¹² Título II. Da Reforma Agrária. Dos Objetivos e dos Meios de Acesso à Propriedade Rural. Capítulo I. *Estatuto da Terra*, de 30 de novembro de 1964. (Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira.) 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

³¹³ Conforme José Graziano: “o Estatuto da Terra considera latifúndio por dimensão todo imóvel de área superior a 600 vezes o módulo, independente de sua forma de exploração. Isso significa que uma grande empresa rural, mesmo que produtiva, é passível de ser desapropriada por interesse social”. In: SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 18.

³¹⁴ Conforme o próprio Estatuto da Terra, o *Módulo Rural* é a área nos termos do inciso II, referente à *Propriedade Familiar*, a qual constitui: “o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros”. Artigo 4º, I e II.

investimento que, quando puder ser resgatado, perdeu parte do seu valor. Porém, como o PNRA se fundamenta no Estatuto da Terra, outro grande problema encontrado no caminho da realização da reforma agrária está no fato de que o Estatuto foi modificado em 1966, no que se refere aos TDA quando:

O Decreto nº 59443, de 1.12.66, assinado pelo general Castelo Branco e seu ministro Otávio Bulhões, simplesmente faz dos TDA um grande negócio especulativo. No seu artigo 8º, por exemplo, o titular de TDA nominativos pode pedir a emissão de novo certificado em nome de terceiro, subdividir o título em vários e até mesmo converte-lo em título ao portador³¹⁵.

Conforme José Graziano, “*o fundamental é não pagar o valor de mercado das terras desapropriadas: aí seria uma negociata e não uma reforma agrária*”³¹⁶, mas essa medida já não é mais aprovada pelas leis brasileiras. Portanto, a Legislação constitui um dos grandes obstáculos à realização da reforma agrária no Brasil, uma vez que, para ocorrer segundo os critérios de uma reforma na estrutura agrária do país, que não utilize as formas do mercado para o pagamento das terras desapropriadas, não conta mais com o respaldo das leis. A reforma agrária esbarra, em última instância, na máquina burocrática do Estado, com seu papel de financiador das terras desapropriadas.

Assim, a realidade do assentamento Rio das Pedras, caracterizada pelo desenrolar de uma reforma agrária para a qual o Estado não possui planejamento adequado e não oferece assistência técnica constante aos assentados, não foi vivenciada somente pelos trabalhadores desse assentamento, mas dos muitos outros espalhados pelo país afora, os quais foram sendo criados de forma desordenada, sobretudo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995-2002. Esse governo, além de responder às pressões exercidas pelos trabalhadores, por meio de ocupações de terra, se utilizou dos assentamentos para propagandas políticas do seu governo. À medida que eram promovidas as ocupações de terra, o Estado promovia as desapropriações que, no entanto, não eram acompanhadas de planejamento para contemplar as diferenciadas necessidades de cada um.

Nesse sentido, apesar da propaganda oficial insistir em frisar que o governo realizou a maior reforma agrária dos últimos tempos, na prática, isso não aconteceu, pois a estrutura agrária brasileira continuou concentrada como sempre esteve. O que

³¹⁵ SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³¹⁶ Idem. p. 73.

ocorreu foi uma reforma agrária de marketing, uma vez que o Ministério da Agricultura pretendia ter números para apresentar para a imprensa³¹⁷.

Na realidade:

O que o governo FHC desenvolveu foi uma política de assentamentos, sem ter tocado em nada na estrutura fundiária brasileira. Ao mesmo tempo em que efetuou o maior número de assentamentos da história, um número superior de famílias abandonou o campo pela ausência de políticas públicas que lhe permitissem nele viver com dignidade. Neste período, ao invés de uma democratização da propriedade, houve uma concentração maior. O governo FHC não tinha uma política e um plano de Reforma Agrária como estratégia de desenvolvimento. Os assentamentos não obedeceram a um planejamento elaborado, mas foram sendo criados respondendo à pressão exercida pelos movimentos sociais. Seu governo adotou a “política do bombeiro”, tentando debelar os focos de incêndio no campo. Costuma-se dizer que adotou políticas compensatórias para enfrentar os conflitos. Ao invés de fortalecer o INCRA e sua estrutura, criou o ministério que gerou uma série de conflitos de competência³¹⁸.

Ao procurar inflar os números dos assentamentos implantados pela reforma, nesse governo, os espaços vazios - as chamadas ‘áreas fantasmas’; as famílias que ocupavam determinada área havia décadas e até mesmo trabalhadores mortos eram todos contabilizados nos vários balanços dos assentamentos resultantes da reforma agrária³¹⁹. No entanto, propaganda à parte, a condução das políticas públicas para os assentamentos ocorridos no Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, tinha drásticas conseqüências, principalmente no que se refere à morosidade nos procedimentos de vistoria das terras ocupadas e desapropriações de estabelecimentos latifundiários. Os recursos demoravam a chegar e quando chegavam eram insuficientes, considerando o fato de que os trabalhadores não receberam, ao mesmo tempo, as orientações técnicas de como trabalhar a terra de uma maneira segura e produtiva. Dentre as medidas tomadas no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, além da implantação do Banco da Terra, caracterizado por linhas de crédito mediante as quais as terras poderiam ser compradas dos grandes proprietários pelos próprios trabalhadores sem terra, manobra realizada pelo governo para resolver os conflitos no campo, procurou-se executar a reforma agrária por meio do simples cadastramento dos

³¹⁷ BALDUÍNO, Dom Tomás.; CANUTO, Antônio. Reforma Agrária Ontem e Hoje. *Comissão Pastoral da Terra-CPT*. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 23/04/2005.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ SCOLESE, Eduardo. *A Reforma Agrária*. São Paulo: Publifolha, 2005. pp. 82-83.

trabalhadores sem terra nas agências de correio³²⁰. Deste modo, os trabalhadores que desejavam ter acesso à terra deveriam fazer sua inscrição nos correios e esperar uma resposta do INCRA, via correspondência. Caso fosse selecionado, o trabalhador passaria por uma série de avaliações segundo critérios de classificação estabelecidos pelo órgão, os quais iam desde a idade do trabalhador, que não poderia ser inferior a 21 anos, o tamanho da família, o número de filhos, a renda anual familiar, entre outros pré-requisitos³²¹. Mas,

a realidade é que a demanda por terra no país tem permanecido acima da capacidade e da vontade de realização dos governos. No segundo mandato de FHC, pelo menos 800 mil famílias (cerca de 3,3 milhões de pessoas) preencheram fichas nos Correios para concorrer a um lote de terra. Em seus oito anos de governo, porém, pouco mais de 300 mil famílias foram assentadas³²².

Esse foi o cenário de constituição do assentamento Rio das Pedras, à semelhança do que tem ocorrido com a grande maioria dos assentamentos implantada no restante do país. A perspectiva de melhores condições de vida dentro do ramo de produção de cada família é bem limitada, já que, desde o início, os trabalhadores não possuíam o saber técnico necessário a qualquer cultivo que se propussem a realizar na terra recebida. Seus filhos, pelas dificuldades como os pais levam a vida, são levados, em grande parte, a deixar a escola para ajudar no sustento da família e, na maioria das vezes, se tornam serventes de pedreiro ou empregados em casas comerciais em Uberlândia ou cidades vizinhas. O sonho de cultivar a terra possui seus entraves, principalmente, na carência de conhecimentos específicos necessários sobre o trabalho com a terra e de recursos para nela serem empregados.

Entretanto, apesar da maior parte da população brasileira estar concentrada nos centros urbanos, a reforma agrária não deve ser pensada por este viés, mas pela sua função social, ao conceder terras a quem precisa para sobreviver, uma vez que os frutos de uma agricultura forte, mas concentrada nas mãos de poucos, não consegue resolver todos os problemas relativos às carências dos trabalhadores do campo. Nesse sentido, se bem planejada e conduzida fosse, a reforma agrária no país poderia ser encarada como uma perspectiva por melhores condições de vida aos trabalhadores que necessitam da

³²⁰ BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. O que é Programa Nacional de Reforma Agrária? In: *Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária*. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 13/02/2007.

³²¹ Idem.

³²² SCOLESE, Eduardo. *A Reforma Agrária*. São Paulo: Publifolha, 2005. p. 10.

terra para plantar, ainda mais porque “*no Brasil, ela se transformou numa questão diferente: pode evitar que as metrópoles sejam inchadas por desempregados do campo e também funciona na esfera da justiça social ao conceder a terra a quem precisa dela para tirar o sustento da família*”³²³. Deste modo, a reforma agrária deve ser abordada no Brasil visando, entre outras coisas, atender às necessidades dos trabalhadores marginalizados dentro do sistema capitalista, urbanos ou rurais, que buscam, no cultivo da terra, o seu meio de subsistência.

Diante de um quadro de precariedade do qual fazem parte os trabalhadores sem terra, as pressões por meio das ocupações de propriedades latifundiárias, realizadas por esses grupos no Brasil forçam as autoridades, via de regra, a expor suas posições e metas para a execução da reforma agrária, ainda que essa questão seja tratada em segundo plano. Durante os primeiros meses do atual governo Lula, em meio às constantes ocupações de terra que se intensificavam a cada momento, o presidente, buscando justificar seus compromissos com a reforma na estrutura fundiária do país e com setores expressivos destes trabalhadores, deixou clara a sua opinião em relação às normas à que a reforma agrária deveria enquadrar-se para que fosse efetivada. Em discurso na cidade de Três Corações, ainda no início do seu primeiro mandato, Lula afirmou que a reforma agrária

*não será feita no grito, mas dentro da lei, (...) neste país, a reforma agrária vai ser feita por uma questão de justiça social, por uma necessidade de repartir um pouco melhor o território produtivo, para que a nossa gente tenha a oportunidade de trabalhar*³²⁴.

Esse discurso evidencia o plano de ação do governo Lula rumo às metas a serem perseguidas para a implantação da reforma agrária no Brasil, visto que, para o presidente, “*ela não vai ser feita no grito. Nem no grito dos trabalhadores, nem pelo grito dos que são contra, ela vai ser feita respeitando a legislação vigente e num clima de harmonia*”³²⁵. Porém, esse pressuposto, para a grande parte dos trabalhadores sem terra, consiste claramente em deixar suas manifestações às margens das políticas públicas nacionais para a reforma agrária.

Na ótica dos trabalhadores, a reforma agrária, via Estado, constitui a maneira encontrada pelos governos para justificar algo que, na prática, não faz parte da pauta das

³²³ Revista Veja. Ano 33, nº 19, 2000.

³²⁴ Reforma Agrária não será feita "no grito", diz Lula na Folha On-line. *Folha de São Paulo*. 2/abr. 2004. Disponível em: www.folha.uol.com.br. Acesso: 07/04/2005.

³²⁵ Idem.

políticas públicas estabelecidas para o país, mas que deve ser visto como uma de suas preocupações. Comentando sobre o que considera alguns dos maiores entraves jurídicos e governamentais para a reforma agrária, Juaris de Souza expôs sua opinião a respeito do modo como a reforma tem sido conduzida no Brasil, ao declarar:

A Constituição diz uma coisa: ‘toda terra improdutiva, ela tem que ser desapropriada para fins de reforma agrária’. A lei brasileira não funciona de jeito nenhum. A justiça não funciona e o que o Congresso votou não tem validade. Porque pelo Congresso, o que ele votou na reforma agrária, era pra tá assentado muitos milhões. O juiz, todo juiz é comprado, juiz e advogado, nós sabemos disso, qualquer juiz, pra poder tirar uma família, se nós entrar aqui amanhã, ou hoje, que é feriado, amanhã eles estão lá tirando, na reintegração. Agora, se for pra poder votar a lei o contrário, pra liberar pra reforma agrária, é depois de ter passado por todos os processos, ele demora seis meses pra poder dar o visto dele, o juiz. Então, isso aí é a pior coisa que existe, é a justiça brasileira, pro pobre né, pros trabalhadores³²⁶.

Na fala de Juaris, a exemplo de muitas das opiniões dos assentados da fazenda Rio das Pedras, verifica-se a profunda desconfiança dos trabalhadores sem terra com relação às normas prescritas pela legislação brasileira para execução da reforma agrária no país³²⁷. Essa forte dúvida dos trabalhadores na reforma agrária por meio da lei evidência outro motivo contundente da ocorrência das ocupações de terra no Brasil. Mesmo assim, quando concluiu suas premissas sobre a reforma agrária, Lula referiu-se também aos trabalhadores sem terra, mostrando que a reforma vai se dar num clima de harmonia e que esse processo

(...) será feito da forma mais tranqüila possível, da forma mais pacífica possível, porque eles sabem (os trabalhadores sem terra) que o país tem lei, tem regras. E ela vale para o presidente da República, vale para o sem-terra e vale para o "com-terra". Este é um país democrático, é um país livre, e quem quiser

³²⁶ Juaris de Souza-Presidente do assentamento Rio das Pedras. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

³²⁷ Opinião semelhante à de Juaris, são as de Célia Umbelini que, ao ser questionada sobre a reforma agrária, no Brasil, respondeu: “Eu acho que pelo menos devia era renovar, porque dizem que esta lei que rege a reforma agrária hoje é da década de 40. Essa lei tá muito ultrapassada, antiga, pelo menos não resolve os nossos problemas né, devia era mudar, melhorar, renovar. Eu acho que devia melhorar é porque quando a coisa pega pro lado do trabalhador a lei funciona, quando pega pro lado que não é o do trabalhador, aí ela não funciona mais!”; e de Lúcia Helena, ao declarar: “Eu acho que ela deveria ser menos morosa. O sistema do governo todo, porque fica mais é na promessa mesmo. Problema de demora!”. Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.; e Lúcia Helena Ronceiro da Silva-Coordenadora da Associação de Mulheres do Assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

*fazer manifestações, pode fazer. O que as pessoas não podem é perder o senso de responsabilidade*³²⁸.

Apesar de todos esses avisos, o presidente Lula tem afirmado que considera importante haver manifestações no país, ponderando que essas ações constituem a forma mais concreta de exercer a democracia e a cidadania em uma nação que tem como lema tanto a liberdade de expressão quanto de ir e vir, embora essas questões nem sempre se concretizem na prática. No entanto, as várias afirmativas do presidente Lula, portanto, tem deixado evidente o pressuposto de que a reforma agrária, em seu governo, seguiria as diretrizes postas no Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA.

Este plano tem como fundamento o Estatuto da Terra, Lei Federal de 30 de novembro de 1964, “*que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola*”, no qual a reforma agrária constitui “(...) *o conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade*”³²⁹; e a Constituição Federal de 1988 em seus artigos que dizem respeito à aquisição e utilização da propriedade privada da terra.

Por outro lado, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, constata-se que, assim como ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso, um de seus compromissos era fazer a reforma agrária. Porém Lula recebeu do governo anterior um país pleno de problemas estruturais, bem como de desigualdades sociais, desemprego e violência urbana. Nesse sentido, as afirmações de Lula acerca da reforma agrária dão a entender que esse processo não será concretizado tão cedo no Brasil, mesmo porque “*a bancada ruralista, apesar de mais fraca e reduzida do que em 1988, no processo constituinte, ainda tem força, sabe arregimentar adesões e conta com a cobertura da mídia*”³³⁰, fato que contribuiu para emperrar ainda mais os andamentos com relação às políticas públicas e aos projetos de assentamento que esperavam uma solução para os problemas dos pequenos produtores do campo.

Enquanto a reforma agrária não se realiza no Brasil, a concentração fundiária permanece, gerando distorções econômicas e desigualdades sociais cada vez maiores,

³²⁸ Lula pede bom senso: ‘Radicalizar não ajuda’. *O Globo*. Disponível em: www.oglobo.com.br/pais. Acesso: 25/04/2005.

³²⁹ Art. 1º § 1º. *Estatuto da Terra*. 14 ed. (atual. e ampl). São Paulo: Saraiva, 1999.

³³⁰ BALDUÍNO, Dom Tomás.; CANUTO, Antônio. Reforma Agrária ontem e hoje. *Comissão Pastoral da Terra-CPT*. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 23/04/2005.

aumentando a distância entre ricos e pobres no campo. De modo geral, a reforma agrária que tem sido realizada marca, profundamente, a presença dos setores organizados dos diversos trabalhadores excluídos do acesso à terra. No entanto, ainda que represente praticamente a única saída para os trabalhadores sem terra no Brasil, essa maneira encontrada para alcançar sua posse, não tem lhes proporcionado melhores condições de vida, como o retorno tanto esperado mediante a luta pela terra. Nesse sentido,

*os assentamentos conquistados até aqui não têm sido sinal de mudança efetiva, de transformação de rendas para as famílias, de qualidade de vida, o que não quer dizer que não existam experiências positivas, mas num contexto geral padecemos ainda de grandes problemas: assentamentos sem estradas, sem eletrificação, sem moradia digna, sem créditos a tempo e a hora para os companheiros produzirem, sem assistência médica, sem atendimento escolar decente. Isso vem de muitos anos, e a política de assentamentos que, iniciada em outros governos e continuada por esse, não está significando um processo concreto de realização da reforma agrária. O que está acontecendo? Por que os assentados não estão ficando na terra? Por que há uma venda cada vez mais crescente de lotes? Por que as famílias não estão vivendo tão bem como desejavam? Por que a renda e a produção ainda são insuficientes?*³³¹

Entretanto, além das dificuldades para executar os planos de desenvolvimento dos assentamentos instituídos pela reforma agrária, somente efetivada atendendo às pressões dos movimentos sociais de trabalhadores organizados, também outros fatores concorreram muito, nos últimos anos, para que os assentamentos de reforma agrária fossem deixados à margem dos projetos oficiais para esse fim. Ao longo das últimas décadas, no setor econômico do país, o agronegócio “se tornou o carro chefe das exportações brasileiras e, por isso mesmo, se firma, se fortalece e é tratado como prioridade. A busca de superávit primário cada vez maior na balança comercial o torna intocável. E agronegócio e latifúndio são irmãos no Brasil”³³². Apesar desse setor ser considerado muito importante para o desenvolvimento e crescimento da economia brasileira, com as atenções do governo voltadas em peso para esse tipo de agricultura, as ações e modificações na estrutura agrária do país são deixadas de lado. Dessa maneira,

(...) fazendo o cálculo, a partir dos dados (...) de produtividade por hectare disponível, incluindo portanto a subutilização do solo, descobrimos que a

³³¹ João Batista da Fonseca-Dirigente Nacional do MTL. Palestra proferida em 10 de abril de 2006 durante o I Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas. Evento realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na Universidade Federal de Uberlândia, promovido pelo “Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo-MG/TM”, implementado pela Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

³³² Idem.

produtividade dos grandes é absurdamente baixa, pois usam produtivamente uma parte muito pequena dos estabelecimentos. Manter esta situação quando milhões de agricultores querem cultivar e são impedidos por falta de terra, enquanto dezenas de milhões passam fome nas cidades, mostra o grau de absurdo que pode atingir a ausência de processos democráticos de decisão no interesse da sociedade. E pela crescente tensão das cidades, temos de concluir o óbvio: a reforma agrária não é mais um problema rural, é uma questão chave da problemática urbana. Quem financia os prejuízos da impressionante subutilização do solo agrícola somos nós³³³.

Nesse sentido, ao procurar questionar a forma como se encontra configurada a estrutura do campo brasileiro, as ocupações de terra têm dado margens para a execução da grande maioria dos assentamentos que foram criados nos últimos anos, no país. Desse modo, esses assentamentos, apesar de surtirem poucas melhorias na qualidade de vida dos seus moradores, resultam, fundamentalmente, das pressões dos trabalhadores sem terra, o que tem forçado o Estado a promover as desapropriações. Nas palavras de Dom Tomás Balduino, ex-presidente e atual conselheiro da Comissão Pastoral da Terra-CPT, essa assertiva também pode ser constatada:

A situação da reforma agrária, o que teve de reforma agrária, foi conquista dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Se não houvesse essas ocupações que hoje estão amarradas por causa da lei que pune, da lei que criminaliza a ocupação, se não houvesse toda essa luta não haveria reforma agrária nenhuma. A reforma agrária está acontecendo por causa disso³³⁴.

Apesar de caracterizar a forma mais escolhida e utilizada para conseguir a posse da terra, o fato é que, apesar de tudo, grande parte dos trabalhadores que lutam nos movimentos organizados, se sente desmotivada, de modo que, não raro, desistem da luta ou procuram sobreviver por meio de trabalho fora do lote conquistado, mas, em qualquer caso, para os que ficam no assentamento, a vida também não é fácil. Nesse sentido, ao ser questionada sobre o modo como a reforma agrária está sendo conduzida no Brasil e a respeito da maneira como as políticas públicas para a reforma estão sendo implementadas, nas últimas décadas, nos diversos assentamentos do país, Célia Ubelini declarou:

É difícil, é muito difícil! Eu falo, eu não concordo muito com essa história de reforma agrária dessa forma aí. Isso é fazer favela rural, isso é só pra tirar os

³³³ DOWBOR, Ladislau. Reforma agrária. *SEM TERRA: JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS*-Ano XIV, n. 144, mar./1995.

³³⁴ BALDUÍNO, Dom Tomás. Palestra proferida no dia 10 de abril de 2006 no *Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas*, realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia, Minas Gerais, promovido pelo “Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária – PACTo - MG/TM”, criado pela Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

*pobres da cidade pra não ficar lá enfeando a cidade com barraco e põem eles na roça. Porque aqui fica escondido né. Aqui, não vai envergonhar os prefeitos né, os governadores, ninguém vê uai, vê o que né? Então, fazer favela rural pra eles é muito conveniente, tira o pobre da cidade e enfia o desgraçado lá na roça e eles que se lasque pra lá, se morrer de fome morreu, ninguém não ta vendo!*³³⁵.

Na realidade, as difíceis condições dos trabalhadores do assentamento Rio das Pedras reflete uma dimensão nacional. De modo geral, a reforma agrária não tem conseguido implantar as mínimas condições de sobrevivência nos atuais assentamentos, o que não significa que não existem algumas raras experiências positivas. Porém, de modo freqüente, a situação do pequeno produtor rural, inserido no campo mediante os conflitos ocorridos pela terra, apesar de representar o único meio efetivo de realizar mudanças na estrutura do campo, praticamente não tem avançado, sendo muitas as famílias que estão retornando às cidades de onde saíram.

Conforme Marcos Helênio Leoni Pena, superintendente regional do INCRA, grande parte dos assentamentos de reforma agrária apresenta uma crítica realidade. Segundo informou:

*O Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA, fez um projeto, uma perspectiva de 400 mil famílias, nós já atingimos 250 mil famílias em que pese a contestação de se é assentado, em que momento que pode ser considerado, isso é uma discussão que leva tempo. Mas, temos que cumprir mais 150 mil para cumprir a meta. Agora, o problema não é só a meta, o problema maior, que eu acho que é o grande desafio desse governo é exatamente a condição do assentado, é isso que eu acho que vai ser a discussão. Aquela assistência técnica, social e ambiental que tem que ser desenvolvida e que agora foi implementada nesse governo, chamada ATESA, que dá R\$ 400,00 por família em caráter permanente para as entidades que vão prestar esse serviço. A questão da infra-estrutura mínima: água, luz, estrada, moradia, isso aí nós temos que dizer sem querer contestar, dizer que pegou uma realidade de assentamentos entre 70, 80 a 90% sem essas condições. Então está aí o grande fluxo de saída, de vendas de lotes, etc.*³³⁶.

No assentamento Rio das Pedras, em que pese as dificuldades dos moradores em se manter no lote, por meio do cultivo da terra, o Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL, quando organizou as famílias de trabalhadores em torno do ideal de ocupar terras improdutivas, demonstrou aí seu sentido social e político. Não raro, essa

³³⁵ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2003.* Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

³³⁶ Marcos Helênio Leoni Pena. Palestra proferida no dia 10 de abril de 2006 no *Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas*, realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia, Minas Gerais, promovido pelo “Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária – PACTo - MG/TM”, criado pela Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

entidade tem atingido seu objetivo de adquirir terras para muitas famílias plantarem e constituírem uma nova realidade, ainda que não muito diferente da anterior.

Contudo, além de não alcançar os meios para se efetivar melhores condições de vida para os trabalhadores, os próprios ideais do movimento não coincidem com a realidade específica do assentamento em questão. Absolutamente contrário aos valores capitalistas, sobretudo à propriedade privada da terra, o MTL defende uma sociedade socialista. Paradoxalmente, o que pode ser observado no assentamento Rio das Pedras é que as relações de trabalho se dão de forma predominantemente individual, os lotes são propriedades privadas, não havendo, de forma geral, o trabalho coletivo.

De acordo com o Manifesto do Movimento Terra Trabalho e Liberdade, escrito em 2002, por ocasião daquele encontro realizado em Brasília, mencionado anteriormente, entre várias lideranças de diferentes instâncias, os princípios de justiça, liberdade, igualdade e fraternidade, só podem ser exercidos na sociedade considerando os seguintes caminhos possíveis:

Combater a deificação da propriedade, sobretudo da terra, combater o domínio político e econômico, buscar o controle dos meios de comunicação midiáticos, formadores de conceitos e valores numa sociedade de massa e garantir ao povo a elevação do seu padrão educacional e cultural³³⁷.

Como se verifica, os ideais do MTL estão muito distantes da realidade concreta, principalmente da realidade que o próprio Movimento ajudou a construir. Não há necessidade de grande análise para se perceber que falta no assentamento Rio das Pedras, além do básico à sobrevivência, uma quantidade maior de recursos e de assistência técnica para serem investidos em um plano concreto de ação. As famílias precisam de informações e de cursos práticos sobre o modo de trabalhar a terra dentro do sistema em que estão inseridas. As atividades produtivas necessitam ser realizadas por meio de um plano passível de ser concretizado, coerente com as necessidades fundamentais, específicas e imediatas dos trabalhadores assentados.

No entanto, comparando as práticas de trabalho e de vivências no assentamento com os princípios do movimento, nota-se que são muito divergentes. Por um lado, os valores capitalistas são negados pelo MTL que persegue o “*objetivo de viver a construção socialista em cada dia, em dualidade global e permanente com a ordem, porém em contradição com as relações sociais, com a moral e com os valores da*

³³⁷ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE-MTL. *MANIFESTO 2002* – Cartilha do MTL. Uberlândia: MTL, 2002. p. 5.

sociedade capitalista”³³⁸. Por outro, entre os assentados, os valores de propriedade privada e de individualidade, tanto nas relações sociais quanto nas relações de trabalho, são predominantes. Nessas circunstâncias, existem dificuldades para as lideranças do movimento compreenderem as necessidades essenciais dos trabalhadores assentados, surgidas após o assentamento, já que fazem parte de toda uma realidade de um sistema econômico que o próprio MTL nega, sendo que as formas de produção coletiva não são praticadas.

Contudo, desde muito tempo, o campo está se utilizando de produtos criados pelo sistema capitalista, à medida que faz, cada vez mais, uso de adubos, inseticidas, máquinas, cultivo mais intensivo da terra, tornando a produção mais dinâmica. Desta forma, as próprias transformações no modo de produzir implicam seus desdobramentos no trabalho rural, quando são introduzidas novas técnicas para auxiliar no manejo da terra, de forma a aumentar a produção do pequeno agricultor. Assim, “*esta industrialização da agricultura é exatamente o que se chama de penetração ou desenvolvimento do capitalismo no campo*”³³⁹. Porém ocorre que os trabalhadores, que representam aqueles que realmente fazem o movimento existir, na verdade, constituem os menos beneficiados, pois a conquista da terra, quase sempre, não tem significado a segurança de uma vida mais justa e digna, com a qual sonharam e tanto se esforçaram para atingir.

Conforme Célia Umbelini, numa primeira entrevista concedida em 2003, o assentamento não lhe trouxe grandes melhorias de vida e ressalta:

*Quando a gente tava na cidade sempre falo, meu marido gosta demais da terra e tal, mas falar assim no financeiro não melhorou não, que, na cidade, eu trabalhava, ele trabalhava, os nossos filho trabalhava né, quando você tá empregada é uma bênção né? Agora quando fica desempregada aí, às vezes, a gente..., fica mais difícil, mas a diferença pra mim não é muito não, que a gente não consegue produzi também não, não consegue produzi e, às vezes, aqui a gente passa muita dificuldade... Mas aí também como diz o outro, não é culpa do Movimento, a culpa é do governo mesmo*³⁴⁰.

Para essa moradora, os primeiros anos do assentamento não proporcionaram uma vida melhor à sua família, sua situação financeira não mudou, porém, de outro modo, se estivesse na cidade, empregada, poderia realizar com mais facilidade o sonho

³³⁸ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE-MTL. *MANIFESTO 2002* – Cartilha do MTL. Uberlândia: MTL, 2002. p. 5.

³³⁹ SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 14.

³⁴⁰ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em agosto de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

do conforto e segurança que tanto espera como resultado do trabalho. Mas, atualmente, Célia Umbelini está sendo uma das poucas assentadas que têm conseguido se manter no Rio das Pedras de forma mais digna. Quando foi entrevistada novamente, em 2006, Célia afirmou que a sua vida foi muito difícil no assentamento, mas que agora quando está colhendo os frutos do sacrifício de lutar pela terra, não pretende mais retornar para a cidade, como desejara há alguns anos, na fase crítica da vida no assentamento. Falando sobre o que ainda tem vontade de realizar, ressaltou:

*O que ainda desejo, o meu sonho é acabar a casa, que o meu objetivo quando eu vim pra cá era pra mim construir minha casa direito, já tá vencendo dez anos, acho que não vai sair em dez anos não. Eu acho que pra mim, o meu sonho agora é acabar minha casa e ter uma vida mais folgada um pouquinho, descansar um pouco. Os outros chegam, a gente fala que trabalha demais, às vezes, as pessoas olham, acha que a gente é doida, mas a gente trabalha o tempo todo, pra ver se consegue sobreviver!*³⁴¹.

Conversando com o senhor Lauro Joaquim de Moraes, morador e ex-tesoureiro da associação dos moradores da fazenda Rio das Pedras, o trabalhador afirmou que os trabalhadores vão para o campo com a esperança de mudar de vida, sendo que, para isso, contam ou pelo menos esperam uma atitude segura por parte do Estado, uma atitude de ajuda, mas uma ajuda bem planejada e voltada para as características da realidade do assentamento e das necessidades fundamentais dos trabalhadores³⁴².

Com o passar dos anos, porém, aqueles trabalhadores perceberam que teriam que contar mais com a ajuda uns dos outros, nas pequenas realizações do dia-a-dia, fosse no ato de ajudar a construir um barraco, iniciar uma casa, socorrer um enfermo ou mesmo ao reivindicar melhorias para o assentamento aos órgãos governamentais, ainda que esse tipo de atendimento quase sempre não venha. Compreendem que isso é melhor do que esperar por qualquer outra espécie de ajuda por parte do governo ou mesmo do Movimento, o qual também possui seu limite de atuação.

Conforme entrevistas concedidas pelos trabalhadores, os mesmos sentem-se abandonados pelo Estado que, ainda no começo de todo o processo, durante o acampamento e ainda na fase de assentamento, não dispunha de um plano coerente com as necessidades do grupo assentado. Segundo o senhor Lauro Joaquim de Moraes, foram várias as suas tentativas, nas reuniões realizadas, de motivar uma identidade política

³⁴¹ Célia Umbelini-Moradora do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2006*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

³⁴² Lauro Joaquim de Moraes-Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda. *Entrevista concedida em junho de 2003*. Associação da Fazenda Rio das Pedras. Uberlândia/MG.

mais forte e independente das ações do Estado entre os assentados, mas uma identidade fundamentada, sobretudo, no trabalho coletivo. Porém, conforme relatou, os interesses entre os trabalhadores são muito variados e a força política não se configura em suas manifestações e imaginários sociais com a mesma intensidade.

Entretanto um assentamento de reforma agrária não pode conceber a aquisição da terra como o elemento mais importante para que uma nova realidade, baseada na melhoria de vida dos trabalhadores, possa ser firmada. A posse da terra consiste, na verdade, no primeiro passo em direção à realização da reforma agrária, que deve vir acompanhada de medidas estruturais mediante ações do governo para esse fim, bem como de um plano flexível e adequado ao assentamento a que se destina. Nestes termos, fica evidente que:

(...) só com a conquista de um pedaço de terra, não existe reforma agrária. Novas conquistas precisam ser feitas para que ela seja efetivada, relacionadas (...), à garantia de uma política agrícola adequada aos trabalhadores, à saúde, educação, lazer, etc.; necessidades que eles devem ter supridas no assentamento, para garantir a continuidade das famílias no campo e que esta se dê com dignidade³⁴³.

O símbolo da dependência dos trabalhadores em relação às ações do Estado e ainda em relação ao próprio Movimento, impregnado senão em quase todas as manifestações e opiniões dos trabalhadores, pelo menos na grande maioria analisada, por meio dos relatos orais, torna-se um impasse à sua própria melhoria econômica. Alguns, já possuindo consciência de certa independência ao realizar seu trabalho com a terra, na lida diária, da qual tinham inclusive certa experiência, conseguem plantar e viver com mais dignidade no campo do que na cidade, de onde saíram, fato que, infelizmente, não ocorreu com a maioria dos trabalhadores, que retornou para outros centros.

Deste modo, o fato é que a grande maioria dos trabalhadores do assentamento Rio das Pedras, embora com o sonho e a perspectiva de viver do trabalho na terra, espera uma atitude do Estado ou mesmo do movimento, mesmo que também tenha consciência das dificuldades e assim vai vivendo conforme a sorte permite, muitos, sem grandes ambições, sem acreditar em sua própria força de transformar a vida com os escassos recursos disponíveis. O movimento, por sua vez, consegue afirmar-se a cada

³⁴³ MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Somo nós que é o Movimento*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 2002. p. 238.

ocupação, a cada assentamento instituído. Certamente, uma idéia que propõe alcançar melhores condições de vida para um conjunto de pessoas e dividir imensidões de terras em poder de poucos- ideais de todos os movimentos de reforma agrária-, deve ser compreendido como algo positivo, sendo um começo para que as terras do campo possam ser melhor distribuídas. Contudo, na prática, a busca desses objetivos ocorre de uma forma bastante conflituosa e, por vezes, contraditória, não sendo raro ter como consequência a desilusão de muitos trabalhadores. Talvez seja chegado o momento de repensar e reorganizar tanto os ideais do movimento com relação ao sistema capitalista e às necessidades mais elementares dos trabalhadores, quanto o atual modelo de reforma agrária que está sendo colocado em prática no Brasil.

De forma geral, os trabalhadores sem terra constataram a morosidade em todos os processos oficiais de concessão de terra, demora essa causada pela burocracia do Estado, durante os procedimentos de aquisição legal da terra. Este aspecto foi apontado pelos trabalhadores como sendo um dos grandes problemas da via governamental de acesso à terra. Muitos disseram ter tentado esse meio, mas com o tempo, deram-se conta de que esperavam por algo que dificilmente seria concretizado, desistiam, devido ao desânimo e à desconfiança nos processos de acesso à posse da terra, realizados pelo Estado. Por esse motivo, os trabalhadores têm como forma de acesso a um pedaço de terra as manifestações sociais que realizam em todo o país. Parte dos resultados obtidos nesta pesquisa mostra que as ocupações de terra continuam representando uma opção para inúmeros sujeitos desprovidos deste acesso. Opção caracterizada pela incerteza, pelo risco, pelas ilusões de melhorias de vida e por infinitos imprevistos. Apesar dos riscos de vida que enfrentam nessa empreitada, é nas ocupações de terra que os trabalhadores depositam todas as suas esperanças de consegui-la, encarando a via do Estado como um caminho duvidoso.

Portanto, mesmo não sendo o meio mais seguro de conseguir a terra, as ocupações têm sido prioridades nas ações dos trabalhadores sem terra em direção ao seu acesso. Ainda que envolvam o risco de morte, os movimentos sociais de trabalhadores em conflito com proprietários rurais continuam sendo uma constante no Brasil, fato que tem como causas principais a concentração da propriedade fundiária no país e a inexistência de uma decisão e ação efetivas com relação à reforma agrária por parte do Estado. Desse modo, a sociedade não é algo imposto de fora para dentro, as pessoas também fazem parte desta construção, das suas 'escolhas', dos seus valores. Aquilo que,

em tese, deveria manter uma sociedade coesa, unida, em sentido amplo, são as “*normas, valores, linguagens, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer frente às coisas e de fazer coisas e ainda, é claro, o próprio indivíduo*”³⁴⁴. De modo claro, isso não significa que não haja transgressões das normas e das regras impostas, mas as leis, ao mesmo tempo em cumprem o papel de contornar os conflitos e as desordens dentro da sociedade, muitas vezes, constitui motivo para que os próprios embates ocorram. No entanto, diferentes configurações sociais surgem lenta e continuamente, fruto da síntese das dimensões econômica, política e cultural, emergidas de novas significações sociais. Não raro, essas novas formas tomam referências nas antigas para mudar o que está estabelecido e promover o novo, que surge do antigo, apontando para a transformação.

Assim, a sociedade se constrói a partir de novas imaginações sociais³⁴⁵, a partir da ocorrência de novos valores, significados e interpretações que definem a sua identidade. O grupo de trabalhadores do assentamento Rio das Pedras, ao procurar um novo caminho para a realização de suas necessidades e utopias, é bem provável, o fez motivado pelos significados que essa mudança de rumos representou em suas vidas e na expressão dos seus valores. Certamente, na relação com os diversos sujeitos envolvidos nos processos de luta por terra, quer sejam opositores ou defensores de sua causa, esses trabalhadores colocaram em conflito diferenciados símbolos, valores e imaginações sociais. Buscando efetuar suas aspirações, grande parte dos trabalhadores assentados, aqui estudados, não realizou os anseios de morar e viver melhor por intermédio das experiências no campo. Entretanto, essa mobilização manifestou erros, acertos, sonhos, conflitos e contradições, sintetizando experiências coletivas permeadas por relações de identificação, amizade e companheirismo.

³⁴⁴ CASTORIADIS, Cornelius. O Imaginário: a criação do domínio social-histórico. In: *As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³⁴⁵ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o interesse dos pesquisadores brasileiros nas temáticas voltadas para as questões referentes aos conflitos rurais existentes no país aumentou de forma significativa. Não raro, o estudo dessas questões incide, em especial, nas nuances relacionadas com os movimentos sociais organizados e na forma utilizada por trabalhadores para pressionar o Estado com vistas a alcançar a almejada reforma agrária. Estudos como esses são importantes, entre outros aspectos, porque permitem compreender a ocorrência das ocupações de terra realizadas pelos trabalhadores e as reações dos latifundiários a esse tipo de atuação coletiva. Certamente, esses grupos constituem frações sociais de muita expressão na trajetória das transformações ocorridas no espaço rural do país. Os primeiros, devido à efetivação da luta, na busca por mudanças nesse meio, os segundos, pela condição de proprietários de extensas áreas rurais que, com frequência, desencadeiam conflitos no campo.

Procurando estudar a forma de organização de um grupo de trabalhadores sem terra, composto de pessoas provenientes de vários municípios do Triângulo Mineiro, em grande parte, da cidade de Uberlândia, este trabalho buscou compreender os processos de arregimentação das famílias, os motivos de suas participações na luta pela terra e os conflitos ocorridos entre os diversos sujeitos envolvidos nesse percurso, analisando o modo como ocorreu o processo de ocupação da fazenda Rio das Pedras e as etapas que deram origem à instituição formal do assentamento das famílias. Entre essas pessoas, as ações dos trabalhadores sem terra, ocupantes da referida área, junto ao Movimento de Luta pela Terra-MLT, atual Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL, tiveram atenção especial. No entanto, a análise também se direcionou para as atuações do proprietário do imóvel ocupado e do próprio Estado, visando abranger o exame de certas políticas públicas para a reforma agrária no país.

Indo ao encontro dessas questões, esta pesquisa discutiu, inicialmente, a própria existência dos trabalhadores sem terra, procurando apreender, no primeiro capítulo da dissertação, o porquê da disposição das pessoas em lutar pela terra. Para isso, tornou-se necessário analisar os processos de exclusão social à que os trabalhadores participantes da ocupação estavam submetidos, a concentração fundiária na região e notadamente no próprio município de Uberlândia, local de onde saiu grande parte dos trabalhadores, hoje moradores da antiga fazenda e atual assentamento Rio das Pedras. Com o objetivo de

compreender o sentido social e político da reforma agrária em Uberlândia e suas relações com o restante do país, a intenção foi encontrar explicações para os insucessos do assentamento Rio das Pedras em efetivar as condições sociais necessárias à permanência dos trabalhadores nesse espaço conquistado. Para isso, o trabalho buscou fazê-lo mediante a apreensão das atuações e representações sociais presentes nas ações e falas dos sujeitos assentados e demais agentes envolvidos.

Nesse sentido, procurou-se levar os desdobramentos e impasses que compuseram a história ainda recente do assentamento Rio das Pedras para uma discussão mais ampla, em termos de Brasil, por meio das possíveis inter-relações entre a reforma agrária dessa realidade local e do restante do país. Isso requereu também analisar o modo como a questão agrária está estabelecida na legislação e como é vista pelos movimentos sociais. Mediante entrevistas realizadas com os próprios trabalhadores ocupantes da fazenda Rio das Pedras, hoje assentados, com militantes e lideranças regionais do movimento; pela análise de documentos oriundos do movimento e de diferentes instituições, da leitura de bibliografias, revistas e jornais a respeito da problemática agrária no país, foi possível estudar, no segundo e terceiro capítulos do trabalho, como surgiu e se desenvolveu o assentamento Rio das Pedras, abordando os problemas e os avanços ocorridos em sua interação com o restante do país.

Os resultados finais da pesquisa possibilitaram constatar, entre os motivos principais que levaram aqueles sujeitos a se lançar na perigosa empreitada de ocupar terras improdutivas, as difíceis condições de vida no meio urbano, aliadas à falta de oportunidades de emprego na cidade e a certa identidade de muitos trabalhadores com os modos de vida no campo foram fatores decisivos. Contudo, juntamente com esses elementos, verificou-se, sobretudo, a vontade consciente desses trabalhadores de mudar suas vidas, ainda correndo todos os riscos advindos de uma ocupação de terra.

Mesmo considerando a realidade brasileira que, pelas diversidades de aspectos culturais e econômicos, aliadas às imprevisibilidades políticas, volta e meia, instituindo categorias sociais heterogêneas, se mostre contra quaisquer atos no caminho da ocupação e da aquisição da posse da terra, ainda assim, o impulso por mudanças contribuiu para a ocorrência de ações motivadas pela esperança por dias melhores. Com isso, ao promover a organização unificada dos trabalhadores, as ações de ocupação de terra objetivam, principalmente, efetuar o enfrentamento e a superação das adversidades para ter acesso à terra e aos mecanismos para nela permanecer, sonho que os atuais

moradores da fazenda Rio das Pedras insistiram e ainda insistem em realizar, embora foram muitos aqueles que, por não conseguirem, desestimularam-se.

Entretanto, sobre o movimento dos trabalhadores em constante reivindicação pela terra, cabe reconhecer uma grande heterogeneidade entre os agentes que o compõem. Dentre esses grupos, torna-se comum encontrar pessoas que parecem não ansiar pela reorientação de suas vidas, saindo do meio urbano para o campo, algo que só fazem forçados pelas circunstâncias. Para alguns dos trabalhadores que se inserem nas mobilizações de luta pela terra, o movimento é encarado mais como um meio que lhes permite fugir das cobranças da sociedade do trabalho. Aos que possuem aquele forte e interiorizado desejo de cultivar a terra e dela tirar o sustento de suas famílias, resta sempre um caminho difícil de percorrer, a começar pelo fato de que, no país inteiro, via de regra, as ocupações e esperanças de alteração nas condições de vida dos trabalhadores assentados, encontram seus limites, sobretudo, no descaso e no despreparo do próprio Estado em relação à execução da reforma agrária.

Entre as falhas governamentais, acentua-se a ausência de um plano de ação específico e adequado às necessidades particulares de cada assentamento. Além disso, cabe reconhecer, também, o despreparo dos próprios trabalhadores diante da realidade de trabalho no campo, os quais, além das dificuldades para implantar as mínimas condições materiais, como a habitação e a infra-estrutura no assentamento, enfrentam também os problemas relativos à própria assistência técnica fornecida pelas instituições estatais, volta e meia, imprópria às necessidades inerentes às peculiaridades dos trabalhos realizados no assentamento. Porém, existem aqueles poucos que, superando dificuldades e desafios, conseguem se instalar e se manter na área conquistada. Para isso, tem sido fundamental o desenvolvimento de formas variadas de ajuda mútua, solidariedade e companheirismos, consolidados pela convivência no assentamento.

Contudo, o latifúndio no Brasil permanece forte, com sujeitos prejudicados por pelo desequilíbrio na divisão do campo, legado de uma colonização planejada para atender os interesses de poucos. Pelo que se pôde notar nas falas e opiniões dos moradores do assentamento Rio das Pedras, no imaginário dos sujeitos que participam dos conflitos agrários, a concepção da posse da terra está diretamente ligada à noção de utilidade. Na ótica dos trabalhadores, se a terra é mantida inutilizada, ausente de processos produtivos, não só pode, como deve ser ocupada por aqueles que dela necessitam para manter sua sobrevivência. A idéia de utilidade da terra, que está ligada,

direta ou indiretamente, ao questionamento da concentração de terras improdutivas, constitui fator ideológico, de cunho político e social, na medida em que promove ações que vão de encontro com a cultura política e a ordem estabelecida.

Todavia, de modo natural, como em todas as dimensões sociais, ainda que se leve em conta a existência de uma identidade de interesses marcante entre os sujeitos que lutam pelo acesso à terra no país, percebida, sobretudo, nos objetivos semelhantes que existem no interior das ações de ocupação, torna-se também arriscado tomar os objetivos daquele grupo de sujeitos sociais como homogêneos, pois as expectativas, no que se refere à aquisição da terra, tem sido muito variável, de modo que não são todos os sujeitos que anseiam plantar e viver no campo, ainda que esta, certamente, seja a vontade da grande maioria. De fato, a existência de diferentes objetivos, ligados à concepção do que se considera melhoria nas condições de sobrevivência, deve ser considerada.

Por outro lado, o estudo buscou questionar como a ocupação de uma propriedade privada da terra se configura na concepção dos trabalhadores, em seus imaginários sociais, uma vez que perante a lei a ocupação de uma propriedade privada teoricamente constitui uma ação ilegítima. Pelo que foi possível constatar, as estratégias executadas pelos trabalhadores, com seus respectivos movimentos sociais de reivindicação pelo acesso e uso da terra, em última instância, possuem entraves na própria Legislação brasileira, que não dá margens para a realização de uma reforma profunda na estrutura agrária do país. Este era o pano de fundo presente em 1985, quando foi criada a proposta para a reelaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA.

Os resultados obtidos com esta pesquisa mostram que a questão agrária no Brasil, para ser discutida, deve considerar as características sociais, políticas, econômicas e culturais existentes no país. Essas dimensões fazem parte de um jogo de forças e interesses variados que se manifesta por meio de agentes sociais atuantes em diversos campos da sociedade brasileira. No caso das mobilizações dos diversos sujeitos por acesso a terra, as ações empreendidas por autoridades governamentais, pelos proprietários rurais, sobretudo os latifundiários, e pelos movimentos sociais organizados merecem uma atenção especial, pois realizam suas ações movidos por objetivos definidos conforme modos de ser, agir e pensar que caracterizam principalmente seus interesses. Na realidade, o assentamento Rio das Pedras não apresentou muitos avanços em termos de condições de vida. Passado o período de acampamento, os trabalhadores

ainda continuaram numa situação de dificuldades provocada pela escassez de recursos e pelo pouco conhecimento sobre o cultivo da terra. Até os dias atuais, pode-se dizer que os trabalhadores ainda presentes no assentamento Rio das Pedras explicam a permanência no campo baseada na própria experiência que mantinham com o cultivo da terra, em detrimento da aprendizagem advinda dos trabalhos de assistência técnica fornecidos pelas instituições públicas.

Afora os poucos trabalhadores que tiveram êxito com o trabalho na terra, a produção desse assentamento, de modo geral, sofreu sérias conseqüências ainda no seu início e poucos assentados conseguiram produzir o suficiente para o próprio sustento. No entanto, ao congregar fatores de ordem social e econômica, o estudo dos conflitos agrários requer que consideremos também a cultura dos sujeitos que participam dos processos de luta, de modo a possibilitar a compreensão do sentido atribuído ao direito de posse e uso da terra no país. Por meio da análise dos significados que esses conflitos representam para os envolvidos e dos diferentes posicionamentos políticos em interação constante com os planos materiais e simbólicos desses sujeitos, melhores explicações desses eventos vão surgindo.

Existem algumas cercas que, apesar dos seus vigilantes guardiões, os esforços coletivos se encarregam da sua destruição; outras, entretanto, o grau de dificuldades para derrubá-las é muito maior. Certamente, as mais difíceis de serem transpostas não possuem dimensões concretas e mensuráveis. Por acreditarem que, ao ocupar uma área de terras as condições para as mudanças em suas vidas estariam estabelecidas os trabalhadores, muitas vezes, são surpreendidos ao enfrentar barreiras mais difíceis de serem rompidas do que as próprias cercas de arames farpados. São barreiras simbólicas, impregnadas na cultura política do país, acalentadas, sobretudo, pelos setores dominantes e pelas autoridades instituídas e que se expressam nas formas de se perceber e praticar, ou não, a justiça social e na maneira de pensar e implementar medidas concretas, cujos efeitos estão diretamente relacionados à construção da sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

_____. Movimentos Sociais e Políticas Públicas de Reforma Agrária no Brasil: Conquistas e Percalços dos Trabalhadores na Luta pela Terra. *Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*. Equador. Nov./2006. CD ROOM.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Movimento Operário e a Construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil: Disputas e Concepções 1977-1983*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 1998.

ANDRADE, Thompson Almeida.; SERRA, Rodrigo Valente. O Recente Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro. *Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistêmicos-Nemesis/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5 ed. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BALDUÍNO, Dom Tomás.; CANUTO, Antônio. Reforma Agrária Ontem e Hoje. *Comissão Pastoral da Terra-CPT*. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 23/04/2005.

BAVA JR., Augusto Caccia. *Introdução à Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Ática, 1990.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Anthropos-Homem*, Enciclopédia Einaudi, vol. 5, Porto, Editora Einaudi-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BETO, Frei. “Eu não disse?”: Desafios à esquerda socialista. *Revista Caros Amigos*. Ano IX, n. 102, set./2005. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

BORGES, Paulo Torminn. *Institutos básicos do direito agrário*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória* (1896), São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa: Europa-América, 1965.

_____. *Apologia da História, ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. *Variedades de História Cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANUTO, Antônio. Entre a euforia e a realidade. *Revista Conflitos no Campo: Brasil 2002*. Comissão Pastoral da Terra Nacional. Brasil: Edições Loyola, 2003.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento Social como Princípio Educativo. *Estudos Avançados*. vol. 15, n. 43. São Paulo, 2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 18/12/2006.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 6 ed. Trad. Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. O Imaginário: a criação do domínio social-histórico. In: *As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa: Difel, 1990.

_____. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. n. 11, v. 5, USP, 1991.

CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária*. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

COSTA, Cléria Botelho da. *Vozes da Terra: Lutas e Esperanças dos Sem-Terra*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2005.

COSTA, Hélio Roberto Nóvoa da. Abordagem Constitucional da Reforma Agrária. *Revista de Direito Agrário*. Ano 16, n. 14. 2º semestre. Ministério do Direito Agrário. Brasília, 2000.

CPT NACIONAL. *Conflitos no Campo: Brasil 2002*. Comissão Pastoral da Terra Nacional. Brasil: Edições Loyola, 2003.

FEBVRE, Lucien. *História*. Coletânea. Carlos Guilherme Mota (Org.). São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru-SP: EDUSC, 1998.

FONSECA, João Batista da. *Reforma Agrária e Sustentabilidade: Luta pela Terra, Realidade e Perspectivas dos Assentamentos Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Economia. Uberlândia: UFU, 2001.

_____. A experiência do MTL. *Revista Movimento*. Brasil: Movimento. n. 2. jan.fev./2005.

FURET, François. Da história-narrativa à história-problema. In: *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1985.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Renata Mainenti. *Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: A Resistência Camponesa e a Luta pela Terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação/Mestrado em Geografia. Uberlândia: UFU, 2004.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. (1950). São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História (Ensaio)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto. In: *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KRÜGER, João. *A Força e a Beleza Brotam da Terra*. Tese/ Doutorado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 2004.

LE GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. In: DUBY, Georges. *História e Nova História*, Lisboa: Teorema, 1986.

_____. *Documento-Monumento*. Enciclopédia Einaude. vol. 1. Porto: Editora Einaude-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes: Quarenta anos depois de Auschwitz*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MACHADO, Maria Clara T. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada. Uberlândia 1965-1980*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: “Somo nós que é o Movimento”*. Tese/Doutorado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 2002.

MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: Questão de Terra ou de Gente?* São Paulo: Moderna, 1987.

MORISSAWA, M. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história (1984), prefácio do v. I de *Lês Lieux de Mémoire*, Paris, Gallmard, 1984. Tradução de Yara Aun Khoury, Proj. História, São Paulo (10), dez 1993.

OLIVEIRA, Ricardo Magalhães de. *“Cada um queria cercar mais que o outro”: Luta Pela Terra e os Modos de Viver de Trabalhadores Sem-Terra em Carneirinho, MG. 1997-2000*. Dissertação/Mestrado em História Social. Uberlândia: UFU, 2005.

PAIANO, Enor. *Tropicalismo: bananas ao vento no coração do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1996.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *Características da Modernização da Agricultura e do Desenvolvimento Rural em Uberlândia*. Dissertação/Mestrado em Geografia. Rio Claro: UNESP, 1982.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo: CEDIC-PUC/SP, mimeo, 1995.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*. n. 15. São Paulo: Educ, 1997.

_____. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa R. et al. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

PRADO JÚNIOR. Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REGO, Rubem Murilo L. *Terra de Violência: Estudo sobre a Luta pela Terra no Sudoeste do Paraná*. São Paulo: FFLCH/USP, 1979.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 15. n. 30. 1995.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*. n. 19. São Paulo: Marco Zero / NAPUH, 1990.

SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira. *Para Além da Lei: Ocupações de um Território Legal - Iturama e Campo Florido / MG - 1989 a 1993*. Dissertação/Mestrado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SCOLESE, Eduardo. *A Reforma Agrária*. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, A. M. et al. *Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos*. 2 ed. Uberlândia: EDUFU, 2003.

SILVA, Jeanne. *Sob o Ju(o)go da Lei: Confronto Histórico entre Direito e Justiça no Município de Uberlândia-MG*. Dissertação/Mestrado em História Social. Uberlândia: UFU, 2005.

SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. Mas qual reforma agrária? *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA. 17/11, abr./jul., 1987.

_____. *O novo rural brasileiro*. Campinas: São Paulo, 1999.

STEDILE, João Pedro. (org.). *A Questão Agrária no Brasil: O Debate Tradicional-1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. vol. 1. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e Caçadores*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WELLERSTEIN, I. Sobre progressos e transições: Um balanço. In: *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VIEIRA, Maria do Pilar A. et al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

FONTES PESQUISADAS

DOCUMENTOS

Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1995.

Estatuto da Terra, Lei Federal de 30 de novembro de 1964. 14 ed. (atual. e ampl). São Paulo: Saraiva, 1999.

MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE-MTL. *MANIFESTO 2002*. (Cartilha). Uberlândia: MTL, 2002.

O que é Programa Nacional de Reforma Agrária? In: *Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária*. BRASIL Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária-PAC. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG. Prefeitura Municipal de Uberlândia: Uberlândia/MG, 2002.

Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária-PACTo-MG/Triângulo Mineiro. Relatório Final. Uberlândia: UFU, 2006.

JORNAIS

Correio de Uberlândia – Ano 54, n. 17458, de 15/04/1997.

Folha de São Paulo – 29/03/2004. p. B1.

Jornal dos Trabalhadores Rurais – Ano XIV, n. 144, março 1995.

SEM TERRA: JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS – Ano XIV, n. 144, mar./1995.

PÁGINAS DA INTERNET

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NACIONAL-CPTN ON LINE. Disponível em: www.cptnac.com.br.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Disponível em: www.correiodeuberlandia.com.br

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA ON LINE. Disponível em: www.incra.gov.br.

O GLOBO ON LINE. Disponível em: www.oglobo.com.br/pais.

MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE-MTL. Disponível em: www.mtl.org.br.

REVISTAS

Revista Brasileira de História. n. 19. São Paulo: Marco Zero / ANPUH, 1990.

Revista Brasileira de História. n. 29. São Paulo: 1995.

Revista Caros Amigos. Ano IX, n. 102, set./2005.

Revista Fórum. Ano 4, n. 38. maio/2006.

Revista História e Perspectivas. n. 4. jan./jun. Uberlândia: UFU, 1991.

Revista Movimento. Brasil: Movimento. n. 2. jan.fev./2005.

Revista Projeto História. n. 15, 1997.

Revista Veja, ano 33, n. 19, 2000; e Ano 67, n. 20379, de 29/01/2006.